

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

TICIANA AMARAL NUNES

**RELAÇÕES ENTRE CHINA E AMÉRICA DO SUL:
IMPACTOS PARA A INSERÇÃO REGIONAL DO BRASIL**

Porto Alegre

2016

TICIANA AMARAL NUNES

**RELAÇÕES ENTRE CHINA E AMÉRICA DO SUL:
IMPACTOS PARA A INSERÇÃO REGIONAL DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão Submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como Requisito Parcial para a Obtenção do Título de Bacharela em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria

Porto Alegre

2016

TICIANA AMARAL NUNES

**RELAÇÕES ENTRE CHINA E AMÉRICA DO SUL:
IMPACTOS PARA A INSERÇÃO REGIONAL DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão Submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como Requisito Parcial para a Obtenção do Título de Bacharela em Relações Internacionais.

Aprovada em: __/__/____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria
UFRGS

Profa Dra. Sonia Maria Ranincheski
UFRGS

Profa. Dra. Jacqueline Angélica Hernández Haffner
UFRGS

*“Tal como expressa um antigo verso chinês:
Aos amigos íntimos nada importa a distância,
nem dez mil li os impedem de serem vizinhos.
Os povos chinês e latino-americano criaram
culturas brilhantes nas respectivas terras. A
Grande Muralha e a Pirâmide do Sol,
cristalização das esplêndidas civilizações
chinesa e latino-americanas, são símbolos da
laboriosidade e sabedoria de seus povos e
obras grandiosas entre as criações realizadas
por seres humanos na história.”*

(Jiang Zemin)

ABSTRACT

This work analyses the current relations between China and South America and how it affects the Brazilian ties with its neighbours, with focus on the economic scope. Under the light of the Dependency Theory and the Neo-extractivism approach, the main purpose of the work, is to examine the areas where the rise of China is more significant for the region (as on trade and investment), and find what are the major effects for the economic integration and regional ties between Brazil and South American countries. The central hypothesis lies on the dual aspect of the Chinese economic presence in the continent: On the one hand, China's rise has brought prosperity for those countries, based on the price hikes of primary commodities, rise in foreign direct investment and credit benefits, specially for the extractivist sector and infrastructure. On the other hand is the negative side, which is the lack of diversification on the South American exports, market-share losses, reprimarization of economic structures and perhaps, a new pattern of dependency. For the analysis, the work investigates the political aspects of China's rise in the last decades, the patterns of trade and investment between China and South America and after, the political and economic importance of South America for Brazilian strategies and the effects of China's presence to the exports in the region. The main conclusion of this work, is that the impacts of China lies, above all, in the South America and Brazil's own ability to negotiate and articulate, as an integrated region, to mitigate the negative effects of these relations and extract better outcomes.

Key words: China; South America; Brazil; Trade; Investment; Market-share.

RESUMO

Este trabalho analisa as relações contemporâneas entre China e América do Sul e como elas afetam os laços do Brasil com seus vizinhos, com foco no âmbito econômico. Sob a luz da Teoria da Dependência e das abordagens neo-extrativistas, o principal objetivo desta monografia é examinar as áreas em que a ascensão da China é mais significativa para a região (como no comércio e investimento), e observar quais são os principais efeitos para a integração econômica e laços entre o Brasil e os países da América do Sul. A hipótese central encontra-se no duplo aspecto da presença econômica chinesa no continente: Por um lado, a ascensão da China trouxe prosperidade para esses países, com base na elevação de preços de produtos primários, aumento do investimento direto estrangeiro e os benefícios de crédito, especialmente para setor extrativista e de infraestrutura. Por outro lado, a face negativa é a falta de diversificação das exportações da América do Sul, a perda de *market-share*, reprimarização das estruturas econômicas e, talvez, a geração de um novo padrão de dependência. Para fins de análise, o trabalho investiga os aspectos políticos da ascensão da China durante as últimas décadas, os padrões de comércio e investimento entre China e América do Sul e em seguida, a importância política e econômica da América do Sul para a estratégia brasileira e os efeitos da presença da China sobre as exportações da região. A principal conclusão deste trabalho, é que os impactos da China encontram-se, acima de tudo, na própria capacidade da América do Sul e no Brasil de negociar e articular como uma região integrada para mitigar os efeitos negativos destas relações e extrair melhores resultados.

Palavras-chave: China; América do Sul; Brasil; Comércio; Investimento; *Market-share*.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Composição das exportações do Chile em 2015.....	51
Gráfico 2: Composição das exportações do Brasil em 2015.....	52
Gráfico 3: Composição das exportações da Argentina em 2015.....	53
Gráfico 4: Composição das exportações da Venezuela em 2015.....	53
Gráfico 5: Composição das exportações da América do Sul em 2015.....	54
Gráfico 6: Importação de produtos chineses pela América do Sul em 2015.....	57
Gráfico 7: Composição da importação de produtos chineses pela América do Sul em 2015.....	58
Gráfico 8: Composição do fluxo mundial de IED para a América Latina em 2014.....	64
Gráfico 9: Fluxo de IED em países selecionados.....	65
Gráfico 10: Valor e composição de algumas commodities principais na pauta de exportações brasileiras para o mundo.....	83
Gráfico 11: Exportações do Brasil para a América do Sul em 2015.....	85
Gráfico 12: Exportações do Brasil para a China em 2015.....	85
Gráfico 13: Exportações do Brasil para o mundo em 2015.....	86
Gráfico 14: Market-share do Brasil e China nas importações de produtos manufaturados da Aladi por setor industrial, 200-2006 (em%).....	92
Gráfico 15: Market-share do Brasil e China nas importações de produtos manufaturados da Aladi por setor industrial, 200-2006 (em%).....	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Principais investimentos chineses na América do Sul na última década.....	65
Tabela 2: Visitas do Primeiro-Ministro e do Presidente Chinês à América Latina e Caribe entre 2001–2015.....	68

SUMÁRIO

1 Introdução.....	9
2 Embasamento Teórico.....	14
2.1 Teoria da Dependência.....	15
2.1.1 Teoria Marxista da Dependência.....	18
2.1.2 Teóricos que contribuíram para a formulação das abordagens dependentistas.....	20
2.2 Neo-extrativismo.....	25
3 Aspectos da Ascensão da China no Cenário Internacional.....	37
3.1 Das Reformas Internas ao "Desenvolvimento Pacífico".....	37
3.2 Relações entre China e América do Sul.....	44
3.2.1 Relações Comerciais: Exportação, Importação, “Doença Holandesa”.....	35
3.2.2 Investimento Externo Direto (IED).....	62
3.2.3 Financiamento Chinês.....	68
3.2.4 Infraestrutura.....	69
3.2.5 Acordo China - CELAC (2015).....	71
4 Relações entre Brasil e América do Sul.....	73
4.1 O Significado da América do Sul na Política Externa Brasileira.....	73
4.2 Relações Comerciais entre Brasil e América do Sul.....	79
4.3 A Concorrência Chinesa e seus Impactos para a Inserção Econômica Brasileira no Mercado Regional.....	86
4.3.1 Revisão bibliográfica.....	86
4.3.2 Market-share.....	88
5 Conclusão.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	97

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é discutir as implicações da ascensão internacional da China e de sua presença na América do Sul através da análise dos impactos proporcionados no âmbito das relações brasileiras com os Estados sul americanos. Nos últimos anos, a presença chinesa no continente tem ocasionado divergência entre especialistas, tendo em vista que alguns defendem que as relações entre China e América do Sul surgem como uma alternativa para a inserção sul americana no sistema econômico e político mundial, enquanto outros afirmam que essas relações ocasionam mais efeitos negativos do que positivos a longo prazo, por um lado, por acentuarem um padrão de primarização da pauta exportadora que tem ocorrido nas últimas décadas e por outro prejudicar a inserção regional do Brasil.

No início do século XXI, o modelo desenvolvido na década anterior que subordinou as políticas econômicas dos países sul americanos aos ajustes neoliberais demandados na década de 90 pelo Consenso de Washington começa a demonstrar sinais de seu esgotamento. É nesse período que os governos de centro esquerda são eleitos em vários países e que esses governos dão início a políticas de diversificação de parceiros econômicos, numa tentativa de escapar da dependência dos mercados ocidentais. Nesse contexto a China surge como um grande aliado econômico, graças sobretudo a seu grande potencial como exportador de manufaturas e mercado consumidor de matérias primas produzidas na América do Sul. Mesmo durante o momento de crise econômica em escala mundial ocorrido em 2008 com o *subprime* a China continua crescendo em ritmo acelerado e mantendo suas importações de recursos naturais sul americanos, o que sustentou o discurso de muitos especialistas sobre os benefícios da parceria econômica com este país.

O trabalho irá se delimitar no âmbito espacial à América do Sul, visto que os países sul americanos são parceiros mais importantes para a estratégia de inserção política e economia brasileira. Apesar dos chineses manterem investimentos elevados em alguns países da América Central, estes e o México estão mais inseridos na esfera de influência econômica dos EUA e do NAFTA. Além disso existe a problemática referente a Taipei, que se utiliza da diplomacia do dólar para manter relações diplomáticas e reconhecimento por parte desses países em detrimento de Beijing. Quanto ao espaço temporal, o trabalho está focado nas relações América do Sul e China a partir de 2001, quando a China entra na Organização

Mundial do Comércio (OMC) e começa a incrementar seu comércio com a América do Sul como será demonstrado através de dados e estatísticas analisados neste trabalho.

De acordo com Shixue (2006), o grande salto que ocasionou o aprofundamento das relações entre China e América do Sul começou a ocorrer, em grande parte, como resultado de certos eventos: (1) a chegada ao poder de Deng Xiaoping (1978-1997) e as reformas modernizantes empreendidas; (2) o isolamento internacional relativo a qual foi submetido Pequim após a repressão de Tiananmen, em Abril (1989), (3) o ativismo de Taiwan na América Latina; e (4) o desaparecimento do triângulo de ferro (Estados Unidos-União Soviética-República Popular da China), com o fim da Guerra Fria.

Após a adoção de um novo projeto para o desenvolvimento econômico da China comunista que inclui reformas de cunho liberalizante ter se iniciado no fim da década de 1970, houve um grande crescimento na participação desse país nas relações diplomáticas e econômicas com o resto do mundo. Ao mesmo tempo a China apresentou nos últimos anos altas taxas de crescimento do seu PIB em comparação com outros países, chegando mesmo a atingir a taxa de 14% em 2007, algo que não aconteceu em nenhum outro país após a chegada do novo milênio.

A maioria dos países latino americanos estabeleceram laços político-diplomáticos com a China pós revolução comunista a partir da década de 70 -com exceção de Cuba que iniciou essas relações ainda na década de 60-, quando doze países restabeleceram relações com Beijing. No entanto, ainda a maioria dos países centro americanos e caribenhos opta por reconhecer Taipei como capital única da China. Há uma disputa em jogo entre Beijing e Taipei pelo reconhecimento como única capital chinesa que reflete no continente latino americano com investimentos de um lado e de outro em busca da preferência dos governos latinos. Na América do Sul, o Paraguai é o único país que opta por reconhecer o governo taiwanês em detrimento da China continental. (SHIXUE, 2006)

O fluxo de capital chinês cresceu em proporção maior do que qualquer outro na região, como se analisará mais adiante. Tal crescimento se explica em grande parte pela demanda de commodities pela China como parte de uma política de longo prazo para manter o ritmo de seu crescimento econômico interno. Desde as reformas políticas e econômicas empreendidas por Deng Xiaoping na China a partir de 1978 este país aumentou significativamente sua participação no comércio e na economia mundial. Mas com relação às trocas comerciais com a América Latina o grande salto ocorreu no início do século XXI, após

a entrada da China na OMC. O comércio entre essas regiões que em 2000 era equivalente a 1.300 milhões de dólares passa para 50.000 milhões em 2005 (SHIXUE, 2006).

Além dos impactos gerados diretamente pelo comércio, constituído sobretudo do lado chinês como comprador de commodities e oferta de manufaturados mais baratos, é também relevante observar igualmente os efeitos gerados pelo aumento dos investimentos externos diretos chineses no continente, principalmente nos setores de agro-exportação e mineração e os impactos dessa presença chinesa na estrutura econômica interna dos países sul-americanos e nas relações entre estes. Nesse aspecto, alguns estudos tem tentado demonstrar os efeitos dos investimentos chineses em infraestrutura na América do Sul sobre a integração física do continente e, buscando apontar possíveis oportunidades pela perspectiva sul-americana. Além disso há pesquisas que comprovam o argumento de que a maioria dos investimentos chineses na região são destinados à setores extrativistas de petróleo, gás e minerais. Quanto os investimentos em infraestrutura, que se acreditava trazer benefícios para a integração regional, existem controvérsias, já que esses projetos se destinam basicamente ao escoamento das exportações chinesas para o Pacífico, não contribuindo para a integração interna do continente.

Ainda cabe salientar que durante os últimos anos o governo chinês tem intensificado a quantidade de visitas diplomáticas ao continente, como verificado com a viagem do premier chinês Li Keqiang ao Brasil e a outros países sul americanos, onde anunciou o projeto da construção de uma ferrovia transcontinental/bioceânica que pretende facilitar o transporte e escoamento de exportações da América do Sul, incluindo brasileiras, para o mercado chinês. Tem ocorrido um alto nível de intercâmbios diplomáticos da China com países sul-americanos. A China passou a interessar-se e participar de fóruns multilaterais na região. Além de ter sido aceita como membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento em 2008, participa como país observador na Organização dos Estados Americanos e no Fórum de Cooperação da América, além de ter iniciado uma série de diálogos com organizações regionais: como o Mercosul e a Comunidade Andina para estabelecer parcerias políticas e culturais. No âmbito cultural a China tem investido no continente recentemente, principalmente através do estabelecimento de escolas de ensino de mandarim (Institutos Confúcio) e além disso tem oferecido oportunidades de intercâmbio estudantil para aprofundar laços acadêmicos entre China e América do Sul (JENKINS, 2012).

A importância do presente trabalho reside em analisar os principais eixos da inserção chinesa no continente a partir do século XXI, visto que o crescimento das relações econômicas com a China é um fenômeno sem precedentes na história das décadas recentes na América do Sul. O objetivo do trabalho é explorar o significado dessas relações no período recente, com foco no âmbito econômico (comércio e investimentos), onde o impacto da China é mais notável até o momento, procurando através da análise de dados estatísticos e da revisão bibliográfica observar quais os possíveis impactos dessas relações para a estrutura econômica sul americana e a inserção brasileira na região.

Considera-se que a América do Sul é o eixo central da política externa brasileira, onde o Brasil tem investido na liderança de um processo integracionista durante as últimas décadas, de forma a manter a paz e o equilíbrio entre os países sul americanos, fortalecer a região frente a ingerências externas e mitigar os impactos negativos oriundos da globalização. A América do Sul é considerada também a plataforma base a partir da qual o Brasil estrategicamente lança-se como um importante ator político no cenário internacional. No plano econômico a importância da América do Sul para a economia brasileira também é extremamente relevante, uma vez que, sabendo-se que o Brasil é o país mais industrializado na região, os países sul americanos são os que proporcionalmente mais importam manufaturados brasileiros no mundo, sendo assim vital para a existência da indústria brasileira.

A partir dessas ideias principais as hipóteses centrais desenvolvidas pelo trabalho são as seguintes:

i) O crescimento vertiginoso das relações entre China e América do Sul, sobretudo no âmbito econômico, é subjacente a estratégia da China de obter grandes volumes de recursos energéticos e minerais para abastecer seu mercado interno e ritmo de crescimento da indústria. Esse vínculo pode ser observado a partir da análise da pauta de exportações da América do Sul para a China e da concentração de investimentos chineses na região.

ii) A China vem preenchendo lacunas deixadas na região por outras potências externas durante as últimas décadas, principalmente os Estados Unidos. Há anos que a política externa norte americana está cada vez mais direcionada para fora do continente, como no caso da Guerra ao Terror e o crescimento do número de bases militares norte americanas na Ásia, visando a China. Com efeito os investimentos e financiamento de instituições internacionais na América do Sul estão diminuindo ao passo em que a presença chinesa tem crescido nessas

áreas.

iii) A China é sem dúvida um importante aliado comercial e econômico para a região e que oferece também a oportunidade de diversificação comercial e de fontes de investimento. No entanto, esse relacionamento pode estar gerando uma nova situação de “dependência” uma vez que as trocas seriam assimétricas e os investimentos concentrados em setores extrativistas.

iv) A pressão exercida sobre o setor de exportação de commodities gera impactos no câmbio o que poderia, de acordo com Bresser Pereira (2006) contribuir com a reprimarização das economias e ocasionar a “Doença Holandesa”.

v) Essa ascensão da China também gera efeitos para a inserção econômica brasileira na região e sua estrutura. Considerando que a partir da adesão na China na Organização Mundial do Comércio em 2001 seus produtos passam a não poder ser mais discriminados na região, os chineses passam a concorrer com outros países, incluindo o Brasil, sendo que suas manufaturas são extremamente baratas e exercem fortes pressões competitivas para a indústria nacional.

O capítulo 2 utilizará como embasamento teórico, a partir do qual se analisará qualitativamente os dados e bibliografia consultados, a Teoria da Dependência e o conjunto de abordagens Neo-extrativistas, que serão explicados mais adiante. O capítulo 3 irá trazer dados estatísticos acerca das relações comerciais e financeiras entre China e América do Sul, considerando os aspectos da ascensão econômica recente da China, sua estratégia para a América do Sul e o conceito de Doença Holandesa, de forma a propor uma discussão sobre possíveis impactos dessas relações. Por fim, o capítulo 4 propõe uma revisão sobre o significado estratégico da região para a política externa brasileira, sua importância para a indústria nacional e finalmente, através da revisão bibliográfica de autores que trabalham com a metodologia de Constant Market Share, visualizar efeitos da presença econômica chinesa para a inserção econômica do Brasil na região.

2. Embasamento Teórico

O referencial teórico proposto pelo presente trabalho tem por objetivo servir como ponto de partida para a análise dos dados que aparecerão nos próximos capítulos. A primeira teoria a servir de base no trabalho é a Teoria da Dependência em sua vertente marxista. Autores como Ruy Marini, Gunder Frank, Vânia Bambirra e Theotônio Santos trazem importantes contribuições em seus escritos que ajudam a desmistificar os dados econômicos analisados nas relações entre China e América do Sul. Conceitos como “superexploração” da mão de obra, deterioração dos termos de troca no longo prazo, relação centro-periferia e subdesenvolvimento, são úteis para a elaboração de uma visão qualitativa e crítica desses dados. A Teoria Marxista da Dependência auxilia na compreensão do processo de formação sócio-econômico na América Latina a partir de sua integração subordinada à economia capitalista mundial. Dentro desse processo, o que se observa é uma relação desigual de controle hegemônico dos mercados por parte dos países dominantes e uma perda de controle dos dependentes sobre seus recursos, o que leva à transferência de renda – tanto na forma de lucros como na forma de juros e dividendos – dos segundos para os primeiros (DUARTE; GRACIOLLI, 2007). Para o caso analisado observa-se que as relações econômicas entre a China e América do Sul não constituem em novidade do ponto de vista qualitativo, pois a região mantém seu papel de provedor de recursos naturais, ainda que agora com um novo sócio comercial. Apesar disso, a discussão proposta é sobre ser possível para a América do Sul e Brasil mitigarem os efeitos adversos das pressões exercidas em seu setor de commodities e articularem politicamente como região para usufruir de ganhos oriundos das receitas obtidas pelas exportações para a China e de seus volumosos investimentos no continente.

A segunda parte do capítulo traz não uma teoria em si mas um conjunto de abordagens unificadas por autores que analisam os impactos da ampla utilização de um modelo de desenvolvimento baseado nas receitas extrativistas em países sul americanos nas últimas décadas. Autores como Eduardo Gudynas, Alberto Acosta, Elísio Macamo e Garcia Linera são alguns dos que foram estudados no trabalho por analisarem esse fenômeno e seus impactos dentro do que se denominou modelo neo-extrativista, cujo significado do conceito será explicado no decorrer do capítulo. A compreensão do modelo neo-extrativista é fundamental para a definição das políticas econômicas desenvolvidas pelos países sul

americanos ao negociarem com a China no período recente. Considerando-se que a China possui interesses sólidos na obtenção de recursos minerais no continente, essa perspectiva permite situar os interesses sul americanos para além dos ganhos imediatos do comércio com a China uma vez que, como será explicado mais adiante, existe uma correlação entre obtenção de rendas extrativistas e elaboração de políticas de desenvolvimento de longo prazo.

2.1. Teoria da Dependência

A Teoria da Dependência surgiu através de escritos de intelectuais latino-americanos ligados à Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) a partir do final da década de 50. Na época, com o auge da política de substituição de importações (PSI) sendo implementada no continente para promover o desenvolvimento econômico, surgiam muitas dúvidas a respeito do melhor modelo possível para a inserção latino americana e seu papel econômico no sistema internacional. A Teoria da Dependência surge na tentativa de identificar as origens e buscar soluções para subdesenvolvimento latino-americano.

Naquela época, os estudos de Raúl Prebisch, o então diretor executivo da CEPAL, analisavam junto com outros acadêmicos vinculados a essa comissão, elementos e condições dentro das relações internacionais que obstruíam o desenvolvimento dos países da periferia. Através da utilização da metodologia histórico estruturalista, Prebisch e a CEPAL encontraram na estrutura econômica dos países subdesenvolvidos, a existência de um padrão de produção caracterizado pelo predomínio de bens de baixo valor agregado como manufaturas tradicionais e insumos primários que se relacionavam com o resto do mundo através de trocas assimétricas que prejudicavam a longo prazo a estabilidade e o balanço de pagamentos da periferia.

Desses pensamentos e questionamentos surge a escola econômica latino americana estruturalista, a partir das contribuições de Prebisch e outros acadêmicos vinculados à CEPAL. Esses autores analisaram os elementos que vedam o desenvolvimento dos países emergentes ou periféricos a partir de sua relação com o centro. A hipótese formulada por Prebisch-Singer¹ argumenta que o preço dos produtos primários diminui em relação ao preço de bens manufaturados, o que faz com que os termos de troca das economias de insumos primários se deteriore a longo prazo. A ideia foi inicialmente desenvolvido por Hans Singer

¹ Para informações do estudo completo ver Prebisch Singer Hypothesis and Terms of Trade in New Century de 1965.

em 1948 e aperfeiçoada por Raúl Prebisch pouco depois. Esses estudos são considerados os principais pilares da teoria da dependência, assim como as políticas de substituição de importações.

Autores estruturalistas rechaçam a ideia de que as vantagens comparativas são o ideal para a inserção de uma nação na economia mundial e seu posterior desenvolvimento socio econômico. Segundo esta corrente, o subdesenvolvimento estava atrelado a persistência de uma estrutura produtiva voltada para atividades de baixo valor agregado e recursos minerais e agrícolas. Além disso, os estruturalistas prescreviam políticas de longo prazo, de forma a superar as dificuldade heterogeneidade estrutural e aprofundar a industrialização por substituição de importações (ISI). Nessa concepção, a expansão da indústria poderia gerar melhorias no emprego e distribuição de renda. A burguesia nacional teria um papel central nesse processo de industrialização e superação da heterogeneidade estrutural que tanto impediam o desenvolvimento dos países periféricos (GARCIA, 2014).

A Teoria da Dependência compartilhou alguns dos diagnósticos com os autores estruturalistas, sobretudo a respeito das relações entre países do centro e da periferia , mas ao contrário destes eram mais pessimistas sobre as possibilidades de desenvolvimento da periferia. Entre os nomes de maior destaque entre os teóricos da dependência estão autores como Ruy Mauro Marini, Andre Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Fernando Henrique Cardoso e Vania Bambirra. Estes autores analisaram os elementos que obstruem o desenvolvimento de países emergentes ou então denominados em conjunto de "periferia mundial" em virtude de sua relação com o centro.

Segundo Gabriel Cohn², a Teoria da Dependência tem duas contribuições chaves: a percepção do desenvolvimento como uma articulação dinâmica histórica e dialética entre as classes sociais e nações; e a afirmação de que dependência e desenvolvimento são compatíveis. Diferentemente do desenvolvimentismo, a Teoria da Dependência não considera subdesenvolvimento e desenvolvimento como etapas de um processo evolutivo, mas sim como realidades que, ainda que estruturalmente vinculadas, são distintas e contrapostas. Dessa forma, o subdesenvolvimento passava a ser visto como fruto do desenvolvimento capitalista mundial sendo, por isso, uma forma específica de capitalismo. Do ponto de vista estritamente econômico, essa nova teoria entendia que as relações estruturais de dependência estavam para além do campo das relações mercantis – como acreditavam os

² Seminário “A Teoria da Dependência 30 Anos Depois”, patrocinada pelo Instituto de Estudos Avançados da USP, São Paulo, junho 1998.

teóricos desenvolvimentistas – se configurando também no movimento internacional de capitais, em especial na figura dos investimentos direto estrangeiros e na dependência tecnológica. A esses fatores, somava-se o imperialismo, que na medida em que permeava toda a economia e sociedade dependentes, representava um fator constitutivo de suas estruturas sócio-econômicas. Era a conjunção desses distintos mecanismos que integravam, de forma subordinada, a economia latino-americana à economia internacional (DUARTE; GRACIOLLI, 2007, p. 3). Nessa teoria, uma ideia fundamental é que existe uma tendência à sobreapreciação cíclica e crônica da taxa de câmbio.

De acordo com Bresser Pereira (2006), a teoria da dependência só existe e somente constituiu uma novidade, porque se opôs à Teoria do Imperialismo de duas maneiras. Primeiro, afirmando que a causa do atraso dos países subdesenvolvidos não está apenas na exploração do centro imperial, mas, também, senão principalmente, na incapacidade das elites locais, especificamente da burguesia, de serem nacionais, ou seja, de pensarem e agirem em termos dos interesses nacionais, não se podendo falar em uma revolução nacional burguesa. Em segundo lugar, a Teoria da Dependência, na sua versão associada e também na nacional-dependente (não na da superexploração capitalista), afirmava que a teoria do imperialismo equivocava-se ao afirmar que o centro seria contrário à industrialização (PEREIRA, 2006).

Em síntese, a Teoria da Dependência define-se de forma distinta da Teoria do Imperialismo por atribuir a responsabilidade do subdesenvolvimento mais às elites locais dependentes, incapazes de serem nacionais, e menos (em diversas medidas) à capacidade do centro imperial de criar obstáculos ao desenvolvimento da periferia. Finalmente, para ficar clara a distinção entre a Teoria da Dependência e a Teoria do Imperialismo, é preciso assinalar que a primeira, ao contrário da segunda, é uma teoria originalmente marxista.

A Teoria da Dependência acabou se dividindo em duas vertentes principais que divergiam a respeito: a corrente weberiana ou da "dependência associada" e a corrente marxista. A primeira tinha como principais autores Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, e a marxista tem em Ruy Mauro Marini, Gunder Frank, Theotônio Santos, Vânia Bambirra, entre outros, como principais teóricos.

O ponto central da análise dos weberianos sobre o processo de desenvolvimento é a ênfase no escopo da geração interna da mudança ou um desenvolvimento para dentro. Cardoso e Falleto se contrapunham ao dualismo estrutural pois acreditavam que a transição da América Latina não era um processo que visava a superação de uma sociedade

"tradicional" para uma "moderna", portanto negando a simplicidade desse dualismo. O desenvolvimento seria um processo histórico e social, particular de cada sociedade e, de forma simplista, esta corrente teórica constata a impossibilidade do desenvolvimento nacional ser liderado pelas burguesias dependentes, o que faz com que esses autores constatem que os países dependentes devem se associar ao sistema dominante de forma que possam obter algumas benesses desta relação (DUARTE; GRACIOLLI, 2007). O presente capítulo irá abordar a vertente marxista da dependência pelo fato desta ser mais consistente e melhor explicar os dados apresentados e as hipóteses desenvolvidas ao decorrer do trabalho.

2.1.1. A Teoria Marxista da Dependência

Foi uma vertente da formulação teórica dependentista desenvolvida por intelectuais que consiste em uma leitura crítica e marxista não dogmática dos processos e reprodução do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo mundial, em contraposição às posições marxistas convencionais dos partidos comunistas e à visão estabelecida pela Cepal.

A explicação da “dependência” e a produção intelectual dos autores influenciados por essa perspectiva analítica obtiveram ampla repercussão na América Latina no final da década de 60 e começo da década de 70, quando ficou evidente que o desenvolvimento econômico não ocorria por etapas, um caminho que bastaria ser trilhado para que os resultados pudessem ser alcançados. De acordo com essa abordagem, o subdesenvolvimento não seria um primeiro estágio de evolução rumo à modernidade desenvolvida, mas, ao contrário, característica antagônica e complementar do processo de desenvolvimento dentro de uma mesma lógica global de acumulação capitalista. Ainda segundo a vertente marxista da dependência, as classes altas dos países periféricos não realizam uma exploração do trabalho, mas uma superexploração do trabalho, visto que dividem os lucros com as classes estrangeiras.

A Teoria Marxista da Dependência é o termo pelo qual ficou conhecida a versão que interpretava, com base na teoria de Marx sobre o modo de produção capitalista, na Teoria Clássica do Imperialismo, e em algumas outras obras pioneiras sobre a relação centro-periferia na economia mundial, a condição dependente das sociedades periféricas como um desdobramento próprio da lógica de funcionamento da economia capitalista mundial (CARCANHOLO; SALUDJIAN, 2014, p. 185).

Para a Teoria da Dependência, a caracterização dos países como "atrasados" decorre da relação do capitalismo mundial de dependência entre países "centrais" e países "periféricos". Por países "centrais", entende-se centro da economia mundial identificados nos espaços onde ocorrem as manifestações do meio técnico científico informacional em escala ampliada. A "periferia mundial" (países periféricos) se apresenta como aqueles espaços onde os fluxos, o desenvolvimento da ciência, da técnica e da informação ocorrem em menor escala e as interações em relação ao centro se dão gradativamente. A dependência expressa subordinação. A ideia é que o desenvolvimento desses países está submetido (ou limitado) pelo desenvolvimento de outros países e não era forjada pela condição agrário-exportadora ou pela herança pré-capitalista dos países subdesenvolvidos, mas pelo padrão de desenvolvimento capitalista do país e por sua inserção no capitalismo mundial dada pelo imperialismo. Portanto, a superação do denominado subdesenvolvimento passaria pela ruptura com a dependência e não pela modernização e industrialização da economia, o que pode implicar inclusive a ruptura com o próprio capitalismo.

O diagnóstico cepalino foi bastante criticado pelo grupo da Teoria Marxista por fazer uma oposição entre tradicional e moderno e por defender que havia uma série de etapas a serem necessariamente superadas para se atingir o desenvolvimento. A corrente marxista da dependência afirmava que o Brasil não era um país feudal, pois estava integrado ao sistema capitalista mundial como grande fornecedor de matérias-primas. A própria existência de uma burguesia nacional industrial era questionada. O objeto de estudo da Teoria Marxista da Dependência é a compreensão do processo de formação sócio-econômico na América Latina a partir de sua integração subordinada à economia capitalista mundial. Nas críticas à Cepal, o grupo concordava com a interpretação da dependência da escola sociológica que se concentrava em Florestan Fernandes.

Com o auxílio do sociólogo Florestan Fernandes, a Teoria Marxista da Dependência desenvolveu uma crítica à interpretação nacional-desenvolvimentista da Cepal, já que esse órgão via uma oposição entre um Brasil feudal e agrário e um Brasil moderno e industrial. A superação do dito subdesenvolvimento passaria, então, por uma aliança entre Estado e burguesia nacional industrial na forma de uma revolução nacionalista e capitalista (PEREIRA, 2010).

Segundo essa corrente, a dependência pode ser entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, na qual a economia de certos países

está condicionada ao desenvolvimento e expansão de outras economias, de forma que os países centrais poderiam se auto-sustentar, enquanto que os países periféricos só poderiam expandir suas economias como um reflexo da expansão dos primeiros (DUARTE; GRACIOLLI, 2014).

2.1.2. Teóricos que contribuíram para a formulação das abordagens dependentistas

Immanuel Wallerstein

Sociólogo e cientista político, Wallerstein é uma grande influência entre os teóricos da dependência na medida em que cunhou um conceito chave para a melhor compreensão dos processos e estruturas descritos pela teoria da dependência. Trata-se do "sistema mundo", formulado pelo autor em sua série de livros intitulada "The Modern World System". De forma sintética, o conceito de sistema mundo é composto por uma única divisão do trabalho e múltiplos sistemas culturais que interagem dentro desse meio. Esse conceito não é necessariamente geográfico já que essas características existem dentro de outras esferas, como o próprio país por exemplo.

Além de utilizar os conceitos de centro e periferia como pelos autores da dependência, Wallerstein ainda cunha o termo "semi-periferia" para se referir ao status intermediário entre desenvolvimento e não desenvolvimento. Segundo o autor as semi-periferias são essenciais para amenizar os efeitos polarizadores da divisão de trabalho entre centro e periferia, portanto elas funcionariam como uma espécie de "amortecedor" dentro do sistema mundo. Além disso as semi-periferias são um destino potencial de investimento oriundo da expansão financeira dos centros. A semi-periferia de acordo com Wallerstein é uma zona dinâmica de mudanças e transformações, pois os países nessa classificação dependendo dos rumos de sua estrutura socio política poderiam tanto ascender ao centro quanto cair para a periferia.

Essas relações entre centros, periferias e semi-periferias ocorrem, segundo o modelo de Wallerstein, não somente em nível global entre Estados mas também dentro destes, em níveis locais e regionais, sendo portanto um padrão de relações inerente ao próprio sistema capitalista, independente da escala. Nesse padrão de relações o centro explora a periferia através do mecanismo das trocas desiguais, pois o centro detém mais indústrias e tecnologia

enquanto as periferias sofrem com o atraso tecnológico e a especialização em insumos primários.

Theotônio dos Santos

“... ao entender a dependência e conceituar e estudar os seus mecanismos e sua força histórica pode-se expandir e reformular a teoria do imperialismo” (SANTOS, 1969, p. 73). O autor ensaiou em seus estudos sobre o subdesenvolvimento latino-americano unificar a perspectiva de construção de uma teoria geral da dependência, caracterizando estruturas constituintes desta condição de subordinação, definindo seus mecanismos de perpetuação e periodizando suas respectivas fases. Esse esforço realizado por Santos é fundamental para que a Dependência exista como teoria. Até hoje muitos críticos definem a corrente da dependência como um conjunto de abordagens metodológicas investigativas que buscaram lidar com os questionamentos sobre a perpetuação da condição da dependência latino americana nas décadas de 60 e 70.

Santos negou a ideia do liberalismo político de que a interdependência econômica traria necessariamente prosperidade entre as nações. Para ele o desenvolvimento dos países periféricos estava condicionado ao crescimento econômico e expansão do capital dos países centrais. Assim o centro é capaz de desenvolvimento autárquico enquanto a periferia é dependente do primeiro. Portanto o que a expansão do capitalismo no mundo condiciona não é somente a interdependência e assimetria, mas também a dependência econômica e financeira e a assimetria cada vez maior entre centro e periferia.

Juntamente com os teóricos marxistas, apontou para o subdesenvolvimento como um fenômeno decorrente do próprio capitalismo e portanto a inexistência de escalas graduais entre desenvolvimento e subdesenvolvimento ou de uma fórmula única para se alcançar o desenvolvimento. Santos se opunha a ideia defendida por Prebisch de que a política de industrialização por substituição de importações implementada na América Latina melhoraria os termos de troca e as desigualdades econômicas. A lógica era que a industrialização na periferia era dependente de inversões de receitas dos setores exportadores agrícolas e portanto ainda dependente e subordinada a divisão internacional do trabalho. Essa condição ainda tornaria o processo de ISI mais frágil e vulnerável, suscetível a flutuações no balanço de pagamentos e no nível de investimento estrangeiro.

Ruy Marini

A interpretação do capitalismo periférico realizada por Marini é estruturada a partir da construção teórica de Marx, em especial sobre o tratamento daquilo que ele chamou de Lei Geral da Acumulação Capitalista. Marini buscou analisar a evolução do capitalismo desde o século XVI e o desenvolvimento das economias latino americanas que, segundo ele, foram desde sempre condicionadas a essa dinâmica de forma a encontrar as falhas que levaram o continente a situação de dependência. Marini argumenta que desde um primeiro momento a condição para que a América Latina se inserisse na economia internacional esteve relacionada com a capacidade para criar uma oferta mundial de alimentos. Com o passar do tempo essa condição pouco se transforma no sentido de garantir a formação de um mercado de matérias-primas industriais, cuja importância crescia em função do próprio desenvolvimento industrial do primeiro mundo. Neste novo cenário, coube aos países dependentes, como já afirmado anteriormente, a tarefa de suprirem de alimentos e matéria prima os países industrializados, permitindo aos últimos se especializarem na produção de manufaturas, na medida em que não precisavam produzir, em nível nacional, os alimentos necessários à população urbana, formada com o processo de industrialização, e as matérias primas para a indústria. Essa dinâmica “permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas” (MARINI, 2000, p.111).

Na concepção mariniana os limites do desenvolvimento estão circunscritos a forma como capitalismo se desenvolveu na América Latina, ou seja, de forma subordinada e dependente frente à economia mundial, que tem como fundamento dessa dependência o intercâmbio desigual de mercadorias entre países centrais e periféricos e a superexploração do trabalhador. A dinâmica de acumulação do capitalismo mundial, nesta fase de desenvolvimento, impõe aos países dependentes um grau de transferência de valor que impede até mesmo a implementação de políticas e projetos mais redistributivos. O persistente intercâmbio desigual entre periferia e centro fundamentaria-se na maior produtividade dos países industrializados e na manutenção do preço das suas mercadorias, no processo de troca, transgredindo a lei do intercâmbio e também no monopólio da produção de mercadorias industrializadas, pelos países centrais.

Para Marini em "*Dialética da Dependência*", ao contrário teorias de desenvolvimento que promoveram a industrialização como saída para o subdesenvolvimento, o desenvolvimento capitalista na periferia era uma criação ideológica. De sua perspectiva, o subdesenvolvimento característico do capitalismo dependente seria completamente intrincado ao desenvolvimento do capitalismo central, sob a lógica da o capital global. Assim, não havia nenhuma maneira, de acordo com esta lógica, a realizar políticas de industrialização autônomas que permitiram "o salto" para o desenvolvimento e encurtar o fosso em termos de receita que separa as economias periféricas das centrais (TREACY, 2013).

Um conceito chave para a compreensão do subdesenvolvimento nos países periféricos na obra de Marini é o de superexploração da força de trabalho. A superexploração é caracterizada por preços reduzidos, força de trabalho abaixo do seu valor e é desenvolvida através de mecanismos como: aumento do tempo ou a intensidade do trabalho sem remuneração equivalente a um aumento do desgaste do trabalhador; cortes de salários; ou, por último, o aumento da qualificação do trabalhador sem aumento equivalente ao valor da força de trabalho. Estes mecanismos podem ser desenvolvidos isoladamente ou de modo combinado, de acordo com a fase atual da remuneração acumulação de capital, mas representam mais desgaste do trabalhador e, conseqüentemente, esgotamento prematuro e limitando sua força de trabalho, em determinadas condições tecnológicas (MARINI, 1991).

Para o autor, a inovação tecnológica e mais-valia extraordinária estão ligadas principalmente ao segmento de bens de consumo de luxo. A mais-valia extraordinária que promove a inovação tecnológica, tem uma importante contradição com mais-valia relativa. Ao contrário desta última, não aumenta a produção de mais-valia. Ele representa apenas uma nova distribuição da massa de mais valia disponível, pois não desvaloriza socialmente as mercadorias. Ela se concentra no consumo do setor de bens de luxo, dissociando o progresso técnico da desvalorização da mercadoria força de trabalho e de consumo necessário que o trabalhador utiliza para reproduzi-la. No trabalho que procura responder as primeiras críticas que *Dialética da Dependência* sofreu, Marini deixa clara a centralidade e especificidade da categoria superexploração para a teoria marxista da dependência quando afirma que questões substantivas do *Dialética da Dependência* estão reafirmando a tese em que se afirma ali, isto é, a de que o fundamento da dependência é a superexploração do trabalho" (MARTINS, 2013).

Gunder Frank

Assim como outros autores da corrente marxista, Gunder Frank rejeita a noção de etapismos e em sua obra esclarece bem as diferenças entre não desenvolvimento e subdesenvolvimento. O primeiro termo designa a ausência do desenvolvimento dentro de uma escala crescente. A Europa no século XVI se classifica dentro do termo não desenvolvido. Diferentemente, o subdesenvolvimento não é uma fase, mas um fenômeno fruto da expansão capitalista. A América Latina e a África são subdesenvolvidas, pois dentro do sistema mundial capitalista e da divisão internacional do trabalho desempenham um papel que lhe confere essa condição, ou seja, o de fornecedores de insumos agrícolas e minerais para o centro. Portanto, o subdesenvolvimento é um processo histórico estrutural inerente à expansão do capitalismo.

“Por consequência, a maior parte de nossas teorias não consegue explicar a estrutura e o desenvolvimento do sistema capitalista como um todo e não esclarece a geração simultânea de subdesenvolvimento em algumas partes e de desenvolvimento econômico em outras. (...). Basta, porém, uma pequena familiarização com a história para saber que o subdesenvolvimento não é original nem tradicional, e que nem o passado nem o presente dos países subdesenvolvidos se parecem em qualquer aspecto importante com o passado dos países hoje desenvolvidos. Os países atualmente desenvolvidos nunca foram subdesenvolvidos, embora possam ter sido não-desenvolvidos” (FRANK, 1969, p. 26).

Em sua obra, Frank também se opôs veementemente ao conceito de "dualismo social" em que na periferia haveria a coexistência de duas realidades sociais, uma moderna em que o capitalismo estaria presente e outra retrógrada marcada por sua ausência e domínio de instituições tradicionais feudais ou pré-capitalistas. Se o mundo subdesenvolvido para Frank é produto da expansão capitalista as instituições arcaicas ou "feudais" existentes nela também são fruto desse processo. Assim, o capitalismo teria penetrado em todas as esferas sociais na América Latina, não se restringindo no âmbito das Relações Internacionais, mas também na esfera interna desses países e o que ocasionaria que falhas estruturais características de seu subdesenvolvimento são oriundas não de uma ausência de capital, mas sim em função do próprio processo de expansão e penetração do capital no mundo.

Vânia Bambilra

No contexto de ebulição social e política no Chile dos anos 70, Bambirra escreve o livro *“El capitalismo dependiente latinoamericano”*, cujo propósito é a definição de dois tipos de estruturas dependentes de acordo com o tempo histórico de duração de industrialização de cada país. O primeiro é constituído pelos países que se industrializaram a partir do século XIX e o segundo os com industrialização mais recente, após a Segunda Guerra, subordinada ao capital financeiro internacional. A partir desta perspectiva ela conclui que em apenas seis países latinos teve origem uma burguesia nacional com projetos próprios de desenvolvimento: Brasil, Argentina, México, Colômbia, Chile e Uruguai. Ao mesmo tempo em que essas burguesias tiveram um papel importante no contexto da industrialização e do desenvolvimento de algum grau de autonomia para esses países latino americanos, durante os anos 50, no contexto da integração monopolista mundial, essas burguesias acabam associando-se ao ao capital transnacional, desnacionalizando os meios de produção e a propriedade privada sob uma falsa aparência de um setor nacionalista e anti-imperialista. A autora caracterizou esse fenômeno como um clássico populismo latino americano.

A exemplo da série de golpes militares que tiveram lugar na América Latina a partir dos anos 60, Bambirra conclui que não há espaço para um desenvolvimento liderado por burguesias nacionais associadas ao capitalismo monopolista; a tendência seria cada vez mais um acirramento de tensões sociais, das desigualdades e um crescimento dos autoritarismos e golpes de estado. Quando escreve *“La Revolución Cubana: una reinterpretación”*, em 1973, Bambirra faz uma tentativa de analisar o fenômeno cubano como uma alternativa socialista para o restante da América Latina naquele contexto.

2.2. Neo-extrativismo

O extrativismo é uma forma de acumulação que surge em grande escala há mais de 500 anos. Com a conquista e colonização da América, África e Ásia começa a estruturar-se a economia mundial através da expansão do sistema capitalista. Este tipo de acumulação de extração foi determinada desde então pelas demandas dos centros metropolitanos do capitalismo nascente. Algumas regiões foram especializadas na extração e produção de matérias-primas, ou seja, bens primários, enquanto outras assumiram o papel de produtores de bens manufaturados (ACOSTA, 2011, 85). O extrativismo inclui atividades relativas à extração de recursos minerais como por exemplo, a mineração, a exploração de

hidrocarbonetos , mas também podem ser adicionados outros empreendimentos , como as monoculturas de exportação, determinadas pescarias e outras atividades semelhantes. Essas matérias-primas são exportadas geralmente na sua forma mais bruta, ou transformadas com pouco processamento.

Em termos histórico-políticos, a atividade extrativista acaba por instigar a formação de concentração de poder, bem como tende a reforçá-la quando a mesma já existe. Desta forma, os altos índices de concentração de renda e de riqueza consistem em um dos resultados dos países que possuem como base da sua produção a exportação de bens primários. Realidades que se estendem da lógica extrativista para o neo-extrativismo. No neo-extrativismo, como se verá mais adiante, persiste a importância dos setores extrativistas como um pilar do desenvolvimento, não havendo alterações estruturais ao modelo de produção do capital extrativistas (GUDYNAS, 2011, p. 100).

Portanto, o Extrativismo é aqui definido como um tipo de extração de recursos naturais de grande volume ou de alta intensidade, e são orientados essencialmente, com destino a exportação como matérias-primas em forma bruta ou com um processamento mínimo. Considera-se que a orientação para a exportação prevalece quando pelo menos 50 % do recurso extraído destina-se ao comércio exterior (GUDYNAS, 2011, p. 101). Nas etapas envolvidas no extrativismo constam ações que vão desde a exploração, descoberta, as atividades de extração, mas também para as fases subsequentes como encerramento e abandono de locais de propriedade, exportação e, dependendo do caso, processamento e reimportação.

O nome Brasil, o qual resulta hoje como República Federativa do Brasil, deriva do primeiro produto de exportação extrativista para a metrópole Portugal - a árvore pau-brasil. A árvore pau brasil, atualmente quase extinta no país a que deu nome, teve início de sua extração predatória com a chegada dos portugueses que utilizavam sua madeira para móveis e sua resina vermelha para indústria têxtil. Essa referência de nomenclatura serve para destacar quão contemporâneo ainda consiste a herança extrativista fruto do sistema colonial (MALDONADO, 2014, p. 160).

O extrativismo que pode ser considerado "clássico" significa aquele praticado durante o mandato de governos mais conservadores ou de direita, característicos da América Latina até o século XXI, como Álvaro Uribe e Juan Manuel Santos na Colômbia e Alan Garcia no Perú. Nessa forma de extrativismo o Estado nacional detém um controle menor da exploração

de seus recursos e as empresas transnacionais desempenham um papel dominante no processo decisório acerca do controle dessas riquezas, enquanto o governo é funcional a essa transnacionalização de seus recursos.

Sob o marco geral do conceito de neo-extrativismo é que de forma crítica vêm sendo pautados no debate público os fenômenos de reprimarização associados a desindustrialização precoce de alguns países latino americanos, apontando-se para a formação de economias de enclave, dependentes da globalização, que geram poucos benefícios para as economias nacionais e não resultam na criação de empregos. O neo-extrativismo como uma orientação de fundo dos países e governos da região latino-americana vem servindo para organizar a compreensão dos processos, desafios e lutas comuns no continente, bem como na forma em que este se reflete nas mudanças da estrutura produtiva dos países e nos conflitos sociais e ambientais relacionados. Na especificidade do contexto brasileiro, grande parte dessa mesma discussão faz parte do que vem sendo apontado como contradições ao centro do modelo “neodesenvolvimentista”.

De acordo com Gudynas, esse extrativismo promovido pelas esquerdas latino americanas não é igual ao dos governos conservadores anteriores e é necessário identificar semelhanças e diferenças. Sob os governos progressistas há uma maior presença do Estado, com regras mais claras (independentemente de serem boas ou não), e em vários casos impondo uma renegociação dos velhos contratos que possuíam as empresas estrangeiras. Em países como Bolívia, Equador e Venezuela se elevaram os tributos, exigiu-se a participação das empresas estatais, há algumas novas exigências sobre os investimentos e o Estado capta uma parte maior dessa renda.

Assim, o neo-extrativismo tem sido adotado como uma nova versão do extrativismo como uma opção de muitos países em desenvolvimento em geral sob mandato de governos de esquerda. Países periféricos têm optado por esse modelo de desenvolvimento como estrutura de suporte econômica para implementação de vultosos programas sociais voltados para a educação, saúde e luta contra a fome e miséria. Exemplo disso ocorreu no Brasil no ano de 2013 quando a presidenta Dilma Rousseff sancionou a lei dos royalties do pré-sal que destina 75% das receitas do extrativismo para fundos nacionais de educação e 25% para a saúde.³

³ A Lei dos Royalties obriga o governo federal, estados e municípios a aplicar esses recursos, obtidos como compensação ao Poder Público pela produção de petróleo, em duas áreas específicas: 75% para a educação e 25% para a saúde. *Fonte: Câmara dos Deputados*. Disponível em: <www2.camara.leg.br>.

Apesar destas diferenças, tanto os países com projetos de matriz mais neo-desenvolvimentistas quanto aqueles cujas formas que estão sendo construídas se assemelham a um socialismo do século XXI, predominam práticas extrativistas (GUDYNAS, 2009). A lógica de desenvolvimento moderno e extrativista, portanto, exprime uma perspectiva ambígua de progresso, o que Elísio Macamo, professor e pesquisador associado ao Centro de Estudos Africanos da Universidade de Basel, denomina de “ambigüidade da modernidade” (MACAMO, 2006), na medida em que por um lado expressa uma possibilidade de progresso e desenvolvimento socioeconômico, mas por outro lado mantém e, em muitas situações contribui para a radicalizações de situações pré-existentes de subdesenvolvimento.

Enquanto diante do velho extrativismo existia uma disputa sobre a propriedade dos recursos naturais e das empresas que o processariam, sob os auspícios dos governos progressistas a maior presença estatal modificou a situação. Em alguns países, essas atividades estão nas mãos de empresas estatais (como a PDVSA na Venezuela), em outros são companhias de direito privado mas de gestão governamental (como a Petrobras), e há até empreendimentos cooperativos (como na Bolívia). Mas, apesar de toda essa diversidade, em todos os casos se repetem as estratégias empresariais baseadas na competitividade, redução de custos, aumento da rentabilidade e persistência dos impactos sociais e ambientais. Dessa maneira, companhias como a PDVSA ou Petrobras podem acabar se comportando como velhas empresas transnacionais, afetando comunidades locais e seus ambientes. Isso indica que, para além da propriedade dos recursos e dos meios de produção, persistem as regras e funcionamentos dos processos produtivos clássicos; portanto, é necessário desmontar essa lógica obcecada na lucratividade e exteriorização dos impactos negativos."

Todavia, existem alterações nas escalas, bem como dos atores que controlam e executam as políticas no neo-extrativismo. Assim, sem haver alterações substantivas no modelo de acumulação do desenvolvimento capitalista, o neo-extrativismo vem a ser considerado, por autores como Eduardo Gudynas e Alberto Acosta, como a inserção desses mercados extrativistas na sistemática de globalização imposta pelo capitalismo transnacional (ACOSTA, 2011; GUDYNAS, 2010). No auge do neoliberalismo, extrativismo foi caracterizado pela expansão das corporações transnacionais favorecidas pela retirada do Estado e a implementação de reformas estruturais que desregulamentou o mercado num contexto de liberalização dos fluxos de capital e relaxamento das normas trabalhistas, ambiental e territorial. Através do neo-extrativismo, o empreendedorismo transnacional não

desaparece, mas reaparece com outros modos de associação, tais como a migração para contratos de serviços no setor de petróleo ou *joint ventures* para o comércio.

Uma das defesas mais sistemática do extrativismo no debate latino americano atual pode ser considerada a do vice presidente de Bolívia, Álvaro García Linera:

[...]en una primera etapa ¿acaso no es posible utilizar los recursos que brinda la actividad primaria exportadora controlada por el Estado para generar los excedentes que permitan satisfacer condiciones mínimas de vida de los bolivianos, y garantizar una educación intercultural y científica que genere una masa crítica intelectual capaz de asumir y conducir los emergentes procesos de industrialización y de economía del conocimiento? ¿Con qué superar al extractivismo? ¿Acaso dejando de producir, cerrando las minas de estaño, los pozos de gas, retrocediendo en la satisfacción de los medios materiales básicos de existencia, tal como lo sugieren sus críticos? ¿No es ésta más bien la ruta del incremento de la pobreza y el camino directo a la restauración de los neoliberales? ¿El amarrar las manos al proceso revolucionario en aras del rechazo extractivista, no es acaso lo que más desean las fuerzas conservadoras para asfixiarlo? [...] los críticos irreflexivos a favor del no extractivismo [...] en su liturgia política mutilan a las fuerzas y a los gobiernos revolucionarios de los medios materiales para satisfacer las necesidades de la población, generar riqueza y distribuirla con justicia; y a partir de ello crear una nueva base material no extractivista que preserve y amplíe los beneficios de la población laboriosa. Detrás del criticismo extractivista de reciente factura en contra de los gobiernos revolucionarios y progresistas, se halla pues la sombra de la restauración conservadora (LINERA, 2012)⁴.

Nos trechos retirados do discurso do vice-presidente García Linera consta a defesa do modelo extrativista sob o argumento de que o encerramento das atividades de exploração mineral no país não acabaria com a pobreza e a crítica ao extrativismo seria uma tentativa neoliberal conservadora de barrar recursos obtidos pelos governos revolucionários progressistas, que se utilizariam de tais recursos para promover melhorias sociais, distribuir renda e melhorar o nível de vida da população. De acordo com Linera sem essas rendas

⁴ Numa primeira fase, não é possível usar os recursos oferecidos pela atividade primária e exportação controlada pelo Estado para gerar excedentes que possam atender as condições de vida mínimas dos bolivianos, e garantir a educação intercultural e científica para gerar uma massa crítica intelectual capaz de assumir e conduzir a industrialização e a economia do conhecimento Como superar o extrativismo? Cessar a produção, fechar as minas de estanho, poços de gás, recuando para a satisfação de meios materiais básicas da existência, como os críticos sugerem? Não é esta a rota do caminho do aumento da pobreza e o caminho direto para a restauração neoliberal? Será que atar as mãos do processo revolucionário no interesse da rejeição extrativa, não é o que eles querem forças mais conservadoras para sufocar? [...] Críticos em favor de não extrativismo [...] em sua liturgia política querem mutilar forças e governos revolucionários do material para atender as necessidades da população, gerar riqueza e distribuí-la de forma justa; e com isso criar uma nova base material não extrativo que irá preservar e ampliar os benefícios da população activa. Por trás das críticas contra os governos revolucionários e progressistas encontra a sombra da restauração conservadora (LINERA, 2012, tradução nossa).

adquiridas pelo extrativismo o próprio desenvolvimento industrial, científico e educacional da nação ficaria impossibilitado. Portanto a retórica do vice-presidente é uma defesa do extrativismo como um passo inicial para o desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos. Trata-se da renda inicial com a qual o país pobre poderá empreender reformas estruturais e alcançar a industrialização e o desenvolvimento. Essa lógica vai ao encontro do pensamento de Gudynas ao destacar o papel fundamental do neo-extrativismo para as economias latino americanas: "el neo-extractivismo es un nuevo ingrediente de una versión contemporánea y sudamericana del desarrollismo a la que llamaremos neodesarrollismo" (GUDYNAS, 2009).

A Declaração de ALBA (Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América). " Desde el Pacífico" para a XII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da ALBA-TCP realizada em Guayaquil, em 30 de julho de 2013 é uma manifestação dos governos dos países envolvidos de utilizarem-se de suas vantagens comparativas em recursos naturais como política econômica para combater a pobreza e encabeçar o desenvolvimento na região⁵:

[..].Por otro lado, manifestamos el derecho y la necesidad que tienen nuestros países de aprovechar, de manera responsable y sustentable, sus recursos naturales no renovables, los cuales cuentan con el potencial de ser utilizados como una importante fuente para financiar el desarrollo económico, la justicia social y, en definitiva, el bienestar de nuestros pueblos, teniendo claro que el principal imperativo social de nuestro tiempo -y de nuestra regiones- combatir la pobreza y la miseria. En este sentido, rechazamos la posición extremista de determinados grupos que, bajo la consigna del anti-extractivismo, se oponen sistemáticamente a la explotación de nuestros recursos naturales, exigiendo que esto se pueda hacer solamente sobre la base del consentimiento previo de las personas y comunidades que viven cerca de esa fuente de riqueza. En la práctica, esto supondría la imposibilidad de aprovechar esta alternativa y, en última instancia, comprometería los éxitos alcanzados en materia social y económica.⁶

⁵ XII Cúpula de Guayaquil, Ecuador-DECLARACIÓN DEL ALBA DESDE EL PACÍFICO. Disponível em: <http://www.portalalba.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1327:2013-07-30-xii-cumbre-guayaquil-ecuador-declaracion-del-alba-desde-el-pacifico&catid=130&Itemid=146>.

Por outro lado, expressam o direito e a necessidade de nossos países para aproveitar, de forma responsável e sustentável dos recursos, naturais não renováveis, que têm o potencial para ser usado como uma fonte importante para financiar o desenvolvimento econômico, justiça social e, em última análise, o bem-estar de nossos povos, tendo claro que o principal imperativo social do nosso tempo e da nossa região:luta contra a pobreza e miséria. A este respeito, rejeitamos a posição extremista de certos grupos sob o slogan de anti-extrativismo, ao oporem-se sistematicamente a exploração de nossos recursos naturais, exigindo que este só pode ser feito com base no consentimento prévio dos indivíduos e das comunidades que estão vivendo perto da fonte de riqueza. Na prática, isto significa a incapacidade de aproveitar essa alternativa e, finalmente, comprometeria êxitos em questões sociais e econômicas (XII CÚPULA DA ALBA, 2013, tradução nossa).

Um caso mais extremo de opção para o modelo de desenvolvimento de extração é o caso venezuelano. Durante os últimos anos, apesar das referências discursivas para o tema do rentismo, tem havido um aprofundamento da dependência do petróleo e da lógica rentista e correspondente sua devastação social e ambiental. Devido não só a variações no preço do petróleo bruto, como o peso do petróleo proporcional ao total das exportações venezuelanas passou durante o último governo de cerca de 63% em 1998 para 96% nos últimos anos. (LANDER, 2014) No documento que tem sido considerado o testamento político de Chávez, seu programa de governo apresentado última eleição presidencial em 2012, define claramente o caráter rentista da política petrolífera:

[...]nuestra política petrolera debe ser revolucionaria, lo cual tiene que ver con quién captura la renta petrolera, el cómo se capta y cómo se distribuye. No cabe duda que debe ser el Estado quien controle y capture la renta petrolera, con base en mecanismos que maximicen su valor, para distribuirla en beneficio del pueblo, procurando el desarrollo social integral del país, en condiciones más justas y equitativas. Este es el elemento que nos diferencia de cualquier otra política petrolera⁷ (CHAVEZ, 2012).

O extrativismo de mineração e hidrocarbonetos tem crescido nos últimos anos. Enquanto a Venezuela, Equador e Bolívia permanecem importantes exportadores de petróleo ou gás, mudanças substanciais são observadas no setor de mineração. Com a consolidação do Brasil, como grande produtor e exportador, tendo superado recentemente as nações andinas. A produção de bauxita no Brasil aumentou de 19,3 milhões de toneladas em 2003 para 29 milhões em 2010; o ferro cresceu de 263,7 milhões de toneladas para 370 milhões no mesmo período. A partir de 2003 houve também um aumento substancial na produção mineira na Argentina, e aumentos moderados ou a estabilidade na Bolívia e no Chile. As exportações mineiras originárias do Mercosul ampliado (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai) gastou mais de US\$ 13.000 milhões em 2003 para US \$ 42.000 milhões em 2009, segundo a CEPAL. Nos últimos anos, as exportações também aumentaram em valor, volume e preço unitário em vários casos (exceto quedas em 2008). Mas também aumentou a proporção de matérias-primas nas exportações totais (no caso do Mercosul ampliado, passou

⁷[...]nossa política do petróleo deve ser revolucionária, o que tem a ver com quem captura a receita do petróleo, como é coletada e como ela é distribuído. Sem dúvida deve ser o estado que monitorara e capturara as receitas do petróleo, com base em mecanismos para maximizar o seu valor, para distribuição em benefício do povo, buscando o desenvolvimento social abrangente do país, mais base justa e equitativa. Este é o elemento que nos diferencia de qualquer outra política petrolífera (CHAVEZ, 2012, tradução nossa).

de 60,2% do total em 2005 para 68,4% em 2009). O investimento estrangeiro também se recuperou para mais de US\$ 85.000 milhões de dólares em 2010; o destino principal são recursos naturais: 43% do total.

A nacionalização dos recursos como petróleo e gás na Bolívia, Venezuela e Equador (no Brasil o petróleo foi nacionalizado ainda na década de 50 com a criação da Petrobrás) caracterizam no modelo neo-extrativista o papel mais ativo do Estado do que no modelo anterior. Normalmente os governos na América do Sul tentam se utilizar dos excedentes das atividades extrativas para arrecadar mais tributos. Uma vez com os cofres públicos mais cheios, os governantes defendem o extrativismo sob o pretexto de que essa atividade gera receitas com as quais o Estado pode arcar com políticas e projetos sociais. Portanto sob a blindagem das receitas obtidas pelo governo, o extrativismo pode se perpetuar não obstante altos custos socio-ambientais.

A partir do momento em que essas atividades extrativistas se estabelecem e se perpetuam como setores principais ou essenciais nas economias sul americanas, o que acaba ocorrendo de fato é uma manutenção da inserção subordinada no sistema internacional, em que esses países seguem seu papel de agroexportadores frente as cadeias de valor do mundo globalizado. A administração de governos progressistas ou muitas vezes denominados de neo-desenvolvimentistas na América do Sul mativeram seu apoio a instituições econômicas internacionais como a Organização Mundial do Comércio e o Fundo Monetário Internacional buscando dentro da arena política e diplomática obter os maiores benefícios possíveis dentro da ordem liberal existente no comércio internacional.

O neo-extrativismo gera um alto custo ambiental e social. Várias regiões permanecem desatendidas pelos governos e muitas vezes quando se instala alguma atividade extrativa de grande magnitude faz-se necessário o reassentamento de comunidades locais. O deslocamento das comunidades locais, como no caso da Hidrelétrica Belo Monte no Brasil, são alvo de protestos de organizações humanitárias que condenam a falta de assistência oferecida a essas pessoas que deverão reconstruir suas vidas e seus meios de subsistência em zonas distantes. Os impactos do extrativismo também são amplamente direcionados ao meio geográfico, com extensas zonas de exploração e de bloqueios causados pelas concessões petrolíferas ou licenças de mineração. Os impactos ambientais são também bastante conhecidos pela população. Muitas vezes os mecanismos de fiscalização e as salvaguardas que deveriam controlar os danos ambientais e impor regras a exploração são falhos e acabam envolvendo os

próprios governos como responsáveis por catástrofes ambientais. Exemplo disso é o famoso e recente caso do rompimento de uma barragem da represa da Samarco em Mariana (MG). O vazamento de rejeitos da exploração de minério atingiu uma vasta área geográfica, contaminando o solo e a água de diversas outras cidades gerando altos custos às populações, além de danos ambientais ainda imensuráveis.

Nesse debate é interessante a contribuição da perspectiva do Marxismo Ecológico; este vertente do marxismo aponta a contradição do capitalismo na forma de discurso sobre "desenvolvimento sustentável": para expandir-se o capitalismo necessita da apropriação de espaço e recursos e isso por fim acaba levando a degradação ambiental pela lógica da maximização do lucro, e essa lógica é inerente ao modo de produção e molda as relações de produção.

A crise do neo-extrativismo ocorre no momento em que o preço dos recursos minerais e agrícolas despencam, como por exemplo o caso da queda dos preços do barril de petróleo nos últimos anos. O posicionamento otimista dos governos sul americanos diante da crise só se fazia possível na medida em que o fluxo das exportações de matérias-primas mantiveram seus preços elevados e atraíam investimento. Ainda segundo Gudynas, o neo-extrativismo é caracterizado pela manutenção e até mesmo o aprofundamento da exploração tanto da mineração quanto da extração de petróleo, quer por um aumento nos itens clássicos ou pela incorporação de novos recursos.

No hay duda, el neoextractivismo es parte de una versión contemporánea del desarrollismo propia de América del Sur, donde se mantiene el mito del progreso y del desarrollo bajo una nueva hibridación cultural y política⁸ (GUDYNAS, 2009).

O economista argentino Claudio Katz escreveu em diversos momentos críticas aos governos progressistas da América do Sul e ao modelo neoextrativista como estratégia de desenvolvimento econômico. Em seu ensaio "*Desenlaces del ciclo progresista*" em 2016, Katz denuncia o imperialismo norte americano que historicamente se utilizou dos mais diversos meios, desde a diplomacia até a conspiração golpista para depor governos de esquerda na América Latina que ameassem o abastecimento de matérias primas dos EUA. Katz aponta o aparecimento da China como grande sócio comercial da região como um

⁸Sem dúvida, o neo-extrativismo é parte de uma versão contemporânea do desenvolvimentismo próprio da América do Sul, onde mantém-se o mito do progresso e do desenvolvimento sob uma nova hibridização cultural e política (GUDYNAS, 2009, tradução nossa).

desafio aos norte americanos na medida que disputa o fornecimento de matérias primas e competem no mercado latino americano com manufaturas competitivas.

En la actualidad impone la persistencia de la pobreza y provoca la expulsión de la población rural, sin gestar puestos de trabajo equivalentes en las áreas urbanas. Todas las objeciones clásicas a la primarización mantienen su vigencia. La gravitación de las empresas transnacionales, la mundialización y la emergencia de Asia no atenúan las adversidades de ese modelo. En realidad, los viejos problemas de la inserción exportadora han sido potenciados por las nuevas consecuencias de la devastación ambiental. Los propios técnicos de CEPAL han evaluado los dramáticos costos sociales del cambio climático para América Latina, en materia de pestes, enfermedades y deterioro del agua o el suelo . Pero estos impactos son divorciados de sus fundamentos en el esquema primarioextractivo. Especialmente se olvida que la principal fuente de emisión de gases tóxicos en la región proviene de la minería a cielo abierto, la deforestación y el uso irracional del suelo para ampliar monocultivos (KATZ, 2012).⁹

Katz se opõe a ideia de que o chamado ciclo progressista dos governos de centro esquerda representam um rompimento completo com o liberalismo do Consenso de Washington. Existem continuidades e rupturas , e essa administração desenvolvimentista seria a melhor opção em curso ao permitir a nacionalização dos recursos minerais e os maiores ganhos com o extrativismo. No entanto, os governos latino americanos precisariam dar um passo a diante e nacionalizar todos seus principais resortes econômicos de forma a financiar empreendimentos produtivos com renda agro-mineira. Os principais beneficiários desse projeto seriam as maiorias trabalhadoras e as minorias não capitalistas.

Aquí radica la principal diferencia del socialismo con el neo-desarrollismo. El progresismo quedó afectado por ensayos neo-desarrollistas fallidos, que no lograron canalizar las rentas agro-exportadoras hacia actividades productivas. El gasto social permitió distender la protesta, pero el descontento se extendió bajo los gobiernos de centroizquierda (KATZ, 2016).¹⁰

⁹ Atualmente impõe-se a persistência da pobreza e a expulsão de população do campo sem gerar postos de trabalho equivalentes na zona urbana. Todas as objeções clássicas à primarização permanecem válidas. A gravitação de corporações transnacionais, a globalização e a emergência da Ásia não atenuam as dificuldades desse modelo. De fato, os velhos problemas da inserção da exportação foram impulsionados pelas novas consequências de devastação ambiental. Técnicos da CEPAL avaliaram os dramáticos custos sociais das alterações climáticas para a América Latina, em termos de pragas, doenças e degradação da água ou do solo. Mas esses impactos são divorciados de suas bases no esquema primário-extrativo. Especialmente se esquece de que a principal fonte de emissão de gases tóxicos na região vem de minas a céu aberto, o desmatamento eo uso irracional da terra para expandir a monocultura (KATZ, 2012, tradução nossa).

¹⁰ Aquí reside a principal diferença do socialismo com neo-desenvolvimentismo. O progressismo foi afetado por ensaios neo-desenvolvimentistas falidos que não conseguiram canalizar as receitas agro-exportadoras em atividades produtivas. Os gastos sociais permitiam neutralizar a protestos, mas o descontentamento se espalhar sob os governos de centro-esquerda (KATZ, 2016, tradução nossa).

A China pode ser considerada um dos países que mais apoia e incentiva esse modelo na América do Sul, uma vez que é uma grande consumidora dos recursos minerais exportados da região. No continente ela prioriza em termos de investimentos os setores básicos e poupa esforços na transferência de tecnologia. Essa assimetria nas relações econômicas de acordo com Katz só é superada por aquela imposta à África. As consequências dessa assimetria foram mais facilmente notadas nos últimos anos quando a redução do crescimento chinês acaba gerando uma crise nos setores agro exportadores latinos que repercute por toda a economia regional. Além disso, a China tem adotado práticas de desvalorizar o yuan para impulsionar suas exportações e ajustar sua taxa de câmbio às exigências de uma moeda global. Estas medidas enfatizam a colocação de produtos baratos na América do Sul e acentuam as assimetrias no comércio.

Até agora, a China se expande sem exibir ambições geopolíticas ou militares. Alguns analistas identificam esse comportamento com políticas favoráveis para a região. Outros observam uma estratégia neocolonial de apropriação dos recursos naturais em que o comportamento. Em qualquer caso, o resultado até então foi um aumento geométrico na primarização das exportações sul americanas com esse destino.

Há uma problemática quanto a utilização dos blocos regionais para a negociação com a China, A maioria dos países acaba entrando em negociações bilaterais em questões de comércio e de exploração de recursos minerais sem que haja uma articulação regional conjunta para fortalecer as posições dos países sul americanos nas negociações. Explicar como a falta de coesão na integração sul americana é prejudicial à região no sentido de que não existe uma política regional para articulação frente as questões trazidas pela globalização e os novos atores econômicos como a China e o TLP e acabam por acentuar o perfil assimétrico das trocas comerciais da América do Sul com os países desenvolvidos e os chineses.

En lugar de establecer vínculos inteligentes con el gigante asiático para contrapesar la dominación estadounidense, los gobiernos progresistas optaron por el endeudamiento y la atadura comercial. En UNASUR o CELAC nunca se discutió como negociar en bloque con China para suscribir acuerdos más equitativos. Los fracasos en la integración explican el nuevo impulso que

logró el Tratado del Pacífico. Los TLCs rebrotan con la misma intensidad que decae la cohesión sudamericana (KATZ, 2016).¹¹

Por fim, a crítica de Katz ao modelo de desenvolvimento adotado pelos governos progressistas na América do Sul recentemente, assim como a forma com que esses países tem se relacionado com a China e com novos atores regionais que oferecem a possibilidade de contrabalançar a influência norte americana ajuda a elucidar o propósito do trabalho nos próximos capítulos. É necessário que os países sul americanos e as organizações regionais existentes repensem esse modelo de negociação para que sejam obtidos maiores ganhos não somente a nível de Estado, mas também levando em consideração o futuro da integração regional e do desenvolvimento econômico conjunto na América do Sul.

¹¹ Em vez de estabelecer ligações inteligentes com a China para contrabalançar o domínio dos EUA, governos progressistas optaram por endividamento e laços comerciais. A CELAC ou a Unasul nunca discutiram a forma de negociar em bloco com a China a assinar mais acordos equitativos. Os fracassos na integração explicam o novo impulso que ganhou o Tratado Pacífico, que cresce com a mesma intensidade que se deteriora a coesão sul-americana (KATZ, 2016, tradução nossa).

3. Aspectos da Ascensão da China no Cenário Internacional

3.1. Das Reformas Internas ao "Desenvolvimento Pacífico"

A República Popular da China é atualmente a maior economia mundial, tendo ultrapassado a norte americana com um PIB de mais de 17 trilhões de dólares, além de ser o país mais populoso do mundo com mais de 1.3 bilhões de habitantes no ano de 2015 (BANCO CENTRAL, 2015). A Constituição chinesa determina que o Partido Comunista é o único e legítimo partido com direito de governar o país. O Presidente da China, Xi Jinping, é o chefe titular de estado, servindo como a figura cerimonial sob Congresso Nacional do Povo. O Premier, Li Keqian, é o chefe de governo, que preside o Conselho de Estado composto por quatro vice-premiers e os chefes dos ministérios e comissões. Segundo maior país em extensão territorial de 9,596,961 km², a China abrange em seu território uma geografia diversificada, composta por campos, florestas, montanhas, rios, pradarias e é banhada e contornada pelos oceanos Índico e Pacífico. Apesar disso a riqueza ambiental e o tamanho de sua área não conseguem suprir as necessidades e demandas da população crescente na China. Não somente pelo número total de habitantes mas também pelo crescimento de da população de classe média na China durante as últimas décadas.

A inserção da China tem redefinido a dinâmica capitalista global, não só porque a sua ascensão nestas condições tornou-a uma espécie de nova "fábrica" do mundo e porque os seus níveis de crescimento e demanda por produtos globais têm sido como um tanque de oxigênio para o capitalismo em crise, mas porque ele também tem redirecionado, entre outras coisas, a demanda global por alimentos e energia, com consequências especiais para o continente sul americano (GAMBINA; PINAZO, 2014). De acordo com dados do FMI, o consumo chinês para o ano de 2010, em termos mundiais, representou 20% dos recursos energéticos não-renováveis, 40% dos metais de base e 23% dos principais produtos agrícolas.

Existem duas formulações principais sobre o extraordinário ritmo de crescimento apresentado pela China nos últimos anos. A primeira é a de que este se deveu à expansão das exportações, que teriam se afirmado como a principal máquina do crescimento chinês. Tal formulação é principalmente atribuída às transformações observadas desde o início da presente década quando as exportações cresceram a taxas bem superiores aos demais componentes da renda. Uma segunda interpretação do modelo recente de crescimento na

China (LO & GUICAI, 2006 apud. MEDEIROS, 2010) é de que a principal máquina foi o investimento interno, em particular, os investimentos nos setores intensivos em capital.

Na década de 70 ocorre uma ruptura entre as relações sino-soviéticas, abaladas pelas suas diferenças políticas e ideológicas e partir desse momento a diplomacia norte americana, guiada por Henry Kissinger, oportunamente propõe o restabelecimento dos laços diplomáticos entre China e Estados Unidos. O maoísmo, invecto desde a Revolução comunista de 1949 passou por uma série de reformas modernizantes a partir do momento em que Deng Xiaoping assumiu a liderança do partido comunista após a morte de Mao Tse Tung em 1976. Em 1978, Xiaoping deu início as reformas políticas e econômicas conhecidas como as *Quatro Modernizações* que constituem, de forma geral: descoletivização gradual da agricultura, com o intuito de aumentar a produtividade no campo; o estabelecimento de zonas econômicas especiais (ZEE's) em zonas costeiras principalmente, para atrair capital e promover a incorporação tecnologia estrangeira; o desenvolvimento de uma economia de mercado dentro da estrutura socialista; mudanças nas leis de forma a permitir a entrada de capitais e de empresas estrangeiras (VISENTINI, 2011).

As mudanças na pauta de produtos e serviços comercializados pela China vêm se alterando desde 1978, com a queda na proporção dos produtos agrícolas e intensivos em minerais, e o crescimento constante dos bens industriais comercializados no exterior, com destaque, nos primeiros anos, para os intensivos em trabalho. As mudanças no padrão de comércio exterior da China acompanham a transformação de sua estrutura industrial e compreendem os mais diversos segmentos. Segundo os dados da OMC para 2008 somente para produtos de maquinaria e equipamentos eletrônicos e de telecomunicações, chega-se a um saldo comercial chinês de US\$ 165 bilhões – valor próximo ao total das exportações brasileiras no mesmo ano, o que nos oferece algum parâmetro de comparação. A China no mesmo ano contava com um saldo comercial total nos produtos industriais de US\$ 600 bilhões.

Para Medeiros, o principal fator propulsor do crescimento econômico chinês na década de 90 foi esse um vertiginoso processo de urbanização, uma vez que as migrações campo-cidade e a valorização das terras urbanas levaram a grandes investimentos na cadeia produtiva da construção civil. Tal “crescimento liderado pelos investimentos” teria sido iniciado nos anos 90 e seria em parte uma consequência das prioridades estabelecidas pelo governo com a concentração espacial dos investimentos nas áreas urbanas e zonas especiais e

pela marginalização da agricultura e do interior. Tal estratégia teria gerado grande concentração de renda e desaceleração no crescimento do consumo das famílias, induzindo um crescimento desproporcional da indústria pesada com grande impacto na relação capital-produto (MEDEIROS, 2010).

Em sua política “manter as grandes empresas públicas e deixar escapar as menores” a estratégia era diversificar simultaneamente as exportações através de política de incentivo à tecnologia, investimentos e a modernização da infra-estrutura, de forma a integrar populações e territórios do interior. Diversos centros de tecnologia foram desenvolvidos. Foram estabelecidas dezenas de zonas de desenvolvimento econômico e tecnológico (como as em Dalian, Tiajin, Fuzhou, Beijing, Shanghai) especialmente concebidas para formarem pólos de crescimento voltados para a economia como um todo. Estas zonas passaram a receber massivos investimentos do governo em infra-estrutura e muitas criaram parques industriais em alta tecnologia (MEDEIROS, 2006, p. 386).

Em 2001, a China ingressou na Organização Mundial do Comércio após uma série de negociações que requisitavam a adoção de mudanças significativas na economia chinesa para sua adaptação às regras da OMC. Bancos, serviços financeiros, seguros e telecomunicações também foram abertos ao investimento estrangeiro; o setor de serviços foi consideravelmente liberalizado e o investimento estrangeiro foi permitido; restrições ao varejo, atacado e distribuição foram impedidas e os subsídios barrados. A entrada na OMC também impediria a discriminação comercial de produtos chineses e beneficiaria as indústrias em que o país asiático possuísse vantagens comparativas. Além disso poderia utilizar o mecanismo de solução de controvérsias da Organização e participar da formulação das novas regras do regime internacional de comércio. A China ainda teve que acabar com o controle de preços e se adequar ao Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio. A entrada da China na OMC como economia de mercado afetou profundamente a situação econômica do país, passando a captar uma parcela maior do IED mundial (principalmente oriundos do leste asiático). É importante ressaltar que a entrada da China na OMC não ocorre somente devido a motivações de caráter econômico, mas também por questões políticas. A China historicamente é um ator protagonista nos fóruns multilaterais, como por exemplo seu assento no Conselho de Segurança na ONU, a diplomacia dos BRICS, Asean, etc. Ela busca na diplomacia multilateral refletir o seu peso econômico e político, e assim adquirir prestígio

diplomático internacional através da participação nos processos decisórios e na manutenção da paz mundial.

A partir do século XXI, sobretudo depois da entrada da China na OMC, ocorre um redirecionamento dos fluxos comerciais e financeiros mundiais para um novo eixo da dinâmica da acumulação capitalista mundial. Eixo este que articula, por um lado, os Estados Unidos e, por outro, as economias do Sudoeste Asiático, especialmente a China (IPEA, 2010). Não só a média de crescimento do PIB anual chinês ficou em 9% ao ano na última década como ocorreram mudanças estruturais em sua sociedade e economia. A classe média chinesa cresceu muito com salários reais médios experimentando um crescimento anual médio de 11% enquanto urbanização acelerava. A população que era predominantemente rural em 1978 passa a se concentrar nas grandes cidades (51,3% dos chineses viviam nas cidades em 2011). Essa mudança também reflete na industrialização com a China transformando-se num centro manufatureiro e maior exportador mundial. Com o crescimento econômico tanto a sociedade quanto a indústria demandam mais recursos agrícolas e energéticos para manter seu nível de bem estar e ritmo de crescimento (CINTRA, 2013). Essas reformas da China na década de 1980 e uma rápida integração ao mercado mundial desde então, culminando com a sua admissão na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001,-precederam um novo relacionamento entre América do Sul e China.

De acordo com as estatísticas da OMC, o comércio representa mais de 45% do PIB da China. Com um grande superávit comercial nos últimos anos, a China se tornou o maior exportador do mundo e ocupa o segundo lugar no ranking de importadores, somente atrás dos Estados Unidos (WORLD BANK, 2016). Depois de contrair em 2011 devido à crise na zona do euro, o superávit comercial só tem de crescido. Em 2015, o superávit comercial da China atingiu mais de 595 mil milhões de dólares, principalmente devido a uma queda nas importações (-14,1% em relação a 2014) mais rápido do que o declínio nas exportações (-2,8%) (COMTRADE, 2013).

É interessante para a visualização da estratégia da atual linha diplomática chinesa uma análise de seu Plano Quinquenal em curso. Os planos quinquenais da China são documentos contendo as diretrizes do governo sobre objetivos econômicos e políticos do país dentro de um espaço temporal de cinco anos. Eles permitem uma visualização das intenções do governo como reformas e metas para o futuro, entrelaçando setores sociais como indústria, burocracia

e sociedade. É um documento dinâmico que vai passar por constante análise e revisão nos próximos cinco anos.

A estratégia da economia chinesa que foi seguida até o momento, segundo a diretiva do XII Plano Quinquenal, estava orientada para um desenvolvimento mais apoiado no consumo interno, mais sustentável e uma maior coesão social. O Plano visava reorientar o modelo chinês de desenvolvimento econômico a partir da ênfase atual sobre o investimento e as exportações baratas para uma maior consumo interno e inovação e desenvolvimento científico para melhorar a qualidade de seus produtos. O Plano previa que regiões costeiras pudessem evoluir a partir do status "fábrica do mundo" para se tornarem centros de pesquisa e desenvolvimento. Entre 2011-2015 meta de crescimento foi fixado em 7% ao ano, ou seja, uma desaceleração marcada em comparação com a taxa efetiva dos cinco anos anteriores, que foi de 11,2%. As principais orientações chineses dentro do XII Plano Quinquenal no sentido econômico almejavam basicamente: elevar o consumo interno como proporção da renda, estimular as importações e permitir uma apreciação gradual da sua moeda.

O XIII Plano foi anunciado no segundo semestre de 2015, prometendo acelerar a urbanização, incentivar o consumo e buscar um "crescimento moderadamente elevado". O atual plano se concentra mais em questões de meio ambiente do que os anteriores. O partido também informou que iria afrouxar as restrições para que os residentes da zona rural mudem para as cidades, estimularia o crescimento guiado pelo consumo e tornaria a inovação, parte central do planejamento econômico. O documento preza pela inovação como motor do desenvolvimento econômico e para mudar a estrutura econômica da China em um padrão de crescimento de qualidade superior. O documento compromete-se com a abertura, afirmando que a China deve utilizar ambos os mercados doméstico e global e ser mais ativa na governança global. O desenvolvimento verde significa proteger o meio ambiente e busca a do crescimento econômico ambientalmente sustentável além da coordenação para garantir um desenvolvimento equilibrado entre as áreas rurais e urbanas, assim como a diversificação espacial das indústrias.

A fase da Nova Diplomacia da China abrange um período que teve início com a Revolução Chinesa em 1949 com Mao Zedong. Esse recorte também é justificado, pois é a partir desse momento que a China passa a exercer um papel mais proeminente no sistema internacional, contrastando com os anos que passara dominada e humilhada por outras potências externas. Pode-se dizer que o país passou a se preocupar com a formulação de uma

nova imagem internacional, principalmente em transmitir o caráter pacífico de suas ações após o incidente de 1989, na Praça de Tiannamen, onde uma manifestação liderada por estudantes foi reprimida pelo Exército Popular de Libertação, gerando muitas mortes e, conseqüentemente, manchando a imagem da China e gerando questionamentos quanto a veracidade de seu discurso. Ao mesmo tempo o discurso chinês de promoção da paz e desenvolvimento é a demonstração moderna dos elementos de “amantes da paz” presente na cultura tradicional chinesa (AMARAL, 2009, p. 82).

O termo “ascensão pacífica”, cunhado pelo vice-presidente do Comitê Central da Escola do Partido Central, na época, Zheng Bijian em viagem aos Estados Unidos tinha por objetivo destacar o caráter pacífico do crescimento econômico chinês, evitando animosidades com os norte-americanos principalmente, desmistificando a ideia de que uma grande potência só pode emergir abalando a ordem vigente e desestabilizando o sistema, como foram os casos do Japão e Alemanha no século XX. Em 2005, o governo chinês divulgou um documento intitulado “O caminho do desenvolvimento pacífico da China”, descrevendo quais seriam os principais objetivos do país para o século XXI. substituindo a palavra “ascensão” por “desenvolvimento” pois o primeiro termo poderia gerar questionamentos acerca de uma possível pretensão hegemônica dos chineses para a política internacional.

Ainda que a ascensão chinesa no sistema internacional ocorra muito mais no âmbito econômico do que em outros, essa ascensão tem atraído a atenção não só de analistas como de elites políticas e econômicas nos últimos anos. O governo dos EUA, em mais de uma ocasião já se utilizou de instrumentos que claramente visavam a obstrução do crescimento chinês como o “Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica” (Trans Pacific Partnership ou TPP), por exemplo, além de medidas securitárias como o discurso da ex Secretária de Estado, Hilary Clinton, na Austrália em 2012 que sinalizou uma inflexão da política de defesa norte-americana com foco no Pacífico;

É relevante para finalizar a reflexão proposta pela seção, a discussão levantada por Arrighi (2007) em seu livro "*Adam Smith in Beijing: lineages of the twenty first century*", pois Arrighi traz constatações de outros autores destacados na área de Relações internacionais sobre a questão da ascensão chinesa no atual cenário global. Nesse debate, para alguns analistas como Mearsheimer e Kaplan, a China é retratada como ameaça iminente aos interesses hegemônicos norte-americanos, pois de acordo com a Teoria Realista nas Relações Internacionais, um Estado ascendente com grande capacidade econômica vai necessariamente,

traduzir esse potencial em recursos militares e disputar a posição de centro hegemônico com outras potências existentes. A exemplo da Alemanha nazista e do Japão durante a Segunda Guerra, ou ainda da corrida armamentista entre Estados Unidos e União Soviética na Guerra Fria, Mearsheimer (2001) e Kaplan (2005) justificam essa hipótese ao transpor a teoria aplicada a essa ocasião para a conjuntura atual da ascensão econômica e política da China.

Brzezinski (2005), ao escolher priorizar a realidade política em detrimento da teoria, traz uma perspectiva diferente sobre a assimilação chinesa no cenário internacional: "Quando algo acontece e não consta na teoria, esta deve ser revisada". Para o autor esse parece ser o caso com relação a China, pois a tecnologia nuclear, desde seu surgimento alterou a configuração das relações de poder. Esse argumento encontra sustentação com a constatação de Kissinger (2005), de que: mesmo de acordo com as estimativas mais elevadas, a China só possuiria menos de 20% do orçamento militar norte-americano e ainda muito inferior ao da Índia, Rússia, Taiwan e Japão combinados. Essa situação inviabilizaria a ameaça de uma ascensão militar chinesa que representasse suficientemente um perigo para a configuração regional de poder ou à segurança norte-americana.

A partir da perspectiva histórica da política chinesa, Arrighi salienta que há uma grande tendência ao equívoco no campo das ciências sociais quando a maioria dos acadêmicos tenta aplicar uma análise sistêmica para as relações internacionais da China baseada na dinâmica interestatal nascida na Europa moderna, com o Tratado de Westfália. Um dos grandes mitos no campo das Relações Internacionais é o que sustenta que a organização interestatal e os Estados nacionais são uma criação ocidental. Estados no leste asiático como a China, Coreia, Vietnã, entre outros são nações organizadas há muitos séculos, desde antes da expansão europeia. Enquanto a Europa passou séculos travando guerras e ensaiando expandir seus territórios ilimitadamente, a China, até ser invadida no século XIX, passou centenas de anos existindo como um Império tributário em relativa paz e estabilidade. Arrighi ainda lembra que, diferentemente do expansionismo ilimitado de Estados europeus, a China travava guerras somente até o ponto de estabelecer fronteiras sólidas e construir em seu entorno uma periferia pacificada.

Ainda pode ser cedo para uma avaliação do significado real e dos impactos da "ascensão pacífica da China" no sistema internacional e seus efeitos dentro da configuração de poder. O que não há dúvidas é que ela é um novo *global player* que recentemente alterou as estruturas da divisão internacional do trabalho e do capitalismo mundial. Recentemente, a

China vem preenchendo lacunas deixadas pelas potências tradicionais na América do Sul. Essa ascensão foi mais relevante no âmbito econômico para a América do Sul e Brasil, até o momento, sobretudo através do crescimento de fluxos de comércio e investimento

3.2. Relações entre China e América do Sul

Cada vez que a China decide que um país ou região representa um interesse especial o governo lança um novo Livro Branco¹² - um documento oficial onde consta o parecer oficial chinês sobre política direcionada a esse país ou região. Ainda que não haja um documento específico para a orientação política exclusiva em relação à América do Sul, em 2008 foi publicado o Livro Branco sobre a América Latina e o Caribe. Beijing apresenta nesse documento uma série de propostas sobre as formas através das quais poderiam ser fortalecidas as relações e as trocas entre as duas regiões. O Livro Branco da China de 2008 em direção Latina América estabelece metas de longo prazo baseadas na existência de matérias-primas abundantes, vínculos econômicos cada vez mais robustos e os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica¹³. A primeira, parte, intitulada " Posição e o papel da América Latina e do Caribe" reconhece a América Latina como componente importante nos organismos multilaterais e nas na discussão internacional sobre paz e promoção de desenvolvimento. Em seguida, o documento enfatiza o robustecimento das relações entre as duas regiões desde o estabelecimento de laços entre a China comunista e a América Latina entre as décadas de 70 e 80, salientando os progressos no âmbito político, econômico, cultural e as parcerias tecnológicas e científicas além de educacionais, celebrando a perspectiva de desenvolvimento conjunto e de cooperação para a manutenção da paz mundial e do progresso da humanidade.

A esfera econômica, ainda que seja a mais evidente dentro das relações entre China e América do Sul não existe sozinha. A China utiliza-se de instrumentos de diplomacia cultural para promover seu país, conquistar aliados políticos e projetar-se no sistema internacional com uma imagem pacífica. Um dos principais e mais claros sinais dessa projeção cultural é o recente aumento da atividade dos Institutos Confúcio no mundo. Esse Instituto, parte do

¹² Documento oficial publicado por um governo ou uma organização internacional, a fim de servir de informe ou guia sobre algum problema e como enfrentá-lo. Os "White Paper" são utilizados para educar os leitores e ajudar as pessoas a tomar decisões. São usados na política e nos negócios. Também podem ser um informe governamental que descreve uma política, geralmente, a longo prazo.

¹³Os cinco princípios que "regem a política externa chinesa" são: respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, não agressão mútua, não ingerência nos assuntos internos de outros países, igualdade e benefício mútuo e da coexistência pacífica.

Ministério da Educação da China, visa promover o idioma mandarim e a cultura chinesa em todo o mundo. Hoje, a China tem mais de três centena de tais institutos em mais de noventa e três países, 25 operam na América Latina, incluindo oito só no Brasil (PETERS, 2015).

3.2.1. Relações Comerciais: Exportação, Importação, “Doença Holandesa”

O presente trabalho foca nas relações entre China e América do Sul, por esta ser ao mesmo tempo uma região estratégica para a inserção internacional brasileira mas também por constituir uma região essencial para a consecução da política de desenvolvimento pacífico da China. A América do Sul é um importante mercado exportador de produtos agropecuários, insumos energéticos e minerais para os chineses. Com uma população de 1,3 bilhões de habitantes, uma classe média ascendente e ocupando cerca de 7% das terras aráveis do mundo e 6% da água potável (CEPAL, 2015), a China necessita importar recursos naturais para sustentar sua população. Além disso, a América do Sul é uma região rica em recursos minerais e energéticos, fundamentais para o abastecimento da máquina industrial chinesa. Atualmente o país é considerado a "fábrica" do mundo, mas não produz recursos naturais suficientes dentro de suas fronteiras para sustentar o ritmo de crescimento de sua economia.

Outro fator crucial para a definição da prioridade na análise das relações com a América do Sul reside na questão diplomática da divisão entre República Popular da China (RPC) e República da China (Taiwan). Desde o início desta década, a China tornou-se um parceiro chave de exportação para os países da América do Sul. Além disso, a China tem sido pouco explorada pelos países da América Central, com exceção da Costa Rica e Nicarágua, mais recentemente. A importância da China é mais notável, atualmente, para os países sul americanos, que optaram quase todos por reconhecer Beijing como representante política legítima do povo chinês (com exceção do Paraguai (que mantém relações mais próximas com Taipei). A China foi um ator fundamental para a elevação do preço das exportações desses países em meio a crise econômica mundial do *subprime*. Durante a década atual, a América Latina e o Caribe registraram um déficit comercial com a China devido, principalmente, ao crescente saldo negativo do México e América Central com a China. Em contraste, as economias da América do Sul mostraram um saldo comercial bastante equilibrado nos últimos dez anos.

A República Popular da China ainda enfrenta grandes desafios políticos e diplomáticos na região: metade dos países do mundo que continuam a reconhecer Taiwan estão na América Central e no Caribe. Estes incluem Paraguai, República Dominicana, Haiti e algumas outras ilhas do Caribe, e todos os países da América Central com exceção da Costa Rica. Historicamente a China buscou isolar Taiwan, embora as relações entre os dois têm melhorado um pouco recentemente. Sob a política de "Uma China", a RPC se recusa a manter relações diplomáticas com os Estados que reconhecem Taiwan; ambos os países, assim, competem por reconhecimento, particularmente de nações pequenas, menos desenvolvidas, onde é relativamente barato para obter a fidelidade do governo. Este é um dos principais motores da ajuda chinesa para os países da região, particularmente na América Central e no Caribe. Quando a China forneceu ajuda para construir estádios de críquete em vários países do Caribe na preparação para a Copa do Mundo de 2007, tanto República Dominicana quanto Granada que antes reconheciam Taiwan logo passaram a manter relações políticas com a PRC¹⁴.

Ainda que as áreas de interação entre China e América do Sul excedam vínculos meramente econômicos, como por exemplo, a cooperação em organizações internacionais como a ONU, a agenda diplomática cultural ou a aliança em blocos de grande relevância, como a aliança com o Brasil nos BRICS, o presente capítulo se aprofundará nas áreas de comércio e investimentos, pois os impactos da ascensão chinesa são mais diretos e podem ser empiricamente analisados. A análise desses fatores terá como objetivo mostrar como eles impactam nas estruturas sul americanas e seus reflexos para a integração entre o Brasil e o restante da América do Sul, assim como seus possíveis efeitos para as políticas de desenvolvimento em curso entre Brasil e na região

As relações comerciais da América do Sul com a República Popular da China mudaram dramaticamente ao longo da última década e continuam a evoluir rapidamente. A China agora tem acordos de livre comércio em vigor com o Chile (2006) e Peru (2011), para além dos diversos arranjos institucionais que tem com outros países sul americanos (CHINA BRIEFING, 2013). Em 2014, a China respondeu por 12% do volume total de comércio entre a América Latina e o mundo (CEPAL, 2015). A importância da China como um mercado de exportação é variável entre os países da região. A maioria dos países da América Latina e do Caribe possui déficits comerciais com a China. Esse déficit da balança comercial da região

¹⁴ A diplomacia dos estádios da China. Disponível em:
<<http://www.worldpolicy.org/journal/summer2012/chinas-stadium-diplomacy>>.

com a China é impulsionado basicamente pela déficits crescentes mantidos pelo México e América Central com esse país, pois possuem uma maior similaridade entre suas economias e a da China, além de exportarem menos commodities do que os países sul americanos. Portanto, somente três países tiveram superávit comercial com a China em 2014, todos situados na América do Sul: Brasil, Venezuela e Chile.

De acordo com dados fornecidos pela COMTRADE do ano de 2012, verifica-se que na maioria dos países sul americanos o país oriental, está se tornando um dos principais destinos de exportação e, da mesma maneira, consta entre as principais fontes de importação para a maioria destes países (especialmente os do Cone Sul). Quando compara-se os dados desse ano com o mesmo fluxo no ano 2000 observa-se que alguns países ganham destaque em termos de crescimento da importância da China como parceiro comercial. Entre 2000 e 2012 por exemplo, a China passou de 35º para 2º colocado entre os parceiros de exportação para a Venezuela enquanto na importação passou do 18º para 2º lugar igualmente. Esse salto também merece destaque no caso colombiano; nos mesmos anos a China subiu de 36º para a 2º posição como exportador e de 9º para 2º como importador dos produtos colombianos. Com exceção do Paraguai, a importância da China como parceiro comercial cresce para todos os demais países da América do Sul. A China é o maior parceiro comercial do Brasil (desde 2009), Chile e Peru. Enquanto a China é atualmente o maior sócio comercial brasileiro, no ano 2000 ocupava 12º como exportador e 11º como importador. Ou seja, em termos de volume e quantidade, a participação da China é fundamental para as economias da maior parte dos países da América do Sul.

Os impactos do crescimento da demanda chinesa e da pressão que ela exerce sobre os setores afetados dependem da estrutura econômica e do tamanho do PIB de cada país. Assim os países que se beneficiaram com a "loteria de commodities"(como é o caso da maioria dos países sul americanos), obtiveram amplos ganhos com o crescimento da economia chinesa, no curto prazo, ao contrário de países não intensivos em exportação de commodities como México e América Central. Este crescimento impulsionou um aumento acentuado na demanda por commodities e, por consequência, o aumento dos preços internacionais das commodities. Por exemplo, o consumo interno de soja na China deu um salto de 116%, enquanto a produção de aço aumentou em 298% entre 2000 e 2008. Com os estímulos à demanda global favorecendo os preços das commodities primárias, que apresentaram aumento de 227% no período (de acordo com o *Itaú Commodity Index*), o Brasil e outros exportadores de

commodities beneficiaram-se deste movimento de preços. A partir de 2002, as exportações brasileiras aumentaram substancialmente, garantindo superávits comerciais. Em seis anos, o superávit comercial do Brasil aumentou de \$ 2 para \$ 40 bilhões de dólares. Esta expansão foi em grande parte impulsionada pelo impacto da China sobre os preços e volume de exportação de insumos brasileiros, como minério de ferro (que é combinado com carvão na produção de aço) e soja que se destacam (WORLD ECONOMIC FORUM, 2015). Apesar disso, de acordo com a OMC (2013), a América do Sul e Central respondem por 25% dos produtos agrícolas consumidos pela China e por 13% dos produtos minerais, incluindo combustíveis.

Entre 2013 e no início de 2014, especificamente, entre dezembro de 2013 e maio de 2014, foram registradas altas nos preços dos alimentos (7,5%), bebidas tropicais (63,4%) e de energia (1,9%), e houve mudanças negativas de preços nas categorias de petróleo e sementes oleaginosas (-4,1%) e metais e minerais (-6,7%). Se sobressaem insumos minerais e metais, cujo preço teve queda de 12,8% nesse ano. Cobre, ferro e ouro registraram quedas de 9,2%, 11,3% e 17,0%, respectivamente (CEPAL, 2015). Ainda que os países sul americanos tenham se beneficiado nos anos 2000 com essa "loteria das commodities", sustentada pelo crescimento da economia chinesa e pelos altos preços internacionais, esse cenário tem mudado de forma drástica durante os últimos anos quando o preço do barril de petróleo despencou no mercado internacional e a economia chinesa começou a dar sinais de desaceleração. Muitos analistas tem se dedicado a alertar sobre os efeitos ou ainda possíveis malefícios, a longo prazo, desse padrão de comércio com a China, e atentado para os indícios de reprimarização das exportações na América do Sul incluindo o Brasil, mesmo que este possua ainda uma malha industrial mais significativa que a de seus vizinhos.

O rápido aumento do comércio e investimentos da China na América do Sul é reflexo da estratégia governamental deste país asiático em priorizar o abastecimento de fontes de recursos minerais e insumos agrícolas. Essa necessidade decorre da alta demanda interna gerada pela política de desenvolvimento econômico do país, bem como da busca pela garantia de mercados para escoar os produtos manufaturados chineses. No entanto ao analisar-se a qualidade desse comércio, percebe-se uma concentração significativa das exportações sul-americanas em produtos primários e da importação de manufaturas chinesas desde tradicionais até aquelas de maior valor e tecnologia agregados. Na bibliografia existente sobre os impactos da ascensão chinesa na América do Sul aparecem alguns questionamentos sobre

possíveis malefícios das relações econômicas com a China a para o desenvolvimento da região. Entre os fatores mais mencionados para justificar esses efeitos negativos estão:

- i) A perda de "*market share*" nas exportações de manufaturados brasileiros para a China no mercado mundial devido a um aumento da concorrência entre os países em setores similares: Os Estados Unidos por exemplo, eram responsáveis por 30% das exportações latino-americanas em 2008, uma queda de quase 20 pontos percentuais se comparado a 2000. A China, no mesmo período, saltou de 6% para 11% na sua parcela de importação no mercado norte-americano (BARBOSA, 2011);
- ii) O redirecionamento do investimento externo direto (IED) mundial e concorrência com a China como receptor de investimentos devido ao baixo custo de mão de obra da China e ao potencial de seu mercado, além da preocupação de analistas com a qualidade dos investimentos chineses na região, que estariam muito concentrados em setores extrativistas ou "*resource-seeking*";
- iii) A reprimarização da pauta exportadora: efeitos adversos gerados pela especialização em commodities primárias e da necessidade da manutenção de preços elevados para esses produtos no mercado internacional em função do baixo nível de diversificação existente. O comércio entre Brasil e China, por exemplo, apresenta uma crescente especialização em minério de ferro e concentrados. E o Chile na exportação de cobre e cátodos (JENKINS, 2011).

Exportações:

A China foi muito importante para o ciclo de crescimento da América Sul desde o início do século XXI. A crescente demanda chinesa foi um dos fenômenos que possibilitou o *boom* das commodities, que elevou o crescimento da economia, valorizou as moedas nacionais dos diversos países da ALC, reduziu o desemprego e possibilitou o aumento dos gastos sociais no sentido de reduzir a pobreza e aumentar a proteção social. Mas ao mesmo tempo houve um regresso na qualidade do desenvolvimento da região. A maioria dos países da América do Sul estão passando por um processo de reprimarização, pois enquanto a China

compra petróleo da Venezuela, cobre do Peru e Chile, soja da Argentina e do Brasil, dentre outros produtos primários ela exporta principalmente produtos de maior valor agregado.

Entre 2001 e 2010, os combustíveis fósseis e mineração exportados da América Latina para a China cresceram a um impressionante ritmo 16 % ao ano, seguidos pela agropecuária em 12 %. Commodities primárias representaram 74 % das exportações da região para a China, em comparação com 41 % a nível mundial, enquanto as manufaturas, que possuem maior valor agregado, só chegaram a 6% da composição das exportações, uma grande assimetria em contraste com 42% para o resto do mundo (CEPAL, 2015). No entanto em sua última atualização, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) reduziu a projeção de crescimento da atividade econômica da região para 2015 de 0,5% para -0,3%. Entre os principais fatores para esta retração estão o enfraquecimento da demanda interna, um baixo crescimento nos países desenvolvidos e uma importante desaceleração das economias emergentes, principalmente da China.

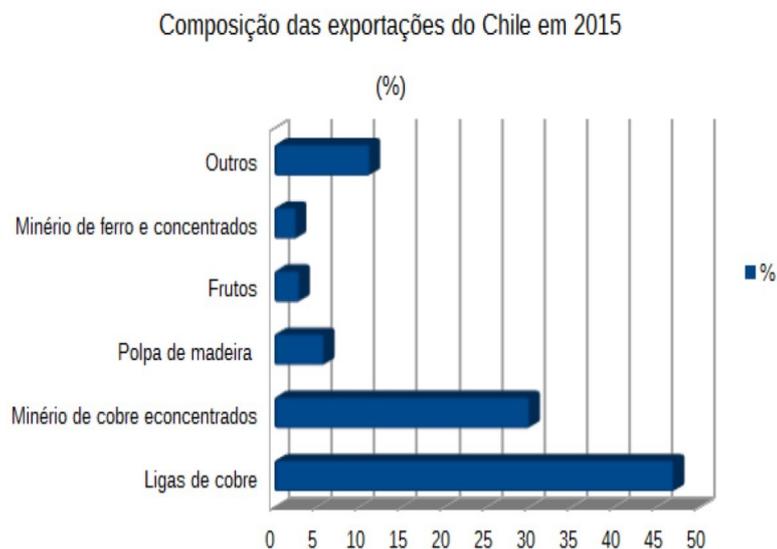
Ainda que os países sul americanos tenham lucrado com o ciclo das commodities no começo do milênio, quando começam a aparecer sinais de esgotamento desse modelo surgem paralelamente resultados perversos dos efeitos dessa fase: a reprimarização da pauta exportadora, o que ocasionaria doença holandesa no continente, -já que pode-se falar também em desindustrialização precoce, com sobrepreciação da taxa de câmbio-; o endividamento e aumento da dependência da China, não só econômica mas financeiramente. Alguns autores dizem que é prematuro falar de “desindustrialização” do país, já que uma forte demanda doméstica tem sustentado o aumento da produção industrial, mas consideram que a duração, no tempo, de um cenário de valorização internacional das *commodities* e câmbio alto pode ter séria repercussão no futuro. Enquanto países que possuem maior vínculo com os Estados Unidos, como são os casos do México e países da América Central, estão conseguindo manter seu ritmo de crescimento, com projeções de 2,6% para 2015 e 2,9% para 2016, enquanto economias no Caribe podem crescer em torno a 1,6 este ano e 1,8% em 2016. Já as economias da América do Sul, especializadas em bens primários como o petróleo e minerais e mais atreladas à China registrarão um nível mais elevado de desaceleração, com contrações de 1,3% em 2015 e 0,1% em 2016 (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

A China tenha sido um parceiro fundamental no período de bonança e crescimento econômico na América do Sul pré crise de 2008 uma análise mais profunda das relações sino-americanas, no entanto, permite a constatação de que os ganhos e receitas obtidos dessas

relações para a maioria dos países sul americanos ficou restrita a poucos setores. De acordo com dados compilados por Kevin P. Gallagher e Roberto Porzecanski no livro "*Dragon in the Room: China and the Future of Latin America's Industrialization*", seis países e dez setores são responsáveis por 74% do valor de tudo o que é exportado para a China no ano de 2009. Esses 74% são commodities: Petróleo bruto, soja e óleo de soja e outros grãos, ligas de cobre, minério e concentrados com bases metais, ferro e concentrados, resíduos metálicos não ferrosos, resíduos de celulose, ração e carne . Brasil, Argentina, Peru, Colômbia, México e Chile são os países latinos onde estão localizados 74% dessas exportações para a China. Ainda de acordo com esses dados, não somente a composição das exportações latino americanas para a China é extremamente concentrada em poucos setores, estes ainda tornaram-se bastante dependentes do mercado chinês para suas exportações. Com a China crescendo em ritmo superior a média mundial, ela necessita de cada vez mais commodities para o processo de industrialização, o que cria mais demanda para nações como as da América do Sul. Os investidores do mundo todo despejam investimento em manufaturas chinesas e commodities da América do Sul, seguindo essa tendência (ELLIS, 2008, apud. GALLAGHER; PORZECANSKI, 2010).

Abaixo, através dos gráficos sobre a composição percentual dos cinco produtos mais exportados na pauta de países selecionados para a China, percebe-se a enorme concentração e diversificação mínima das exportações sul americanas para esse país:

Gráfico 1:



Fonte: CEPAL (2015). Elaborado pela autora.

Gráfico 2:



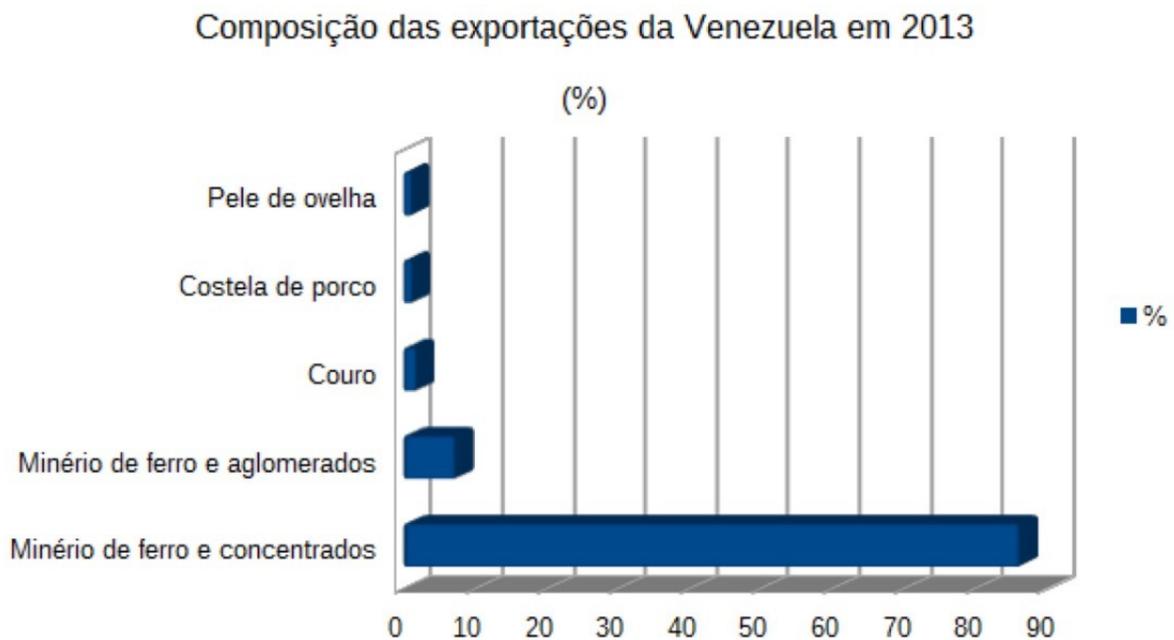
Fonte: CEPAL (2015). Elaborado pela autora.

Gráfico 3:



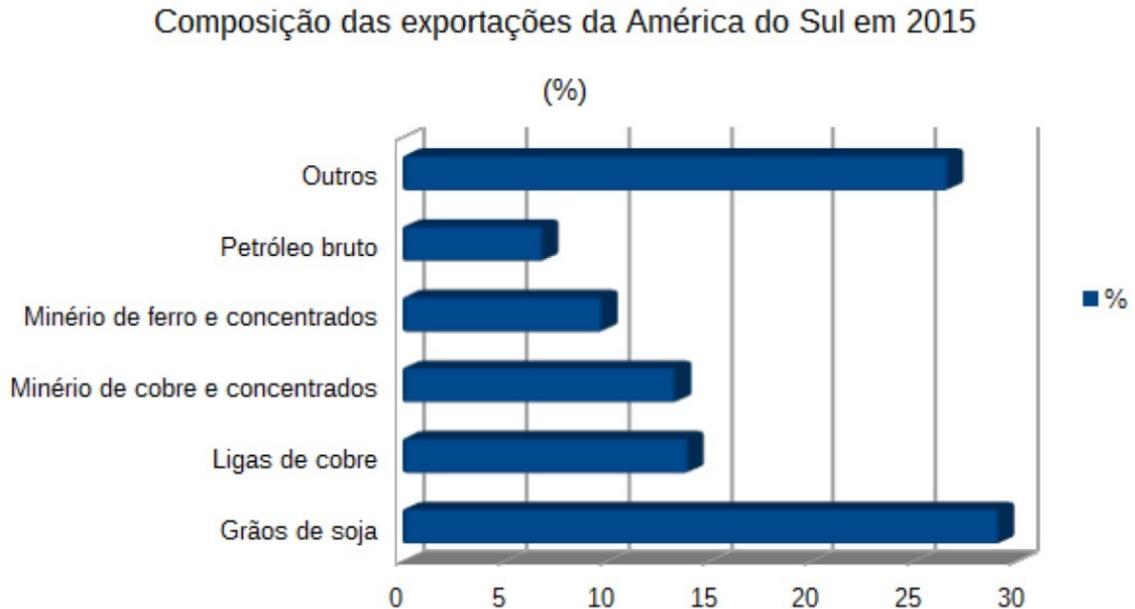
Fonte: CEPAL (2015). Elaborado pela autora.

Gráfico 4:



Fonte: CEPAL (2015). Elaborado pela autora.

Gráfico 5:



Fonte: CEPAL (2015). Elaborado pela autora.

Ainda que muitos analistas considerassem o crescimento da China como um importante elemento para o desenvolvimento do continente, outros já destacavam as nuances e equívocos dessa análise mais superficial, como os autores Devlin, Estevadeordal, e Rodriguez- Clare e Lall e Weiss nos trechos abaixo:

The move towards natural- resource- intensive products implies a more concentrated export bundle in LAC. This raises concerns regarding the vulnerability of LAC to future (negative) terms of trade shocks, but more importantly there is also a feeling within LAC that the gains associated with natural resource- intensive exports are not being widely spread. The economic, but also political, sustainability of this specialization in natural- resource intensive sectors depends on the extent to which gains are shared with owners of other factors of production (DEVLIN; ESTEVADEORDAL; RODRIGUEZ-CLARE, 2006).

LAC faces a more serious threat over the long term: the export specialization of most of LAC is heavily biased towards resource- based primary products, with a very small share of technology- intensive products. Chinese growth may thus constrain its ability to diversify into more dynamic and technologically advanced products, with potential harm to its dynamic comparative advantage (LALL; WEISS, 2005).¹⁵

Em 2014, o comércio de mercadorias entre a América Latina e Caribe e China diminuiu 2% em termos de valor, em comparação com 2013 nível, marcando a primeira queda desde 2009. Esse comércio bilateral, que em 2013 totalizou em cerca de US \$ 274 bilhões de dólares, em 2014 caiu para US \$ 269 bilhões. Essa queda no total do valor das exportações ocorreu em nove países sul americanos. Os únicos países que aumentaram suas exportações para a China nesse ano foram Bolívia e Colômbia. Esse decréscimo reflete principalmente, por um lado, a queda no valor das commodities e por outro uma redução no ritmo de crescimento da economia chinesa. Esse cenário reflete em partes uma queda no ritmo de crescimento chinês nesse ano, que foi de 7%.

Devido à sua alta concentração de exportações baseadas na indústria extrativa para a China, a América Latina tem criado relativamente menos empregos e gerado um maior impacto ambiental do que as exportações da região para a do resto mundo. Um estudo recente mostra que entre 2009 e 2012, as exportações da região para a China geraram entre 44 e 47 empregos diretos por US \$1 milhão exportado, enquanto que o mesmo valor das exportações para o mundo criou em média entre 54 e 56 empregos diretos no período (GALLAGHER; RAY, 2012).

A Agência Internacional de Energia realizou um estudo em 2013 prevendo o crescimento das demandas por recursos energéticos no mundo. A demanda por energia e petróleo da China irá estabilizar a partir do ano 2025, sendo ultrapassada pela Índia até 2030. Isso em decorrência do envelhecimento da população na China e diminuição em seu ritmo de crescimento. Essa estabilização da demanda por recursos naturais somada, como visto anteriormente, a uma tendência a longo prazo de deterioração dos termos de troca para as exportações de produtos primários, representa um desafio às economias sul americanas, que

¹⁵ A mudança para produtos intensivos em recursos naturais implica uma pauta de exportação mais concentrada na América Latina. Isto levanta preocupações sobre a vulnerabilidade da ALC para o futuro em termos (negativos) de choques comerciais, mas o mais importante, há também um sentimento dentro da ALC de que os ganhos associados com exportações que consomem muitos recursos naturais não estão sendo amplamente difundidos.. A sustentabilidade econômica e política desta especialização em setores intensivos em recursos naturais depende da medida em que os ganhos são compartilhados com os próprios donos dos fatores de produção (DEVLIN; ESTEVADEORDAL; RODRIGUEZ-CLARE, 2006 , tradução nossa)

A América Latina enfrenta uma ameaça mais grave a longo prazo: a especialização das exportações da ALC é fortemente inclinada para produtos primários intensivos em recursos naturais com uma parcela muito pequena de produtos intensivos em tecnologia. O crescimento chinês pode limitar, assim, a sua capacidade de diversificar-se com produtos mais dinâmicos e tecnologicamente avançados, com potencial de danos à sua vantagem comparativa dinâmica (LALL; WEISS, 2005, tradução nossa).

precisarão repensar suas políticas econômicas e diversificar suas exportações para sobreviverem a essa projeção.

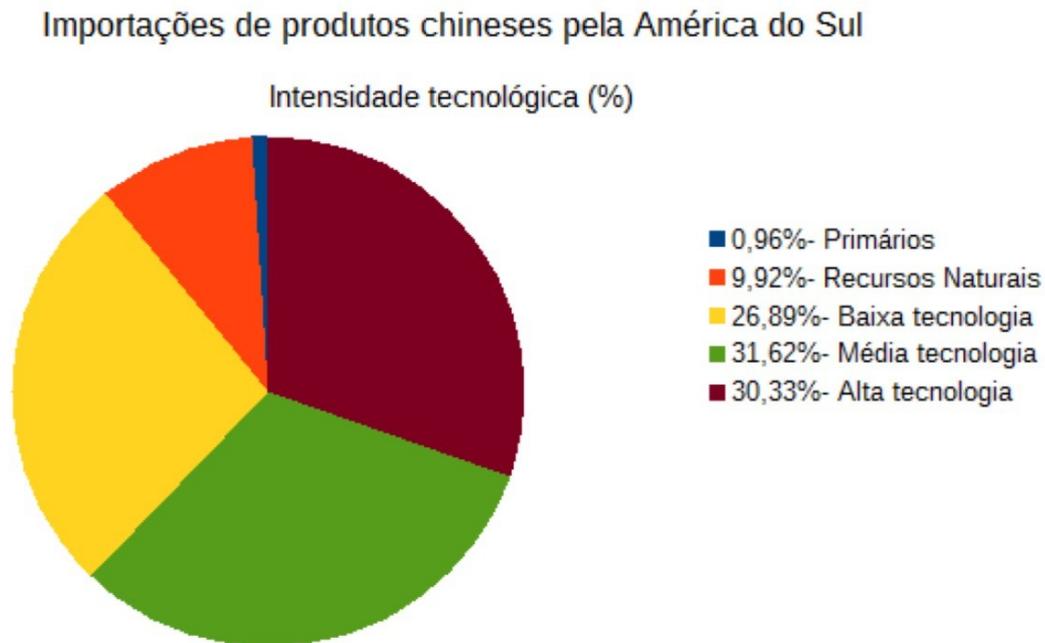
Importações:

Ao mesmo tempo em que a China ganha espaço na América do Sul como um importante sócio comercial, percebe-se a pouca relevância do mercado latino-americano para a China, pelo menos até o momento. A América Latina absorve somente 6% das exportações totais da China, em enquanto Estados Unidos e União Europeia absorvem 18% e 20%, respectivamente. A Ásia absorve mais de um terço dessas exportações. Através de uma desagregação de informações por país, é possível perceber que em geral, a China tem um peso maior nas importações dos países do que do lado das exportações, com algumas raras exceções. Esse aspecto está, de alguma forma, relacionado ao fato da maioria dos países apresentarem déficits comerciais com o parceiro chinês. Para 11 dos 18 países da América Latina região, a China aparece como um grande exportador correspondendo a mais de 10% das importações totais, sendo essa participação mais elevada no caso do Paraguai (29,6%), seguido pelo Peru (14,9%).

Através de uma análise do valor agregado das manufaturas chinesas, percebe-se que há um crescimento das exportações de bens de alta tecnologia, como pode ser visualizado no gráfico abaixo. Semicondutores, computadores e máquinas de escritório, produtos farmacêuticos, equipamentos científicos e espaçonaves-, calculado a preços constantes de 2000-, tiveram crescimento de 19,000 bilhões em 1995 para 167.000 milhões em 2007. A participação do setor de alta tecnologia na indústria chinesa aumentou de 7% para 13% durante esse mesmo período. Da mesma forma, a China tem experimentado um aumento significativo, de um nível abaixo de 4% em 1995 para 14% em 2007, tanto nas áreas de tecnologia média alta (automóveis e produtos químicos) e média baixa (borrachas, plásticos e metais de base) e baixa como (papel, alimentos e produtos têxteis e de vestuário) (CEPAL, 2012). O aumento das importações provenientes da China ocorreram principalmente nos bens de capital, especialmente peças eletrônicas e produtos componentes, bem como máquinas e equipamentos, além de têxteis e vestuário. É produtos chineses que já têm uma forte presença na região e que demonstram um padrão de comércio assimétrico entre as regiões já que a

América do Sul vai exportar para a China mais recursos naturais e a China mais bens com maior valor e intensidade tecnológica agregados.

Gráfico 6:



Fonte: CEAL (2015). Elaborado pela autora.

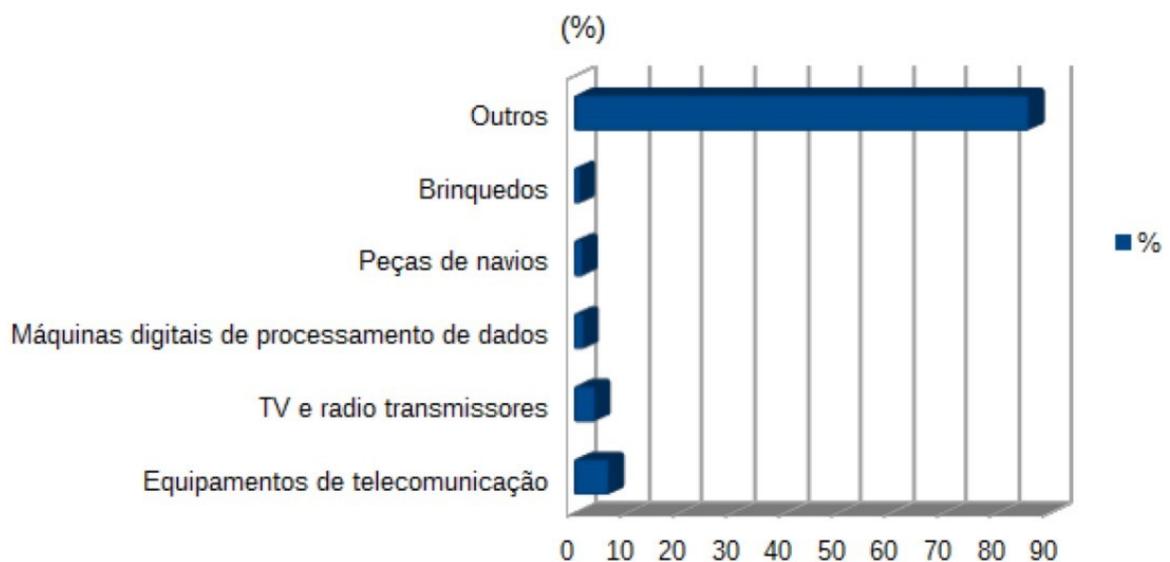
No relatório do BID de 2015 sobre o comércio entre China e América Latina a análise realizada das tendências passadas e futuras no comércio de energia e minerais entre a América Latina e a Ásia entre 1980-2040 revela uma crescente interdependência entre as duas regiões, impulsionado por uma demanda sem precedentes para o petróleo bruto e os minerais na China e na Índia, A Ásia passou a ocupar uma posição vital como um destino para as exportações latino-americanas impulsionando comércio de aumento súbito da demanda de energia e minerais após a ascensão econômica da China e da Índia, especialmente na última década. (BID, 2015).

Enquanto produtos de baixa, média e alta tecnologia responderam por 91% das importações regionais da China em 2013, essas manufaturas representavam apenas 69% das importações globais pela região. O comércio entre a América Latina e a China é claramente inter-indústria: manufaturas em troca de commodities primárias (CEPAL, 2016). Na Argentina e no Brasil, o comércio com a China teve um impacto positivo nos níveis de emprego para a agricultura e mineração, o que foi compensado pela diminuição do emprego na indústria transformadora. Como resultado, a taxa de emprego total nestes dois países foi

praticamente inalterada. No entanto, houve realocação de emprego da indústria para a agricultura e mineração e por consequência, uma diminuição relativa na qualificação de mão de obra. Os trabalhadores dos setores extrativista e agrícola são geralmente menos qualificados e remunerados (BID, 2015).

Gráfico 7:

Composição das importações de produtos chineses pela América do Sul em 2015



Fonte: CEPAL (2015). Elaborado pela autora.

O rápido crescimento das importações chinesas na região tem levantado preocupações sobre o aumento da pressão competitiva sobre os produtores nacionais. Mais especificamente, os países com uma base industrial significativa, como o Brasil, estão preocupados que os produtos chineses possam deslocar a produção nacional e emprego, e por consequência e ameaçar suas exportações de manufaturados para mercados terceiros, acelerando assim o processo de desindustrialização das economias da região. As exportações chinesas para a América do Sul cresceram a taxas maiores do que as importações do resto do mundo em todos os setores de manufatura. No entanto, a maior parte deste aumento foi observado na primeira década do século.

Se por um lado, as importações da China despertaram o receio de diversos setores da indústria latino americana durante a última década, por outro lado, elas também podem

desempenhar um papel significativo no aumento da competitividade e da produtividade na região através da importação e utilização de intermediários mais baratos e mais eficientes provenientes da China pelas indústrias brasileiras. Este impacto do aumento da competitividade foi particularmente evidente na agricultura, indústrias de média-alta tecnologia, e em setores tradicionais, bem como outros serviços (CEPAL, 2015). Enquanto essas informações não fornecem evidências completas, pode-se sugerir que as importações da China desempenham um papel muito mais complexo na formação da dinâmica de exportação na região do que se imagina, e elas podem ser um ingrediente importante na promoção do forte desempenho das exportações e da produtividade em determinados setores.

O conceito de "Doença Holandesa" pode ajudar na compreensão da atual conjuntura econômica e dos possíveis impactos a longo prazo para a estrutura econômica brasileira e dos países sul americanos exportadores de commodities. De acordo com o professor e pesquisador Roberto Frenkel, da Universidade de Buenos Aires, "Na América do Sul, há indício de que há doença holandesa em todos os países da região. Alguns mais, outros menos", diz Frenkel. O país que tem menos é o Peru, que mantém uma política cambial e monetária com muito cuidado. As economias que têm mais apreciação cambial são Argentina, Brasil, Venezuela" (FRENKEL, 2014). A doença holandesa ocorre em países que têm fartos recursos naturais e os exportam em grande quantidade, de forma que vivem uma valorização cambial que prejudica a competitividade do seu setor industrial, podendo ocasionar uma desindustrialização.

Boom de commodities e a "Doença Holandesa":

Estamos virando um México, e nada há de mais desgraçado do que virar um México. Ser México é tornar-se um maquilador e um montador de produtos de mais alta complexidade tecnológica. (PEREIRA, 2011).

A expressão Doença Holandesa refere-se à relação entre a exportação de recursos naturais e o declínio do setor de manufaturas. A abundância de recursos naturais gera vantagens comparativas para o país que os possui, levando-o a se especializar na produção desses bens e a não se industrializar, ou mesmo a se desindustrializar - o que, a longo prazo, inibiria o processo de desenvolvimento econômico. Portanto, de acordo com a doença holandesa, um aumento de receita decorrente da exportação de matérias primas prejudicaria as exportações de bens manufaturados de um país, levando eventualmente ao declínio da

indústria, dado que a valorização cambial pode tornar o setor manufatureiro menos competitivo externamente.

Ser contaminado pela “doença holandesa”, de acordo com Bresser Pereira, é seguir os passos dos Países Baixos. A expressão "doença holandesa" foi inspirada em eventos dos anos 1960, quando uma escalada dos preços do gás teve como consequência um aumento substancial das receitas de exportação dos Países Baixos e a valorização do florim (moeda da época). A valorização cambial acabou por derrubar as exportações dos demais produtos neerlandeses, cujos preços se tornaram menos competitivos internacionalmente, na década seguinte. México e Holanda hoje ilustram o temor dos especialistas de que a boa inserção do Brasil no comércio internacional de commodities e a atratividade do país para os capitais internacionais, que mantêm o real forte, possam comprometer, no futuro, a indústria brasileira.

A doença holandesa é uma sobreapreciação de longo prazo da taxa de câmbio de um país exportador de commodities e estas, que se beneficiam de rendas ricardianas¹⁶, podem ser exportadas com lucro. Há uma taxa de câmbio substancialmente mais apreciada do que a necessária para as demais empresas produtoras de bens comercializáveis, que utilizam tecnologia no estado da arte mundial, sejam competitivas (IPEA, 2011). A doença holandesa é portanto a sobreapreciação permanente da taxa de câmbio de um país resultante da existência de recursos naturais abundantes e baratos (ou de mão-de-obra barata combinada com um diferencial de salários elevado) que garantem rendas ricardianas aos países que os possuem e exportam as commodities com eles produzidos.

De acordo com W. Max Corden e J. Peter Neary (1982), economistas que realizaram um estudo sobre os impactos estruturais do aumento de riqueza de uma nação, embora seja mais comumente usado em referência à descoberta de recursos naturais, a doença holandesa

¹⁶ O conceito de rendas ricardianas se estabelece na ideia de que fatores de produção, controlados por apenas algumas das firmas, são limitados em seu fornecimento, portanto fixos ou quase fixos quando não puderem ser expandidos rapidamente (PETERAF, 1993). Consequentemente, se esses recursos escassos forem necessários à produção de um bem ou serviço, as organizações que controlam esses recursos alcançarão custos menores de produção. E como essas empresas de baixo custo de operação apresentam curvas inelásticas de fornecimento, a lei da oferta e da demanda se encarregará de garantir ao produtor a cobrança de preços superiores ou, mais especificamente, "rendas ricardianas" (PETERAF, 1993). Essa vantagem permanecerá somente se os recursos utilizados na produção não puderem ser expandidos facilmente ou imitados não custosamente por outras organizações concorrentes. MACIEL, Cristiano. O; SILVA, Eduardo. D. Capacidades organizacionais e desempenho em um setor geograficamente concentrado e com baixo potencial de diferenciação. RAM, Rev. Adm. Mackenzie vol.13 no.1 São Paulo Jan./Feb. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712012000100008>.

pode também se referir a "qualquer desenvolvimento que resulte em um grande fluxo de entrada de moeda estrangeira, incluindo aumentos repentinos de preços dos recursos naturais, ajuda externa ou volumosos investimentos estrangeiros" que irão ocasionar uma sobreapreciação de longo prazo da taxa de câmbio de um país exportador de commodities.

A Doença holandesa é uma falha de mercado que afeta quase todos os países em desenvolvimento, que se aplica também aos países com mão-de-obra barata e elevado diferencial de salários em relação ao diferencial existente nos países ricos. Neutralizada através da administração da taxa de câmbio, ela é uma benesse para o país; não neutralizada, ela obstrui permanentemente sua industrialização se esse país ainda não se industrializou, ou causar sua desindustrialização se o país houver antes a neutralizado, se industrializado, e, em seguida, liberalizar suas contas externas e, assim, deixar de proceder sua neutralização (PEREIRA, 2006).

No caso do Brasil a coisa não é muito grave, é 15%, mas é suficiente para inviabilizar a indústria. Quando comecei a desenvolver esse modelo, parei na metade porque pensei: os economistas brasileiros que administraram a economia brasileira até hoje não sabiam disso e o país teve esse enorme desenvolvimento, como isso aconteceu? Daí caiu a ficha, era o que fazíamos em termos de taxas de câmbio múltiplas e a partir de 1967, que chamo de modelo Delfim Netto de neutralização da doença holandesa [...] Porque o que neutraliza a doença holandesa é o imposto sobre a exportação da *commoditie* (PEREIRA, 2015).

Entre 2007 e 2010, commodities avançaram de 41% para 51% no total de produtos vendidos pelo Brasil ao exterior. Durante os anos de recessão que seguiram a crise do *subprime* que afetou as economias do mundo inteiro, enquanto em 2009 as exportações da América Latina e do Caribe para os Estados Unidos e a União Europeia por 26% e 29%, respectivamente, as destinadas para a Ásia caíram apenas 4% e as para a China aumentaram 11%. Para o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, o País não soube aproveitar o bom momento dos preços dos insumos. “*O Brasil não fez acordos comerciais quando tinha força para negociar. Não houve contrapartida, como abrir mercado para os nossos produtos manufaturados*”, diz. “*O erro primordial foi que o Brasil se colocou como dependente da China, e não o contrário*” (ESTADÃO, 2015).

Na próxima seção será analisado o IED chinês para a região, cujo salto ocorreu após o crescimento nos fluxos de comércio (por volta do ano 2010). Ainda que nos últimos anos o crescimento do PIB chinês tenha se estabilizado, o país é atualmente um importante investidor em determinados setores na América do Sul, assim como sócio financeiro e tem desempenhado uma diplomacia assertiva com relação a realização de acordos e projetos nos

setores extrativistas e de infraestrutura. Sob a luz das abordagens explicativas neo-extrativistas e considerando as informações já mencionadas, sobre objetivos da diplomacia chinesa e o conceito de "desenvolvimento pacífico", o trabalho irá destacar algumas áreas onde a presença chinesa tem sido mais robusta nos últimos anos e seus efeitos já começam a ser empiricamente analisados em alguns estudos mais recentes.

3.2.2 Investimento Externo Direto (IED)

Quando se analisa os dados de investimento externo direto oriundos da China nota-se que o fluxo destinado a América Latina e Caribe é relevante. Por destino, até fins de 2009, se estima que cerca de 17% do IED da China no exterior foi direcionado às economias de América Latina e Caribe. Recentemente, resultado de um crescimento econômico dinâmico e sustentado, a China tornou-se uma fonte de investimento cada vez mais importante para o resto do mundo, especialmente para os países em desenvolvimento. De acordo com as estatísticas divulgadas pelo Conselho da Promoção do Comércio Internacional da China, a América Latina se tornou em 2010 o segundo maior destino de investimento ao exterior da China, recebendo um fluxo de US \$ 30,6 bilhões entre 2003 e 2010 e totalizando uma parcela 12,5% dos investimentos chineses no exterior.

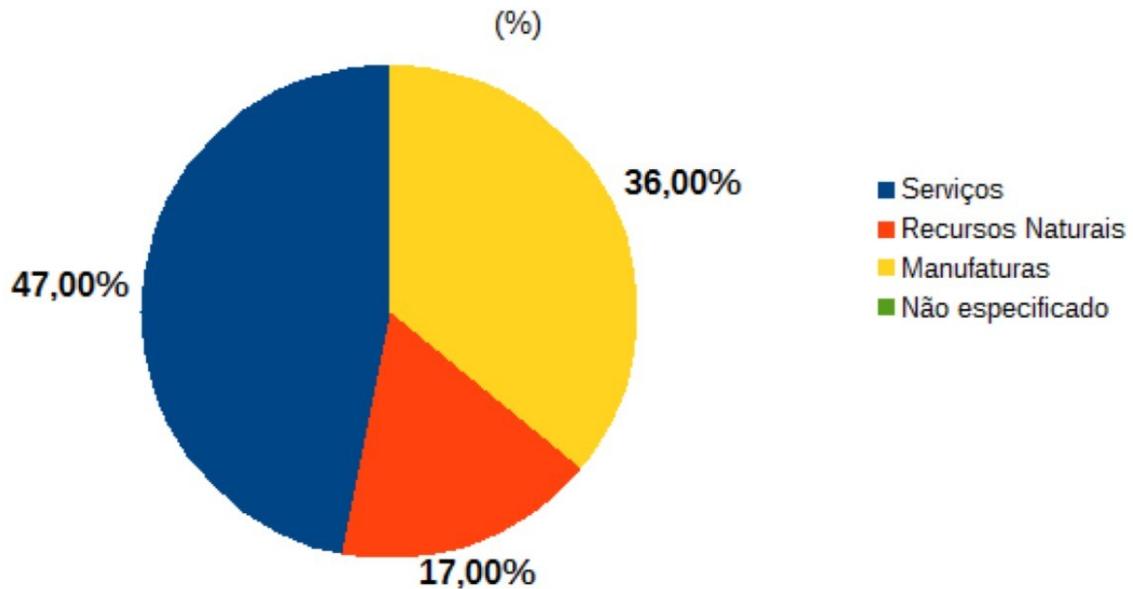
Mais de 95% desta riqueza, no entanto, estava concentrada em duas economias: as Ilhas Cayman e as Ilhas Virgens Britânicas. Ultimamente, um número crescente de grandes empresas públicas chinesas que operam nos setores de recursos naturais e produção tem investido na região, mas a quantidade e o alcance das atividades dessas empresas continuam a ser limitados e inferior ao valor total depositado em paraísos fiscais. Ao se considerar o IED da China é adequado incluir os investimentos de Hong Kong e Macau, mas nem todas as estatísticas internacionais fazem o agrupamento dessas transações, muito menos a distinção entre a origem do capital (público, privado, etc.). Além disso, Dussel Peters (2007), atenta para o fato de que é importante reconhecer deficiências graves no registro de IED e distorções estatísticas importantes tais como: a inclusão (ou não) fluxos de centros financeiros ou paraísos fiscais, a balança de pagamentos pode não fornecer classificação setorial dos investimentos e, outra possibilidade, é que muitas transações têm uma nacionalidade diferente da origem da empresa; ou seja, o IED é de um paraíso fiscal ou de uma filial de uma empresa chinesa e não proveniente da China.

A maioria das empresas chinesas de grande porte são estatais, pois o governo chinês pode desta forma ter maior controle sobre a economia e direcionar os investimentos de acordo com os interesses nacionais. Dessa forma o governo detém o monopólio de setores considerados estratégicos. Empresas de médio e pequeno porte são negociadas para concessão à iniciativa privada. A onnipresença do setor público chinês permite a curto, médio e longo prazo que o governo projete estratégias de desenvolvimento e essa é uma das razões pelas quais a China detém tanta assertividade em pouco tempo em vários de seus acordos e projetos com outros países. Estima-se que o setor público da China possui e controla aproximadamente 50% do PIB nacional (PETERS, 2014). Por tipo de investimento empresarial, as empresas estatais foram, sem dúvida, as maiores investidoras chinesas no mercado global, respondendo por mais de 63 % do IED total da China em setores não financeiros. A maioria das grandes projetos em mineração, serviços, construção e financiamento foram conduzidos por empresas estatais. No entanto, se a medida utilizada é o número de *entidades* de investimento nacionais, 89% são empresas privadas e cuja maior parte do capital foi destinada para a fabricação e comércio. O pano de fundo para isso é que, depois de mais de 30 anos de reformas econômicas na China, grandes empresas estatais permanecem principalmente em setores estratégicos, como o setor financeiro e de mineração, enquanto os outros setores competitivos são ocupados por empresas privadas. Enquanto o investimento em petróleo e mineração é dominado por grandes empresas estatais, o IED para a indústria geralmente envolve uma ampla gama de empresas privadas (JENKINS, 2012).

Em 2014, os fluxos de IED mundial na América Latina e no Caribe, em relação ao PIB, foram de 2,6%, um valor algo abaixo da média de longo prazo da região, embora esta porcentagem varie significativamente de um país para outro sendo maior, em geral, nas economias pequenas (CEPAL, 2015). A distribuição setorial do IED recebido pelo mundo todo nesse ano foi substancialmente diferente dos anos anteriores. A porcentagem de recursos naturais em fluxos de IED foi de apenas 17%, depois de ter permanecido em uma média de 22% entre 2009 e 2013. A porcentagem recebida pelas indústrias de manufatura caiu para 36%, o que reforçou a posição dominante no setor dos serviços, que ganhou 47% do lucro em 2014, um aumento significativo em comparação com 38% para Bolívia, Colômbia e Equador, o setor dos recursos naturais continua receber uma grande parcela de IED, mas mesmo nestes a porcentagem está diminuindo. Este declínio é devido à baixa nos preços de minerais, que começou em 2012, mas até 2014 não havia afetado as entradas de IED (CEPAL, 2015).

Gráfico 8:

Composição do fluxo de IED mundial para a América Latina em 2014

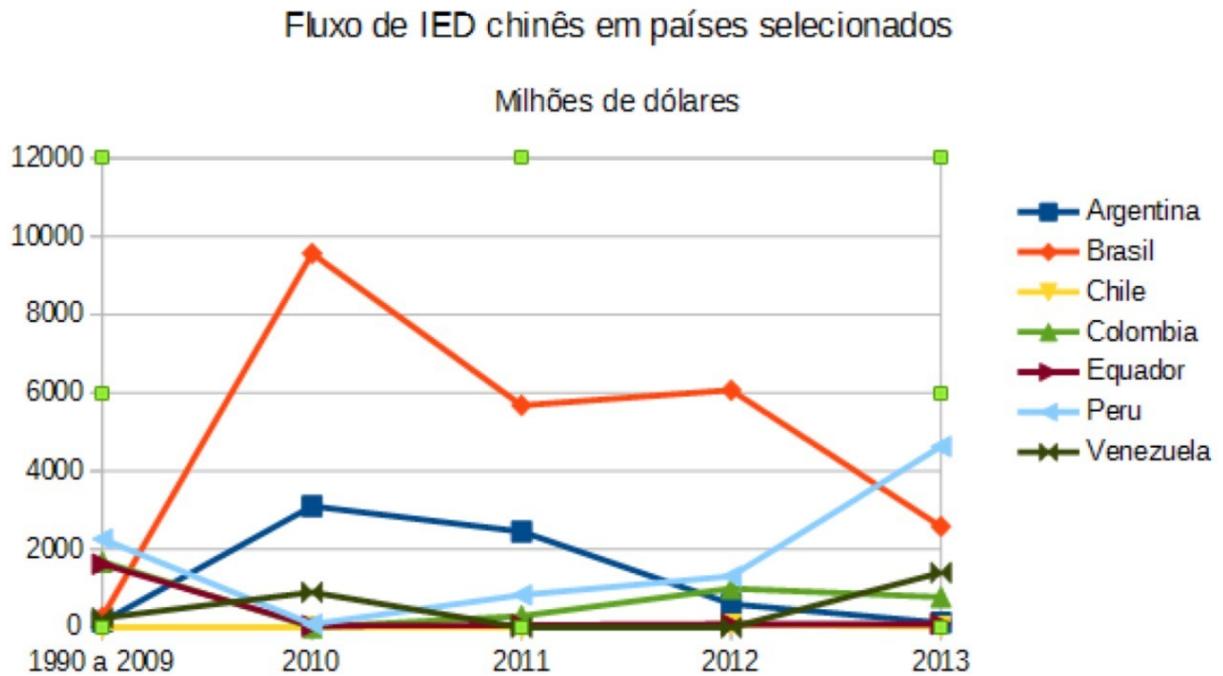


Fonte: CEPAL 2015. Elaboração da autora.

Em 2012, os fluxos IED da China atingiram um novo recorde de 87,8 bilhões de dólares, colocando a China entre os três maiores investidores do mundo pela primeira vez. Em 2010 ocorreu um grande aumento do IED chinês na região: o IED da China nesse ano chegou a US \$ 13 bilhões, três quartos deste valor em duas grandes aquisições de petróleo da Sinopec no Brasil e CNOOC na Argentina, respectivamente¹⁷. Mas o aumento não foi restrito a estas duas operações: muitas empresas chinesas em diferentes setores chegaram na América Latina ou aumentaram substancialmente sua presença em 2010. Dez das doze grandes fusões e aquisições por empresas chinesas na América do Sul entre 2002 e 2008 foram em setores de matérias-primas e recursos energéticos. Grandes empresas chinesas com investimentos na América Latina incluem Sinopec, a China National Petroleum Corporation e China National Overseas Oil Corporation em petróleo e gás, Minmetals, Chinalco e Wuhan Steel em minerais.

¹⁷ Principais investimentos chineses na América Latina. Disponível em: <bbc.com.br>. Acesso: 09 abr. 2016.

Gráfico 9:



Fonte: CEPAL (2015). Elaboração pela autora.

Tabela 1:

Principais investimentos chineses na América do Sul na última década

Empresa	Ano	Parceiro/alvo	Valor*	Setor	País
CNPC E SINOPEC	2005	EnCana (Canadá)	1400	energia	Equador
Chinalco	2008	-	2150	metal	Peru
Shunde Rixin	2009	-	1900	metal	Chile
State Grid	2010	Quadraminig	1050	metal	Chile
East China Mineral	2010	Itaminas	1200	metal	Brasil
CNOOC	2010	Bridas	3100	energia	Argentina
Wisco	2010	-	4700	aço	Brasil
State Grid	2010	Cobra, Elecnor e Isolux	1720	metal	Brasil
Sinopec	2010	Repsol/YPF	7100	energia	Brasil
Sinochem	2010	Peregrino Field	3070	energia	Brasil

* Em milhões de dólares Fonte: IPEA (2011). Elaboração pela autora.

Por país, os principais destinatários do volume de IED chinês são o Brasil, Argentina, Peru e Chile, respectivamente, países que possuem laços comerciais fortes com a China (JENKINS, 2012). Para algumas pequenas economias, a China pode ser uma fonte significativa de investimento, como tem sido recentemente no Equador ou Guiana. Ao contrário das estatísticas de IED recebido no conjunto mundial, a China tem intensificado seus investimentos no setor extrativista, principalmente na América do Sul. Esse cenário contrasta com o da década de 90 em que a maior parte dos investimentos chineses na região se destinava a aquisição de empresas públicas que estavam passando por processo de privatizações com concentração sobretudo no setor de serviços. Isso começou a mudar ao longo do século XXI e atualmente o IED chinês é mais concentrado no setor de recursos naturais e mineração (BIANCO et al, 2013).

As empresas chinesas estão entre os atores internacionais mais importantes na indústria de petróleo e gás na Argentina, na Venezuela, Brasil, Colômbia e Equador, e têm uma presença menor no Peru. Na mineração, as empresas chinesas têm-se concentrado seus investimentos no Peru e, em menor grau, no Brasil. A maior presença de investimentos chineses, fora do setor de recursos naturais está no Brasil. Embora o IED chinês tenha centrado em grande parte indústrias extrativas, houve também algum investimento na fabricação de têxteis e eletrônicos no México e em eletrônicos de consumo e telecomunicações no Brasil. Embora a maior parte do IED chinês na região seja destinada ao extrativismo, existem fluxos destinados a indústria para criar plataformas de exportação para vender em terceiros mercados têm sido mínimas.

A CEPAL estima que 92% dos investimentos chineses na região foram de natureza extração de recursos, principalmente de petróleo e gás. Os investimentos em setores de recursos primários e extrativismo são seguidos pelos direcionados a atividades do setor terciário, consideradas de apoio e vinculadas ao objetivo principal que é o da extração de recursos e transporte e escoamento para a China. Apesar do menor volume, o IED na área industrial oriundo na China existe, consistindo basicamente em compra de empresas pré-existentes que estrategicamente asseguram o acesso a alguns mercados específicos e atividades de montagem (CEPAL, 2010). De acordo com a classificação de Dunning (1979), o tipo *market-seeking* é a segunda destinação do IED chinês na região, seguido pelo tipo com

13%, *technology-seeking* com 0,66% e *efficiency-seeking* com 0,22% da composição desses investimentos¹⁸.

As visitas diplomáticas do governo chinês se intensificaram nos últimos anos como mostra a tabela abaixo, e com elas se multiplicam os acordos econômicos entre China e os países sul americanos, principalmente os relativos a setores de recursos naturais e infraestrutura. O atual presidente da China Xi Jinping nos três anos e pouco que está no poder, já visitou esta região duas vezes. Na ocasião da Cúpula do Fundo de Cooperação China - ALC, em julho de 2014, foram destinados capitais chineses a esse fundo que visa investir nas áreas de infraestruturas, agricultura, manufatura, inovação tecnológica e informática, cooperação de capacidade produtiva, com o objetivo de elevar a parceria e cooperação sino-latina americana a um novo patamar, ainda que dentro das linhas gerais da estratégia chinesa para a região¹⁹.

¹⁸ DUNNING, J. H. *Multinational Enterprises and the Global Economy*. 1993

¹⁹ Cúpula do Fundo de Cooperação China - ALC. Disponível em: <<https://corredorbioceanico.wordpress.com/2010/10/22/cupula-empresarial-china-america-latina-defende-desenvolvimento-comum>>. Acesso em: 09 abr. 2016.

Tabela 2:

Visitas do Primeiro-Ministro e do Presidente Chinês à América Latina e Caribe entre 2001–2015

YEAR	PREMIER	PRESIDENT	Argentina	Brazil	Chile	Costa Rica	Colombia	Cuba	Ecuador	Mexico	Peru	Trinidad and Tobago	Uruguay	Venezuela	TOTAL	
2001	Zhu Rongji	Jiang Zemin	Apr 8	Apr 11	Apr 4			Apr 13					Apr 10	Apr 19	6	
2002																0
2003	Wen Jiabao	Hu Jintao								Dec 12					1	
2004			Nov 16	Nov 11	Nov 18			Nov 22								4
2005																0
2006																0
2007																0
2008								Nov 17		Nov 18			Nov 20			3
2009																0
2010				Apr 15										1		
2011														0		
2012			Jun 23	Jun 20	Jun 25					Jun 16			Jun 22	5		
2013	Li Keqiang	Xi Jinping				Jun 2				Jun 4		Jun 1			3	
2014			Jul 18	Jul 14				Jul 21						Jul 20	4	
2015				May 18	May 24		May 21					May 22				4
PREMIER TOTAL			1	2	2	0	1	0	0	1	1	0	1	0	9	
PRESIDENT TOTAL			3	4	2	2	0	4	0	2	1	1	1	2	22	
COMBINED TOTAL			4	6	4	2	1	4	0	3	2	1	2	2	31	

Fonte: PETERS (2015).

3.2.3. O financiamento chinês

Os empréstimos da China para a América Latina totalizaram US \$ 29.000 milhões em 2015, em comparação com 19.000 bilhões em 2014, de acordo com o relatório anual do centro de estudos do Diálogo Interamericano. Todos eles originados, por duas instituições governamentais: China Development Bank e Export-Import Bank. Gallagher ressaltou que os dados mostram que a China "tem reforçado os seus investimentos na América Latina num momento em que outras instituições estão encolhendo", como o Banco Mundial, o que reduziu os seus empréstimos à região em 8% no ano passado, e o BID que com uma redução de 14% no volume total (GALLAGHER, 2015 apud. DIARIO LAS AMERICAS, 2015). Portanto a China vem preenchendo um espaço deixado pelas instituições tradicionais de financiamento e de países como os Estados Unidos, que há anos voltaram seus interesses para outras regiões mais do que a sul americana.

Os bancos chineses canalizam a maioria dos empréstimos para a América do Sul para os setores de infra-estrutura, energia, transporte, mineração e habitação, enquanto esses itens representam apenas 29% dos empréstimos do BID e 34% do Banco Mundial. Em 2009, a China passou a fazer parte do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sendo que no momento de seu ingresso a China se comprometeu a contribuir, via o Banco de Exportação-Importação da China (China Ex-Im Bank), com US \$350 milhões para o grupo do BID para participar do financiamento de projetos na América Latina através da criação de uma plataforma de fundos para apoiar a integração econômica e financeira entre o país e a região. Na ocasião, a China ingressou também nas instituições afiliadas ao BID: a Corporação Interamericana de Investimentos (CII), que se concentra em empresas de médio porte, e o Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin), entidade que, administrada pelo BID, promove o crescimento e a redução da pobreza através de investimentos no setor privado, concentrando-se em micro e pequenas empresas e na área de microfinanças. A China desde então vem ampliando sua participação como ator financeiro na região (MORENO, 2014, p.27-28).

3.2.4. Infraestrutura

A industrialização e a urbanização nos países em desenvolvimento criou uma forte demanda por infraestrutura. Ambos os processos têm atraído empresas de infraestrutura chinesas, que estão cada vez mais investindo no exterior. A principal motivação para o IED chinês em infraestrutura foi a de apoiar os negócios no exterior de outros investidores chineses, especialmente nos setores extrativistas, em países onde as condições de infraestrutura são precárias e criam dificuldades para o negócio das empresas de mineração e escoamento de recursos para a China.

Os interesses da China pelos setores de extração e commodities agrícolas estão refletidos nos investimentos portuários, que visam a agilizar o transporte de minérios, soja e outras *commodities* produzidas no continente para a China. O padrão é semelhante ao papel dos investimentos chineses na infraestrutura africana, onde predominam linhas ferroviárias e rodoviárias simples, que se estendem do interior até portos voltados à exportação dessa produção específica. Na América Latina, em toda a costa do Pacífico – onde os países latino-americanos têm priorizado suas relações com a China –, empresas chinesas estão expandindo

e modernizando diversos portos dessa mesma forma, sempre associando-os a um centro de mineração (ABDENUR, 2013).

Há três vias de acesso ao investimento em infraestrutura: aquisição de ativos existentes, engajar-se em contratos vinculados ao financiamento do governo e participação em concursos. A primeira é a maneira mais rápida para aumentar o tamanho e participação de mercado, e é o método mais apropriado para as indústrias mais fortemente regulamentadas. Apenas a empresa de transmissão de eletricidade State Grid tem seguido este caminho na América Latina: adquiriu os ativos no Brasil por US \$ 1,7 bilhões em 2010, seguida por outra aquisição para US \$ 940 milhões em 2012, ambos de empresas espanholas. A segunda rota de entrada geralmente envolve um empréstimo (mais ou menos em termos de concessão) de um banco estatal chinês a uma entidade de governo latino-americana para a construção de uma determinada infraestrutura com a condição de que o trabalho seja realizado por uma empresa chinesa. A maior destas ofertas na América Latina foram realizadas por Sinohydro no Equador e República Bolivariana da Venezuela para a construção de usinas de energia, mas há muitos outros exemplos, especialmente nas economias menores.

O banco Rabobank desenvolveu um estudo sobre a expansão chinesa no agronegócio da América do Sul²⁰, e nota que o plano inicial de Beijing era comprar terras e produzir. Agora, para evitar problemas depois que Brasil e Argentina impuseram restrições à aquisição ou leasing de terras por estrangeiros, grupos chineses partiram para um modelo que corresponde, em parte, ao desejo desses países em atrair investimentos em infraestrutura e exportar produtos de maior valor agregado²¹ (VALOR ECONÔMICO, 2012).

Em 2013, o presidente chinês Xi Jinping cunhou o termo "Nova Rota da Seda" para um projeto de comércio e infraestrutura internacional, cujo objetivo seria melhor interligar a China ao mercado europeu. Esse termo também tem sido usado por analistas para englobar os mega projetos chineses de infraestrutura na América Latina e do Sul nos anos recentes. A Ferrovia Bioceânica é um dos maiores exemplos disso. A visita no premiê chinês Li Keqiang em 2015, à Brasília teve como objetivo apresentar um plano de investimento orçado em US\$ 50 bilhões que dentre outras obras e compras prevê a construção de uma ferrovia que ligue o Atlântico ao Pacífico, cruzando o Brasil e o Peru, estimada em R\$ 30 bilhões. A ferrovia

²⁰ Rabobank revela perspectivas para o agronegócio brasileiro em 2015. Disponível em: <http://www.rabobank.com.br/pt/content/sobre_o_rabobank/sala_de_imprensa/2015/perspectivas_2015.html?languageDoesNotExist=en>.

²¹ Parecer da Advocacia Geral da União em 19 de agosto de 2010: Aquisição de terras por estrangeiros. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AGU/PRC-LA01-2010.htm>.

facilitará à China as importações de produtos brasileiros, nomeadamente de minério de ferro. Para tal, serão utilizados os portos do oceano Pacífico. Este é o maior projeto transcontinental de infraestrutura no continente.

Quanto ao escoamento marítimo de commodities, a China tem se defrontado com a deficiência da infraestrutura portuária da região. Além de problemas históricos – como falta de capacidade dos portos, manutenção inadequada dos equipamentos e da dragagem, empecilhos burocráticos e fraca integração multimodal –, essa infraestrutura não vem acompanhando o crescimento e a diversificação do comércio exterior da região. Os interesses da China pelos setores de extração e commodities agrícolas estão refletidos nos investimentos portuários, que visam a agilizar o transporte de minérios, soja e outras commodities produzidas no continente para a China. Na América Latina, em toda a costa do Pacífico, principalmente nos países que compõem a Aliança do Pacífico²², empresas chinesas estão expandindo e modernizando diversos portos dessa mesma forma, sempre associando-os a um centro de mineração. Um dos maiores projetos em infraestrutura portuária propostos até agora seria implementado no Suriname, onde quase 10% da população é constituída por imigrantes chineses (ABDENUR, 2013).

3.2.5. Acordo de Cooperação China - CELAC (2015-2019)

Em janeiro de 2015, a China sediou o primeiro Fórum da China-Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe (CELAC). Este fórum criou uma plataforma regional para a cooperação entre China e América Latina, semelhante ao Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) e da Cúpula China-ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático). Com foco central em comércio e investimento, o plano abrange treze setores e tem como objetivo central ampliar o comércio e os investimentos em infraestrutura entre China e os países da CELAC.

Além de assinar uma série de acordos de cooperação, a China prometeu aumentar o comércio com a América Latina e Caribe para 500.000 milhões de dólares e investir mais de 250.000 milhões durante a próxima década. Quatro meses depois, em maio de 2015, premier chinês Li Keqiang visitou o Brasil, Colômbia, Peru e Chile, e assinou diversos acordos de cooperação, incluindo um acordo de *swap* (troca) para três anos no valor de 3.500 milhões

²² Bloco comercial latino-americano criado formalmente em 6 de junho de 2012 no Chile cujos membros são: Chile, Colômbia, México e Peru. e Costa Rica

dólares entre os bancos centrais da China e Chile, com o objetivo de promover o comércio bilateral e investimentos. No final da sua visita, no contexto de um discurso para a Cepal, Li salientou que a utilização de investimento em infra-estrutura como um meio para promover a cooperação na fabricação de manufaturas e investimentos em equipamentos e indústria para o crescimento da cooperação econômica entre as duas regiões podem promover um desenvolvimento favorável para todos os envolvidos (GRANSOW, 2015 apud PETERS, 2015).

Dentro dos acordos foram estabelecidas regras de funcionamento do Fórum que garantem flexibilidade institucional para avançar com arranjos de distintas configurações, sob o princípio da participação voluntária dos membros, “de acordo com as políticas domésticas e as provisões do sistema legal nacional.” O mecanismo é de caráter plurilateral: as ações de cooperação (e comércio) podem assumir configurações envolvendo um pequeno número de países ou até a totalidade dos membros - além da colaboração com outras iniciativas e organizações regionais e subregionais de integração como UNASUL e MERCOSUL, entre outras (MORENO, 2014, p. 29).

4. Relações entre Brasil e América do Sul

4.1. O Significado da América do Sul na Política Externa Brasileira

A ideia de uma unidade sul americana remonta a séculos atrás quando as colônias espanholas ainda lutavam para se libertar de sua metrópole. Tendo Simon Bolivar e San Marti como principais líderes do ideal integracionista do século XIX, os países formados recém-independentes logo se fragmentaram e travaram conflitos violentos entre si, como a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870, Argentina, Brasil e Uruguai contra Paraguai) e a Guerra do Pacífico (1879-1884, Chile contra Peru e Bolívia).

Desde o começo os países sul americanos possuíram laços frágeis entre si e se subordinaram, dentro da lógica capitalista internacional, aos países europeus no papel de agro-exportadores, dependente do sistema financeiro europeu e tendo seu desenvolvimento associado a expansão do capital num primeiro momento. A América do Sul foi integrada ao sistema econômico internacional durante a era colonial (1492- 1824), onde exerceu as funções de produtora de gêneros agrícolas e recursos minerais para a Europa. Mais tarde, com a ascensão dos EUA como potência hegemônica no século XX, a América do Sul passaria a esfera de influência norte americana, mantendo a estrutura econômica essencialmente agrícola e o seu característico subdesenvolvimento econômico, político, institucional e social.

Foi somente após a Segunda Guerra Mundial que houve um pequeno ressurgimento do interesse pela integração como uma ferramenta para o desenvolvimento, impulsionado pelas ideias desenvolvidas pela CEPAL a partir da década de 50, Suas ideias e formulações teóricas sobre desenvolvimento foram essenciais às primeiras tentativas de integração entre os países latino-americanos, como a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALCALC), criada em 1960, que tentou formar um mercado comum no continente. Ainda assim a ideia sobre uma aproximação com os vizinhos sul americanos como uma visão estratégica concreta por parte das elites políticas nacionais na época ainda era muito subjacente. O nacionalismo, a industrialização e a crítica ao imperialismo eram os conceitos predominantes entre os círculos políticos mais progressistas. Para a maioria dos intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), o diagnóstico era de que o país somente poderia ultrapassar o estágio de subdesenvolvimento mediante a intensificação da

industrialização, pensada como um fenômeno nacional e não conectada à potencialidade de um mercado regional.

O debate acerca da integração regional e da importância da inserção brasileira na América do Sul não desaparece completamente durante a ditadura militar. Especialmente com o mandato de Geisel (1974-78) ocorre a formulação do Pragmatismo Responsável como diretriz de Política Externa. De acordo com o PR, o Brasil possuiria um papel central na América Latina devido a seu posicionamento geopolítico e peso econômico. Mas essa ideia estava novamente subjacente a inserção brasileira no âmbito internacional, ao desenvolvimentismo e ao multilateralismo. Essa visão do Brasil como um líder regional desagradou as elites políticas argentinas, e essas discordâncias ideológicas somadas a outros contenciosos como a utilização de energia nuclear para fins pacíficos e a utilização dos recursos de Itaipu, causaram um afastamento entre os países. Esse sentimento de animosidade somente seria solucionado na década posterior, com a redemocratização em ambos os países. Na década de 80, os governos Sarney no Brasil e Alfonsín na Argentina conseguem retomar o processo de integração entre os Estados (Declaração de Iguazu, novembro 1985; Programa de Integração e Cooperação Econômica – PICE, julho 1986, e os 24 Protocolos decorrentes; Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, novembro 1988) dentro de uma lógica desenvolvimentista e protecionista que visava estimular a emulação empresarial para a modernização e a inserção competitiva conjunta no sistema econômico internacional (VIGEVANI, 2010).

Ainda na década 1980 consolidou-se o fracasso total do projeto integracionista da ALCALC deu origem a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), proporcionando mais flexibilidade ao bloco regional. ALADI: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. O comércio entre os países membros caracteriza-se pela inclusão de maior valor agregado quando comparado com as exportações da ALADI para o restante do mundo. Ao longo do capítulo, a ALADI será analisada para a avaliação da atividade exportadora brasileira na região, uma vez que maior parte dos dados encontrados e da bibliografia revisada é relativa às relações entre Brasil e ALADI, e não a América do Sul em si, e impactos da China nessa região.

O colapso do modelo do Estado desenvolvimentista, promotor da industrialização por substituição de importações, dá lugar a um novo paradigma para a política externa brasileira, definida por Amado Cervo (2003) como "Estado Normal" ou "Paradigma Neoliberal", através

da adesão do país ao pensamento econômico de Washington e, conseqüentemente, uma nova percepção do papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico. A grande iniciativa política da década de 90 para a integração regional foi o Tratado de Assunção em 1991 que deu origem ao Mercado Comum sul-americano (MERCOSUL).

Os primeiros anos do bloco ocorreram dentro dos moldes neocepalinos. Estes propunham uma simbiose, combinando abertura ampla da economia, requerida pela globalização, com integração bilateral ou regional, feita de preferências comerciais por modo a controlar eventuais efeitos negativos da abertura" (CERVO, 2003). O Mercosul surge no início da década de 90 a partir desse novo paradigma, como uma tentativa de atenuar os impactos gerados pela expansão das políticas econômicas neoliberais no mundo através de um "regionalismo aberto". Regionalização e globalização aparecem como processos complementares na análise de diplomatas brasileiros. Celso Lafer: a universalização; potência média e a importância do Mercosul para a inserção global do Brasil.

Desde o primeiro momento, vi no Mercosul uma plataforma de inserção competitiva do Brasil que era importante pelas oportunidades que gerava e pelo que representava como interlocução no plano mundial. Estava também muito consciente de que as tensões existentes no mundo deixavam claro que deveríamos partir da noção de fronteiraseparação para a de fronteira-cooperação (LAFER, 1993, p. 279).

Guimarães (2007) considera que o objeto da política externa brasileira seria a América do Sul e que o núcleo da política brasileira na América do Sul seria o Mercosul. O cerne da política brasileira no Mercosul, por sua vez, teria de ser, sem dúvida, a Argentina. O autor entende, portanto, que "qualquer tentativa de estabelecer diferentes prioridades para a política externa brasileira, e mesmo a atenção insuficiente a esses fundamentos, certamente provocará graves consequências e correrá sério risco de fracasso" (GUIMARÃES, 2007, p. 1).

Nos anos 1990, enquanto os dois parceiros mais tradicionais do Brasil – EUA e UE – perdem espaço, cresce a participação da Ásia e da América Latina nas exportações brasileiras. As exportações para a América do Sul, ganharam novo ímpeto por causa da retomada do crescimento na região e, obviamente, da criação do Mercosul. A Argentina firma-se como principal parceiro do Brasil na América do Sul e chega a absorver mais de 10% das exportações brasileiras em 1998, ano de maior volume de comércio intra Mercosul (LUPORINI; CASTILHO, 2010).

No final do segundo mandato de FHC, em meio a crise do modelo neoliberal implementado e a vulnerabilidade externa do país cada vez mais evidente, a América do Sul

se afirma como plataforma regional preferencial do Brasil, pois Cardoso promoveu alterações na condução de sua política externa, dando atenção especial ao eixo horizontal, e ao entorno sul-americano, em particular. Ocorreram continuidades mas também importantes inflexões no momento de transição do governo Cardoso para o governo Lula e ao longo da afirmação da atual política externa brasileira para a América do Sul.

A administração Lula deu ênfase à integração regional de forma mais ativa do que a proporcionada no governo FHC. Ao procurar firmar a liderança do Brasil na América do Sul, o Brasil pôs em prática, em âmbito mundial, o exercício de uma política de potência emergente. Com a chegada de Lula à presidência, em 2003, ocorreu um aprofundamento da integração sul-americana. A América do Sul tornou-se o centro da política externa do país, cujo núcleo principal encontra-se no Mercosul. O governo Lula buscou o aperfeiçoamento dos elementos de estado logístico que se insinuaram em Cardoso, contemplando, e avançando, várias estratégias de inserção internacional acionadas pelo governo anterior, inclusive na América do Sul (CERVO, 2008). O governo Lula desenvolveu uma noção própria de liderança, inserindo-a junto à estratégia ampla de autonomia pela diversificação (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Segundo esta, a América do Sul assumiria um papel central nas relações do Brasil com o mundo ao ampliar o poder de barganha e de voz do país no cenário internacional. A concepção apresentada pelo presidente abrangeu diversos valores que permeavam a ação externa brasileira no período.

A diplomacia na Era Lula desenvolveu uma política externa muito mais assertiva do que a do governo anterior, no intuito de garantir uma presença soberana do Brasil no mundo. Essa iniciativa tinha como fundamento a instrumentalização da política externa para a promoção do desenvolvimento nacional e o cerne dessa estratégia foi a aproximação com os vizinhos sul americanos e o fortalecimento da institucionalização dos blocos de integração regionais (SOUTO MAIOR, 2006). A institucionalização fortalecida que dotaria os países da América do Sul de um interesse em política externa comum se tornaria a plataforma pela qual o Brasil se lança ao cenário internacional. O discurso diplomático e político passou a reconhecer a América do Sul como a “circunstância do ‘eu’” diplomático brasileiro (LAFER, 2001 apud VIGEVANI, 2010).

Há contudo uma diferença importante entre regionalização e globalização: os processos de integração regional estão sujeitos a um acompanhamento político de que o processo de globalização ainda carece em grande medida. Em análise dos instrumentos

utilizados pelo Brasil na busca pelo exercício da liderança, constata-se que o país procurou exercer uma liderança branda (*soft leadership*). Destacam-se entre os principais meios do exercício da liderança brasileira, tanto a nível político quanto econômico, a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), o Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) – muitas vezes por meio de empresas nacionais (DOMINGUES, 2011).

A última década foi marcada pelo protagonismo e pela liderança do governo brasileiro nas questões de integração e políticas conjuntas entre os países sul americanos. Num contexto de perda de influência da diplomacia norte americana na região, pela diversificação de parceiros políticos e econômicos da região e a ascensão de governos progressistas, o Brasil surge como um ator fundamental na promoção do desenvolvimento regional. Com a iniciativa da Área de Livre Comércio Sul-Americana (Alcsa) e sobretudo com a realização da I Reunião de Cúpula Sul-Americana, o Brasil lançaria ostensivamente no continente as bases formais de um novo movimento regional, presumivelmente mais consentâneo com a sua efetiva capacidade de influência na área. Escrevendo em maio de 2000 sobre a reunião de cúpula dos países da América do Sul, que se realizaria meses depois, o embaixador Luís Felipe Lampreia, então nosso ministro das Relações Exteriores, ressaltou a especificidade da América do Sul, pelo que teriam sido deixados de fora a América Central e o Caribe, “vinculados de forma mais próxima e direta à América do Norte, em particular aos Estados Unidos” (SOUTO MAIOR, 2006, p 12). Esse discurso representa uma inflexão da estratégia brasileira de inserção regional, passando a priorizar o espaço sul americano em detrimento do do pan-americanismo ou da América Latina, e a integração dessa região como prioritária para o desenvolvimento socio-econômico dessas nações frente ao cenário internacional.

Em 2002, na II Cúpula Sul-Americana, surgiu a estratégia política para a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa). Frente a estratégia norte americana de criação de uma área de livre comércio unificada de todas as Américas (ALCA), o Brasil a define-se pela construção de um espaço próprio sul-americano, forjando um bloco que se articulasse em várias áreas, indo além das questões comerciais, dado que essa era a esfera que mais implicava tensionamentos na agenda negocial (COUTO, 2010). A Casa foi criada durante o governo Lula em dezembro de 2004 e posteriormente passou a se chamar União de Nações Sul Americanas (UNASUL). A iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-

Americana (IIRSA) para a coordenação da ligação física do continente, lançada no final de 2000, passou, posteriormente, a fazer parte da UNASUL e mudou de nome para Conselho sul-americano de infraestrutura e planejamento (COSIPLAN).

Até hoje a construção de um espaço integrado na América do Sul, seja em seu aspecto político, econômico, social ou mesmo ideológico e identitário constitui-se em um grande desafio para a política externa brasileira. A América do Sul está longe de poder ser considerada uma região hegemônica. O tamanho do PIB brasileiro (3,172,815 milhões em USD), de acordo com o relatório econômico do FMI em 2015, é quase a metade do total da América do Sul (6,589,274 milhões). O segundo maior PIB é o da Argentina, 930,345 milhões, o que representa uma grande assimetria, principalmente em comparação com outros blocos regionais, como a União Europeia por exemplo. Um dos aspectos da assimetria entre os membros do Mercosul deve-se ao fato de o Brasil registrar expressivos superávits comerciais com todos os seus principais parceiros comerciais, inclusive com os sócios do bloco. O superávit brasileiro com o Mercosul atingiu US\$ 4,7 bilhões, em 2005 (MOREIRA; MILHOMEM, 2010). Em termos de dependência do Mercosul também existem assimetrias entre os países membros. Enquanto o Brasil tem uma pauta de exportações mais diversificada e mais socios comerciais extrarregionais, países pequenos como Uruguai e Paraguai são muito dependentes do comércio com o Mercosul e principalmente com o Brasil.

Outros estudos ainda destacam o nível de comércio intrarregional, a existência de muitas tarifas comerciais, e a baixa complementaridade entre os setores econômicos na região. Além das barreiras tarifárias e da má qualidade da logística de transporte, várias regulações que regem o transporte de mercadorias de um país para outro limitam os fluxos de comércio intrarregional, aí incluídas aquelas referentes aos postos de fronteira e aos modais de transporte. A má qualidade da infraestrutura e os problemas de transporte e logística juntamente com barreiras tarifárias e não tarifárias são atualmente entraves para que o Brasil amplie as exportações para nações vizinhas. Elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o estudo "*Desafios para a Integração Logística na América do Sul*" revela que os produtos manufaturados do país são exportados em patamar aquém do potencial, levando-se em conta a distância e o tamanho dos mercados. Entre os projetos destacados como prioritários, 12 envolvem diretamente o Brasil, como a via de conexão de Porto Velho à costa peruana e o corredor ferroviário bioceânico Paranaguá – Antofagasta (Chile). "O estudo da CNI recomenda que o processo de integração seja conduzido com mais pragmatismo e

vontade política, priorizando a coordenação bilateral em projetos de corredores de exportação, com a participação direta da iniciativa privada. A CNI também sugere a remoção das barreiras que restringem a concorrência nos serviços de transporte de carga, a partir da simplificação aduaneira e da revisão dos acordos de transporte terrestre, marítimo e aéreo." (CONSELHO NACIONAL DE INDUSTRIA, 2016).

Na década passada governos progressistas na América do Sul puderam proporcionar avanços significativos no processo de integração regional. Muito além de uma área preferencial para comércio, houve espaço para a elaboração de projetos consistentes de integração física, política, econômica e social. Foi fundamental para esse processo o debate gerado sobre desenvolvimento da região e a articulação de políticas conjuntas de defesa, tendo como eixo central o Conselho de Defesa Sul-Americano. De acordo com Fiori (2011) entre os maiores desafios para a integração regional atualmente estão: i) o fato de que as economias sul-americanas sejam economias exportadoras, competitivas e pouco integradas entre si; ii) a existência de grandes assimetrias e desigualdades nacionais e sociais, dentro de cada país, e da região como um todo; iii) a falta de uma infraestrutura continental eficiente; e iv) finalmente a falta de objetivos regionais permanentes, capazes de unificar a visão estratégica do continente.

[...] o arquivamento da Área de Livre Comércio das Américas abriu espaço para a expressão de uma realidade mais fragmentada, em que muitos projetos identitários convivem e competem entre si. Ainda assim, a ideia de América do Sul parece destinada a reter um papel importante para a política externa brasileira no futuro imediato. Naturalmente, a identidade sul-americana do Brasil pode ser objeto de muitas interpretações e traduzida em um amplo leque de estratégias, nem todas consistentes entre si, aliás. As escolhas políticas seguirão sendo inevitáveis. Do mesmo modo, o manejo da “geometria variável” das instituições que enquadram a identidade americana do Brasil (Mercosul, Unasul, Celac, Organização dos Estados Americanos – OEA, entre outras) submete-se a distintos arranjos possíveis e diversos graus de prioridades. Em todo caso, a expressão da identidade sul-americana seguirá como um dos elementos basilares da política externa brasileira e sua execução permanecerá alinhada com as cambiantes diretrizes do sistema político interno, em interação com as políticas e prioridades dos demais parceiros da região (SANTOS, 2014, p. 11-12).

4.2. Relações Comerciais entre Brasil e América do Sul

Enquanto no período 1990-2002 a taxa média de crescimento anual das exportações brasileiras foi de 5,6%, entre 2003 e 2008 essa taxa se elevou para 22%. O volume recorde de US \$ 198 bilhões atingido pelas exportações em 2008 superou em cerca de US \$ 125 bilhões

as exportações de 2003, resultando em reservas elevadas e em redução da vulnerabilidade externa. (IPEA, 2010, p. 398). Prevalece, por um lado, a importância das commodities primárias como vetor principal de expansão das exportações e, de outro, a baixa penetração exportadora do Brasil nos mercados mais dinâmicos, em especial nos produtos de média e alta tecnologia. A exportação de manufaturados teve um grande salto entre 2003 e 2008, de US \$ 39,8 bilhões para US \$ 92,7 bilhões) e desde então esse valor tem se mantido estagnado (BID, 2014).

A inserção comercial externa da economia brasileira teve algumas de suas principais características estruturais reforçadas pela forte expansão recente do comércio mundial com termos de troca cada vez mais favoráveis às commodities primárias. Dessa forma, não se observou alteração significativa na posição comercial do Brasil em relação aos mercados externos mais dinâmicos (CUNHA; HIRATUKA, 2013, p.2). Permanecem em evidência, de um lado, a importância das commodities primárias como vetor principal de expansão das exportações e, de outro, a baixa penetração exportadora do Brasil nos mercados mais dinâmicos, em especial nos produtos de média e alta tecnologia. O desempenho positivo do balanço de pagamentos brasileiro na década passada deve-se, em boa medida, aos preços elevados das commodities primárias no mercado internacional e à diversificação de parceiros econômicos.

Para fins de análise da relevância comercial da América do Sul para a economia brasileira, o presente trabalho buscará a compreensão da inserção econômica regional a partir de premissas das vertentes teóricas de comércio keynesianas e neoschumpeterianas, pois estas linhagens destacam o fato de que diferentes atividades e setores econômicos possuem potenciais distintos, tanto de elevação de produtividade, geração de efeitos de encadeamento e transbordamento tecnológico, quanto de expansão de demanda no cenário internacional. As correntes teóricas tradicionais de comércio, como a neo-ricardiana, ao entender que a especialização de acordo com vantagens comparativas é o mais importante em termos de eficiência alocativa, não são compatíveis com as questões discutidas no capítulo 2, pela Teoria da Dependência. A ideia central sobre relações comerciais para a Dependência é a de que os países periféricos se relacionam com o centro através de um comércio assimétrico, em que se especializam em commodities de menor valor agregado e cujos preços tendem a deteriorar no longo prazo. Portanto de acordo com a Dependência a estrutura comercial e a

pauta exportadora de um país não são neutras, possuem um escopo qualitativo e tais estruturas não devem ser neutralizadas simplesmente conforme suas vantagens comparativa.

Portanto um diagnóstico mais apurado do perfil e da importância das relações comerciais entre Brasil e América do Sul e os impactos da ascensão chinesa nesse âmbito, exige, em primeiro lugar, a análise da pauta de comércio, investigando-se não apenas o volume total em termos de valor exportado, mas também a qualidade e diversificação das exportações. Em segundo lugar, deve considerar a dimensão geográfica, demandando um mapeamento mais detalhado das relações estabelecidas com diferentes regiões. Finalmente, é importante ter uma perspectiva comparativa, avaliando a posição relativa brasileira em relação a outros potenciais competidores.(CUNHA; HIRATUKA, 2013).

Atualmente a composição da pauta de exportação brasileira é bastante diversificada e varia de acordo com a região com a qual se comercializa. Existem padrões para a composição dessas exportações para cada destino. De maneira geral, Para a Ásia em seu conjunto, o Brasil aparece de forma crescente como importante exportador de produtos básicos – 59,5% do total em 2007 contra 30,1% em 1990-2001– e importador de produtos manufaturados. Essa especialização é ainda mais marcada no caso do comércio com a China. Atualmente, 73,8% das exportações brasileiras para aquele país são de produtos básicos. Japão e Índia também figuram entre os países em que as exportações brasileiras são bastante concentradas em commodities. A União Europeia pode ser considerada uma região em que as exportações brasileiras são bem divididas entre produtos básicos e manufaturados, que representam respectivamente 45% e 40,4% das exportações totais. O terceiro padrão, são aquelas regiões em que as exportações são predominantemente de produtos manufaturados. Nestas figuram os países americanos e africanos. Mais de 90% das exportações brasileiras para a América do Sul são manufaturas. Para o Mercosul esse percentual chega a mais de 95% (CASTILHO; LUPORINI, 2010).

Ainda que América Latina, África e Estados Unidos sejam grandes sócios econômicos para o Brasil, os países sul americanos são até hoje os principais compradores de manufaturas brasileiras. Proporcionalmente ao tamanho de seus mercados. América do Sul é o principal mercado de destino para os produtos exportados mais elaborados. Nas exportações do Brasil para os países membros da ALADI, a análise da balança comercial desde 1981 mostra, primeiramente, que as vendas de produtos brasileiros para o bloco latino-americano evoluíram sobremaneira desde a criação desta, especialmente a partir do ano 2000: passaram de US \$ 4

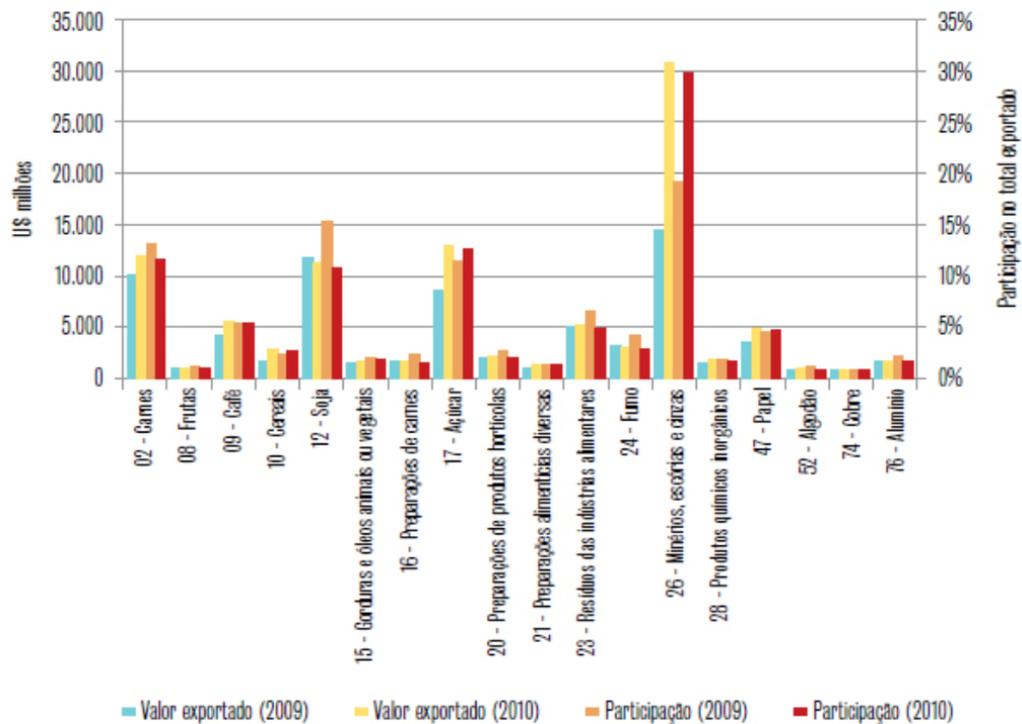
bilhões em 1981 para US \$ 40 bilhões em 2008. Nesse mesmo período, o comércio exterior brasileiro como um todo aumentou em oito vezes, passando de US\$ 23 bilhões para US\$ 197 bilhões em 2008. A composição das exportações brasileiras para a região tem um diferencial com relação às exportações do país para o restante do mundo: concentra-se em produtos de maior valor agregado e de média-alta intensidade tecnológica. Em 2008/2009, estes produtos representavam em torno de 47% dos produtos exportados, enquanto que os de alta intensidade tecnológica perfaziam a média de 8,5%. Ademais, desde o início da ALADI, a maior parte das exportações brasileiras é de produtos manufaturados – tendência que foi se consolidando ao longo do tempo (CHANG; BAHNER, 2010).

A partir do período do "boom" ou da "loteria de commodities" o Brasil passou a exportar quantidades cada vez maiores de produtos agro-pecuários, energéticos e minerais. No entanto, na mesma época outros países sul americanos estavam passando por situação semelhante, consequência da alta dos preços desses produtos e da pressão exercida pela demanda crescente oriunda principalmente da China (seguida da Índia) . Esses países, ao valorizarem suas rendas em decorrência do aumento das vendas destes produtos também passaram a importar mais produtos industrializados brasileiros. O intercâmbio entre Argentina e Brasil, as duas maiores economias da América do Sul, se diferencia dos fluxos com o restante do mundo: enquanto o comércio extrazona é principalmente interindustrial (são exportados sobretudo produtos baseados em recursos naturais e são importadas manufaturas), no comércio entre esses países os produtos industriais representam aproximadamente 80% do total e existem fluxos intraindustriais – são intercambiadas variedades de produtos similares – na indústria química e na automotiva, entre outras (BID, 2014).

Através do gráfico abaixo, pode-se visualizar o destaque de alguns produtos na pauta exportadora brasileira entre os anos de 2009/2010. Os minérios são responsáveis pela composição de mais de 30% de tudo o que o país exportou nesses anos para o mundo. Carnes, soja e açúcar seguem atrás, compondo mais de 10% das exportações brasileiras no período selecionado.

Gráfico 10:

Valor e composição de algumas commodities principais na pauta de exportações brasileiras para o mundo:



Fonte: De Negri e Alvarenga (2011)

Apesar da crise econômica a América do Sul se manteve como uma região importantíssima para a economia brasileira. Enquanto a partir da crise de 2008 alguns aliados comerciais tradicionais do Brasil declinaram em termos de participação no total das exportações brasileiras (como Estados Unidos e União Europeia), a América do Sul se manteve de forma relativamente estável importando produtos brasileiros. Após a crise mundial que afetou profundamente as estruturas produtivas na América do Sul, esses países se viram com menos receitas internas passaram a comprar menos, prejudicando assim a indústria nacional. A partir desse período, observa-se uma redução participação de mercado dos produtos brasileiros, essa participação decresce para 6,0% em 2008, principalmente em função do aumento das vendas de outros países concorrentes na região, com destaque para a China, cujos produtos passaram de uma participação de mercado de 2,3% para 9,4% em 2009. Nesse período 2006-2009, a pauta de produtos de alta e média-alta intensidade tecnológica foi

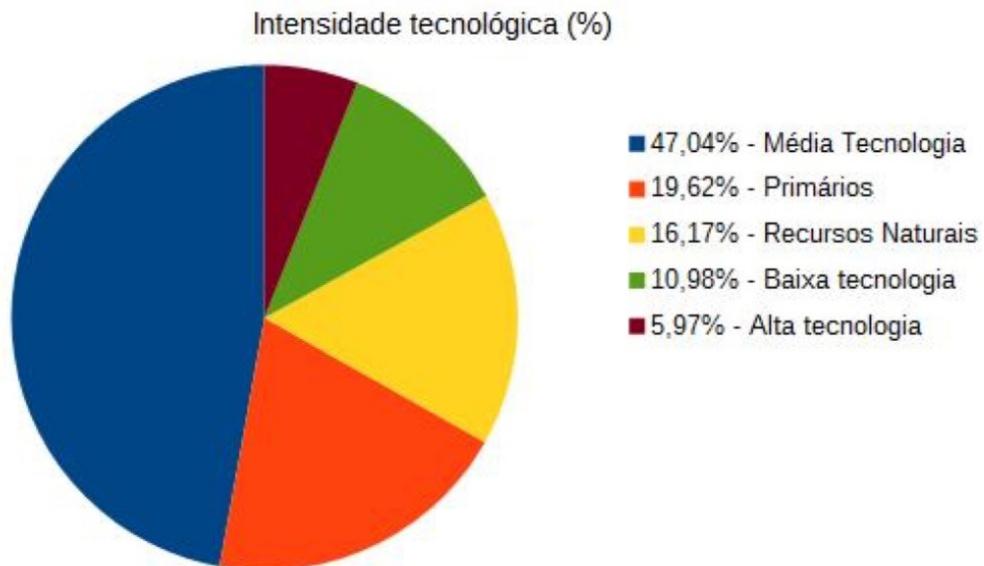
reduzida, em contraste com o aumento observado nas vendas externas brasileiras para a ALADI de bens de média-baixa intensidade tecnológica.

Fica evidente através de uma análise dos gráficos abaixo, que trazem uma comparação das exportações brasileiras (de acordo com a intensidade tecnológica) para China, América do Sul e o mundo inteiro o papel dos países sul americanos como parceiros comerciais para a indústria brasileira e consumidores de manufaturas de maior valor agregado, até os tempos atuais. Com base em dados fornecidos pelo site da CEPAL analisaremos as exportações brasileiras em 2015 divididas de acordo com a intensidade tecnológica.

No ano de 2015, quase metade das exportações brasileiras para a América do Sul eram compostas de manufaturados de média tecnologia. No total mundial esse valor foi 19 94% e para a China somente 5,33%, ou seja, os chineses compram muito menos manufaturas brasileiras em comparação à média mundial. Estados Unidos, América Latina e, em menor medida, União Européia, foram importantes mercados para esse setor no ano de 2015. As exportações de manufaturas com baixa intensidade tecnológica ficaram abaixo em torno de 2% para a China e 6% para o mundo. Um pouco mais de 10% das importações pela América do Sul do Brasil foram produtos de tecnologia baixa. Produtos de alta intensidade tecnológica são bem mais escassos na pauta de exportação do Brasil. A América do Sul ainda assim importou um percentual um pouco acima da média mundial. Produtos primários e recursos naturais que possuem menor valor agregado, somam juntos mais de 60% do total da pauta de exportação do Brasil para o mundo e pouco mais de 35% para a América do Sul apenas. Esses produtos se destacam por comporem mais de 90% das exportações do Brasil para para a China.

Gráfico 11:

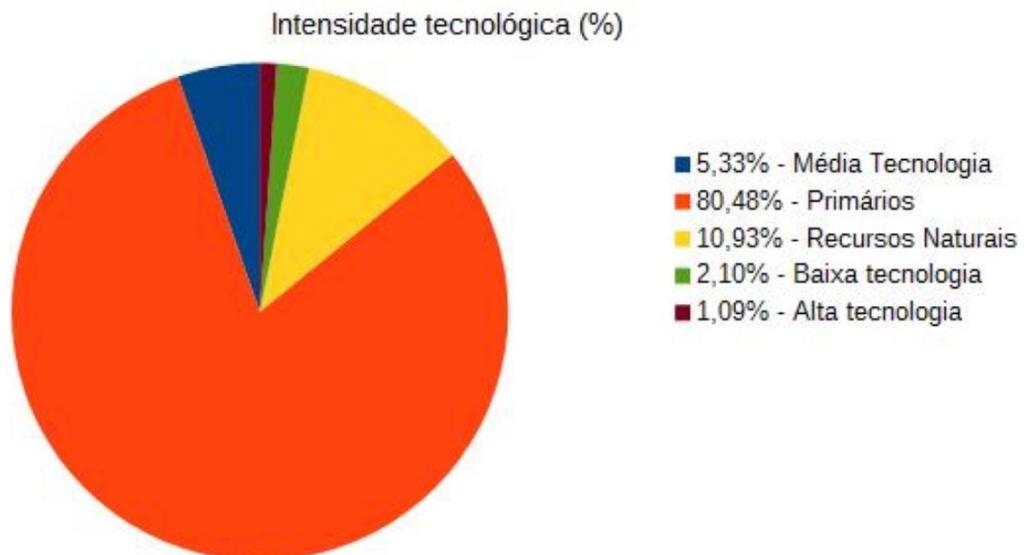
Exportações do Brasil para a América do Sul em 2015



Fonte: CEPAL (2015). Elaborado pela autora.

Gráfico 12:

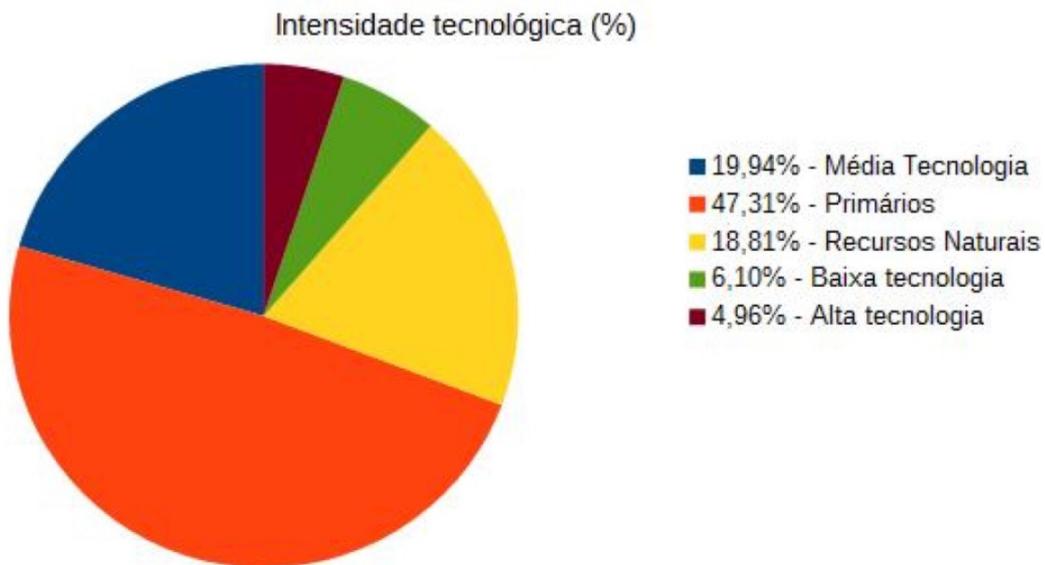
Exportações do Brasil para a China em 2015



Fonte: CEPAL (2015). Elaborado pela autora.

Gráfico 13:

Exportações do Brasil para o mundo em 2015



Fonte: CEPAL (2015). Elaborad o pela autora.

4.3. A Concorrência Chinesa e seus Impactos para a Inserção Econômica Brasileira no Mercado Regional

4.3.1. Revisão bibliográfica

Para além de ameaças a interesses econômicos imediatos de certas indústrias, analistas internacionais tem realizado estudos sobre o impacto da China na América Latina e os efeitos sistêmicos mais amplos dessa ascensão. Muitas destas preocupações também dizem respeito ao impacto no setor industrial. Na última década, diversos estudos foram elaborados como resultado dessa preocupação entre especialistas com a pressão competitiva oriunda da penetração chinesa nos mercados importadores tradicionais da indústria brasileira e a perda de parcela de mercado das exportações de manufaturados, na região sul americana e no mundo retornamos à discussão já mencionada sobre a possibilidade de reprimarização da estrutura econômica no Brasil,

Alguns estudos na última década direcionaram modelos analíticos para a questão da crescente participação chinesa no mercado latino americano e a possibilidade dessa ascensão estar deslocando parcelas de mercados que tradicionalmente importavam manufaturados brasileiros. Entre os estudos que contribuíram para a realização do trabalho estão o de Chami Batista (2005) "*Competition between Brazil and other exporting countries in the U.S. import market: a new extension of constant-market-shares analysis*". Esse estudo foi o primeiro a utilizar a análise de *constant market share* para verificar as perdas sofridas por setores da indústria brasileira para os chineses no mercado norte americano. Em "*Fear for Manufacturing? China and the Future of Industry in Brazil and Latin America*" por Rhys Jenkins e Alexandre de Freitas Barbosa (2012), o artigo examina o impacto da concorrência chinesa, tanto no mercado interno e nos mercados de exportação da indústria brasileira, atentando para a possibilidade de estar ocorrendo uma reprimarização da pauta exportadora. "*The Dragon in the Room: China and the Future of Latin American Industrialization*", escrito por K. Gallagher e R. Porzecanski (2009) observaram os fluxos comerciais entre América Latina e China e a crescente penetração do último no mercado latino americano.

Hiratuka e Sarti (2007) em "*Ameaça das Exportações Chinesas nos Principais Mercados de Exportações de Manufaturados do Brasil*" buscaram uma avaliação da ameaça das exportações chinesas às exportações brasileiras de produtos manufaturados nos países do Mercosul, da Aladi e do Nafta, através de indicadores de *market-share*, de similaridade da pauta dos dois países e do grau de diversificação das exportações dos dois países nesse mercados,

Outra visão é a que salienta que as importações de manufaturados oriundos da China na verdade ajudariam na competitividade de produtos brasileiros ao fornecer bens de capital e intermediários baratos para a indústria nacional. Nem todos os analistas compartilharam a opinião de que a China teria um impacto tão negativo na América Latina ou no setor industrial, em particular. Estudos como "*The Visible Hand of China in Latin America*" elaborado por Javier Santiso (2007), apresentaram um quadro mais otimista. Eles argumentam que, no conjunto das economias latino-americanas são complementares, em vez de competitivas com a China (com exceção do México). No caso brasileiro também foi alegado que as importações de bens de capital e produtos intermediários que compõem o grosso das importações provenientes da China poderiam ajudar a aumentar a competitividade da indústria brasileira.

O estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2010), "*Qualidade e Diferenciação das Exportações Brasileiras e Chinesas. In: Inserção Internacional Brasileira: temas de economia internacional*" sintetiza a evolução e a participação das exportações chinesas e brasileiras para a ALADI, nos diferentes segmentos de qualidade de acordo com o tipo de setor e categoria tecnológica. O estudo alertou que a concorrência da China com o Brasil nesse mercado vem se tornando cada vez mais acirrada. Os dados mais gerais apontaram para uma tendência de maior similaridade na estrutura de exportação dos dois países ao mesmo tempo que o market-share chinês vem crescendo a um ritmo muito superior ao do Brasil.

4.3.2-*Market-share*

De acordo com dados compilados por José Fiori em seu artigo "*Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana*", entre 2003 e 2008, a China mais que dobrou sua participação nas importações realizadas pelos países sul-americanos, aumentando de 5,38% para 12,07%, e o valor bruto subiu mais de 700%, passando de US\$ 6,5 bilhões para US\$ 54,6 bilhões de dólares, enquanto as exportações brasileiras para a América do Sul cresceram 282,8%, e a participação desses mercados nas exportações brasileiras passou de 13,8% para 19,6% (de US\$ 10.140 bilhões para US\$ 38.823 bilhões de dólares). Ainda com relação aos mercados argentinos, a participação brasileira recuou de 42% para 31,5%, enquanto a participação chinesa subiu de 21,5% para 30,5%, durante a crise econômica recente, e o mesmo fato aconteceu na Venezuela, onde a participação chinesa subiu de 4,4%, em 2008, para 11,5%, nos quatro primeiros meses de 2009 (FIORI, 2011, p. 19).

Em 2011 a Confederação Nacional da Indústria lançou um informativo onde trazia estudos sobre os impactos do comércio chinês para a indústria brasileira entre os anos de 2003 e 2011, analisando esses efeitos dentro do Brasil e para suas exportações, através do estudo de caso de três países: Estados Unidos, Argentina e México. O estudo apontou perda de mercado para vários setores de exportações brasileiras nos três países. A Argentina, no entanto, registrou a maior perda, onde o Brasil obteve ganhos de mercado superiores à China em 5 dos 25 produtos selecionados como os mais relevantes para a exportação brasileira, com destaque para os ganhos nas exportações de aeronaves e aparelhos aéreos.

Existem dois principais aspectos que incidem sobre as exportações de produtos industrializados sul americanos que geram receio de empresários a respeito da rápida ascensão do comércio com a China nos últimos anos. Em primeiro lugar está a pressão competitiva que os manufaturados chineses exercem sobre a indústria local, uma vez que estes são geralmente muito baratos. Associações de empresários brasileiros, como a FIESP por exemplo, em um documento intitulado "*O Tamanho da Ameaça*", cobraram medidas mais protecionistas do governo, em forma de reclamações anti-dumping ou de estabelecimento de salvaguardas como forma de proteger a indústria nacional. 80% das medidas de anti-dumping solicitadas na última década na América do Sul são provenientes de setores na Argentina e Brasil, de acordo com a CEPAL (2011). Em 2010, houve um forte crescimento do número de investigações iniciadas – foram abertos 34 processos, um aumento de quase 300% em relação a 2009. Essas pressões não se traduziram suficientemente em mudanças visíveis na atuação das autoridades brasileiras no campo das políticas de proteção de acordo com a CNI (2011).

Em segundo lugar está o aspecto da perda de parcela do mercado (*market share*) que está ocorrendo, principalmente na última década, de empresas brasileiras para indústrias chinesas, tanto na América do Sul como em mercados de outras regiões no mundo. Para esse segundo aspecto foram realizados estudos específicos, com cálculos detalhados a respeito dessa situação de perda de market share de Brasil para a China. É importante para a observação e mensuração da competição chinesa no mercado regional que se faça uma breve explicação sobre a metodologia do *Constant Market Share*, já que esta foi amplamente empregada por analistas internacionais que estudaram o tema.

Utilizada em análises de desempenho exportador desde Tyszynki (1951)²³, a metodologia CMS ou participação de “mercado constante” permite decompor *ex post* o crescimento das exportações, identificando a contribuição de diferentes fatores, como a composição da pauta em termos de produtos e destinos, e ganhos relativos de competitividade vis-à-vis os demais concorrentes nos mercados internacionais (CARNEIRO; NONNENBERG, 2015, p. 49). A hipótese central dessa metodologia estaria baseada na lei da inércia de Newton que diz que: "Por inércia, um corpo em repouso tende a continuar em repouso e um corpo que está se movendo tende a continuar em movimento", a menos que um fator exerça alguma força capaz de modificá-lo.

²³ TYSZYNSKI, H. **World Trade in Manufactured Commodities, 1899-1950**. The Manchester School, vol. 19, 1951. pp. 111-139.

Existem ao menos três fatores que poderiam fazer com que o ritmo de crescimento das exportações de um dado país fosse diferente daquele das exportações mundiais fazendo com que o participação de mercado de um país aumente ou diminua em cem determinada região em comparação com seu ritmo no restante do mundo. De acordo a formulação inventada por Leamer e Stern (1970)²⁴ as possibilidades de perda ou ganho de *market-share* pelo país de origem da exportação são: alterações no tamanho da demanda do país que importa os bens (efeito produto), demanda mundial crescendo acima da média (efeito destino) ou questões relativas à competitividade, ou seja, quando o país exportador ganha ou perde em comparação com outras economias em determinado mercado destino (efeito competitividade) Com estudos elaborados posteriormente por Fagerberg e Sollie, em 1987²⁵, adicionaram-se mais duas possibilidades às anteriores: efeito adaptação de produtos e efeito adaptação de mercados que se referem à capacidade do país em análise de adaptar a estrutura de sua pauta exportadora a mudanças na composição das importações mundiais, em termos de produtos e mercados. As mudanças no market share do país em produtos e destinos específicos os autores denominam micro shares (CARNEIRO; NONNENBERG, 2015) .

A principal razão pela qual o modelo é alvo de críticas de muitos analistas para esse caso, é porque ele é ideal para avaliar a dinâmica entre competidores em mais de um mercado, onde a composição geográfica – ou seja, se parte dos ganhos ou perdas nas exportações está relacionada ao crescimento ou redução de determinados mercados nos quais a pauta exportadora do país está mais dependente comercialmente – é importante. Esse método apesar de não revelar uma análise completa das relações comerciais de um país com terceiros ou com o restante do mundo, serve para ajudar a confirmar hipóteses ou analisar tendências, quando somado a dados e estatísticas existentes. Um problema desse indicador para analisar a influência de um país nas exportações de outro no tempo discreto é que, como se compara somente o crescimento do market-share de cada país, é possível que quando o primeiro parte de um patamar muito pequeno de exportação, a taxa crescimento seja muito elevada, mesmo que ao final do período a participação deste no total importado pelo país ou região ainda seja irrelevante.

De acordo com Sarti e Hiratuka (2010), "A consolidação da China como grande produtora e exportadora de produtos manufaturados cria desafios e oportunidades para todos

²⁴ LEAMER, E.E.; STERN, R.M.. **Quantitative International Economics**. Aldine Publishing Co. Chicago, 1970.

²⁵ FAGERBERG, J.; SOLLIE, G. **The Method of Constant Market Shares Analysis Reconsidered**. Applied Economics, Vol. 19, 1987. p. 1571-1583

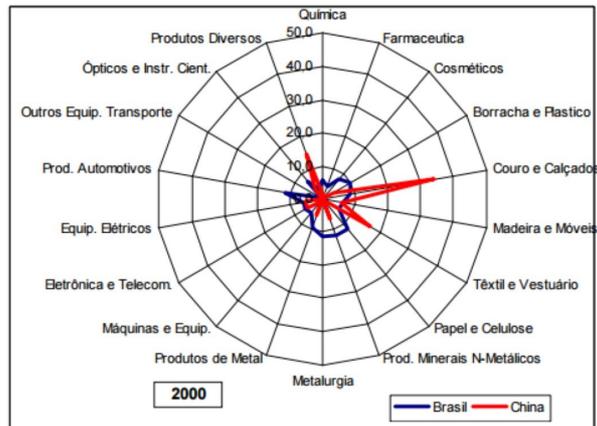
os países, em especial os países em desenvolvimento que possuem uma estrutura industrial relevante como é o caso do Brasil". No trabalho, os indicadores são detalhados por país importador, o que permite ter uma visão mais detalhada por região e cobrindo um período mais recente do que os anteriores. Enquanto nos trabalhos citados a análise de *market-share* e de similaridade das estruturas de exportação são realizados de maneira agregada, nesse trabalho os indicadores são detalhados por país importador, o que permite ter uma visão mais detalhada por região.

Os principais resultados apontados pelo estudo são que, tanto para a ALADI quanto para o a Mercosul, há um aumento de market share brasileiro na última década. No entanto a China obteve ganhos muito superiores e mais continuos em relação ao Brasil nos dois blocos. A análise dos índices de similaridade revela que nos países da Aladi e Mercosul a tendência é de aproximação nas estruturas de importação proveniente dos dois países e enquanto houve uma redução acentuada da diversificação da pauta de importação desses mercados com relação ao Brasil, as importações provenientes da China, que se tornaram crescentemente diversificadas.

Nos desenhos abaixo, elaborados pelos autores Hiratuka e Sarti, é possível visualizar o panorama das relações comerciais entre China, Brasil e ALADI a partir de uma decomposição setorial. O gráfico permite observar entre o período de 2000 e 2006 que os setores de couro e calçados, têxtil e vestuário, produtos de metal, minerais não metálicos, eletrônicos e telecomunicação, equipamentos elétricos e "diversos" foram onde a China mais obteve ganho de mercado nos anos correspondentes. Enquanto isso, para o mesmo período, o Brasil conseguiu maior destaque no setor automotivo, metalúrgico e em menor grau móveis e madeira, cosméticos e borracha e plástico. Independente dos setores em análise, observa-se que os ganhos de market share chineses foram muito superiores e, algumas vezes, em setores similares aos brasileiros.

Gráfico 14:

Market-share do Brasil e China nas importações de produtos manufaturados da Aladi por setor industrial,

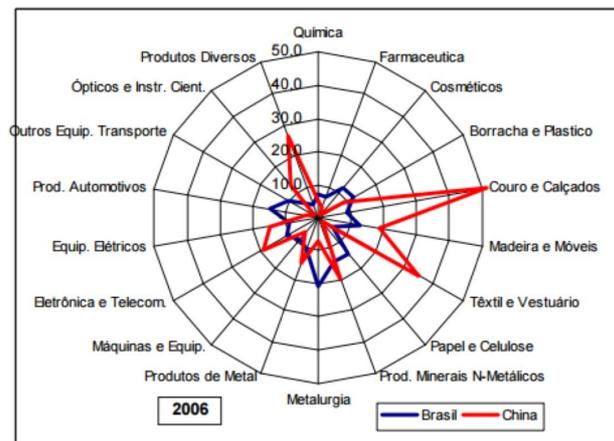


2000 e 2006 (em %):

Fonte: Hiratuka e Sarti (2007)

Gráfico 15:

Market-share do Brasil e China nas importações de produtos manufaturados da Aladi por setor industrial, 2000 e 2006 (em %):



Fonte: Hiratuka e Sarti (2007)

Na análise setorial de um estudo realizado por Castilho e Luporini (2010) os resultados sugerem que cinco setores industriais brasileiros foram afetados pela maior entrada da China no mercado doméstico: “Couro e indústria calçadista”, “Plásticos e borrachas”, “Outras manufaturas e reciclagem”, “Têxtil e produtos têxteis” e “Equipamentos elétricos e

óticos”. Dentre esses, os dois últimos merecem atenção especial, devido à sua relevância para a economia brasileira. Além disso, para três outros setores - “Química e seus produtos”, “Metais básicos e seus produtos” e “Outras máquinas e equipamentos” - constatou-se que a inserção chinesa pode, em médio prazo, afetar a capacidade brasileira de geração de renda, de difusão tecnológica e de geração de empregos de maior qualificação, ainda que a China não tenha apresentado, no período analisado, ganhos estimados superiores aos obtidos pelo Brasil (CASTILHO; SOARES, 2010, p.1)

Em suma existem duas conclusões principais entre as quais os analistas divergem a respeito dos efeitos da ascensão chinesa para a indústria brasileira e sua participação no mercado sul-americano:

1- As importações oriundas da China atrapalham, sobretudo, vários setores da indústria brasileira, ao exercer pressão competitiva e "roubar" parcelas de mercado anteriormente pertencentes às exportações brasileiras;

2- O comércio com a China é benéfico para a competitividade das indústrias brasileiras no mercado regional, uma vez que a importação de bens intermediários e de capital barato por essas empresas, torna o preço final dos manufaturados brasileiros mais baratos e competitivos

5. Conclusão

O trabalho buscou através de dados, estatísticas e revisão bibliográfica demonstrar a magnitude do crescimento das relações econômicas entre China e América do Sul e seus impactos para a estrutura produtiva continental e do Brasil. Até o momento, todas as hipóteses levantadas no capítulo introdutório estão se confirmando, ainda que as duas últimas (sobre a possibilidade de contaminação pela Doença Holandesa e dos prejuízos gerados para setores da indústria brasileira), sejam as hipóteses mais discutíveis e ainda difíceis de comprovar.

Através da análise de dados retirados da CEPAL nota-se que a pauta de exportações sul-americanas destinadas à China é muito concentrada em poucos tipos de produto e que eles são quase em sua totalidade commodities primárias de baixo valor agregado, enquanto as importações oriundas da China são, pelo contrário, mais diversificadas e de mais intensidade tecnológica. Essas assimetrias comerciais analisadas sob a luz da Teoria da Dependência geram questionamentos sobre a possibilidade de as relações entre China e América do Sul estarem inseridas dentro de uma lógica centro-periferia, semelhante àquela existente há séculos entre a Estados Unidos e União européia com a América do Sul. Por outro lado alguns analistas, dentro da lógica mariniana, apontam o fato de que as relações entre China e América do Sul podem ser consideradas como "Subimperialismo" pois a China não pode ser considerada um centro econômico tradicional, mas ao mesmo tempo estabelece laços de dependência com a periferia e representa um novo aliado socio econômico e político para os países periféricos, que passariam depender menos do desenvolvimento do centro econômico. Mesmo que a pauta de exportações da região para a China seja muito concentrada em recursos naturais, foi elucidado ao longo do trabalho que a China possui interesses sólidos na obtenção desses produtos para o abastecimento de sua indústria e população.

Uma característica marcante da diplomacia chinesa é a ênfase na não intervenção na política de cada nação. A estratégia dos chineses consiste portanto em negociar com países e regiões através de acordos comerciais, fornecimento de financiamentos e de construção de infraestrutura sem tentar interferir na política local. Esse aspecto é muito positivo para as relações com a América do Sul pois confere à região a possibilidade de elevar significativamente suas rendas oriundas do comércio exterior sem ter seu processo decisório afetado por ingerências externas. É importante salientar nesse quesito de comércio exterior que existem dois lados de uma mesma moeda: se por um lado a China pode estar contribuindo

para a agudização de uma reprimarização precoce ou Doença Holandesa ao exercer fortes pressões sobre o setor de commodities e taxa de câmbio, por outro oferece aos países sul americanos a possibilidade de diversificação comercial, redução das vulnerabilidades externas e da dependência de parceiros tradicionais e de obtenção de receitas iniciais para formulação de políticas de desenvolvimento, melhorias sociais e reestruturação econômica de longo prazo para que esses países possam futuramente superar a situação de dependência em que se encontram.

Os dados e as estatísticas apresentados mostraram que os investimentos chineses na América do Sul são demasiadamente concentrados no setor extrativista. Setores como os de mineração, energia e petróleo são os que mais concentram o recebimento de IED chinês. Ainda em comparação com a composição do IED recebido pelo resto do mundo, percebe-se que os investimentos chineses são muito mais concentrados nesse setor do que a média mundial. Mesmo os investimentos destinados à infraestrutura regional priorizam a ligação de zonas de extração de recursos com portos para escoamento marítimo via Pacífico. Por essa razão, há indícios de que os investimentos chineses em infraestrutura não melhorarão a integração física entre os países do continente a longo prazo. Uma possibilidade é que haja negociação entre setores empresariais e governos sul-americanos e instituições de financiamento chinesas para a construção de uma infraestrutura voltada a interligação do interior da região e, que favoreça o intercâmbio comercial intrarregional na América do Sul.

Por fim, na América do Sul, a China concorre com o Brasil na exportação de produtos industrializados, adquirindo parcelas de market-share brasileiro e exercendo pressões competitivas. Ainda que o país seja um parceiro comercial importantíssimo para o Brasil deve-se analisar com cautela os efeitos da inserção comercial chinesa no continente para a indústria brasileira e sua economia como um todo. A América do Sul é um espaço estratégico importantíssimo para o Brasil e veio se afirmando como tal principalmente após a ascensão de governos progressistas de esquerda no país desde a eleição do Lula em 2002. Fora a questão política, no âmbito econômico é um destino de exportação de grandes volumes de produtos manufaturados brasileiros e essencial para a existência da indústria nacional.

Até o momento as críticas apresentadas pelos autores que estudam o modelo neo-extrativista e seus resultados parecem bastante elucidativas da crise pela qual está passando o continente nos últimos anos. Pouco se viu em termos de redução da dependência das exportações de recursos energéticos e minerais e na elaboração de políticas econômicas que

visassem uma reestruturação profunda das matrizes produtivas dos países da região. Fora algumas melhorias na redução da desigualdade social e realização de projetos populares, predomina uma situação em que renda interna dos países sul americanos é extremamente dependente do mercado internacional e da expansão do centro, enquanto o mercado interno tem contraído como resultado da crise do capitalismo global. O funcionamento das instituições de integração regional e a consolidação de uma identidade sul-americana serão fundamentais nesse processo.

As relações econômicas com a China não oferecem um padrão novo em comparação com os vínculos tradicionais da região com o centro. Mesmo tendo sido fundamental no ciclo de expansão das economias sul americanas durante a década passada, se no longo prazo os impactos gerados pela China no relacionamento do Brasil com seus vizinhos proporcionarão mais benefícios ou prejuízos, ainda é difícil realizar um balanço final. O que se sabe é que esse balanço dependerá muito das habilidades de negociação do próprio governo e de um projeto regional consistente, juntamente com a capacidade de articulação e de estabelecer uma estratégia e objetivos comuns com os países sul-americanos a longo prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDENUR, Adriana. E. A China na América Latina: investimento em infraestrutura portuária. *Pontes: Informações e Análises sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável*, v. 8, n.2, 2013. Disponível em: <<http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/a-china-na-am%C3%A9rica-latina-investimento-em-infraestrutura-portu%C3%A1ria>>. Acesso em 06 mar, 2016.
- ACOSTA, Alberto. Extractivismo y Neextractivismo: dos caras de la misma maldición. *Nueva Sociedad*, v. 48, 2011.
- _____. Los Derechos de la Naturaleza: Una lectura sobre el derecho a la existencia”. In: ACOSTA, Alberto, et al. **La Naturaleza con Derechos: De la filosofía a la política**, Quito: Abya-Yala, série debate constituyente, 2011.
- ALVAREZ, Jairo. E. **América Latina en medio de la crisis mundial**: trayectorias nacionales y tendencias mundiales. Buenos Aires: CLACSO, 2014.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. **A China e a reprimarização da América Latina: novo imperialismo?** 2015. Disponível em: <<http://www.portalecodebate.com>>. Acesso em: 25 fev. 2015.
- AMARAL, Gabriela. A “ascensão pacífica” na evolução da diplomacia chinesa. *Aurora*, Marília, v. 6, n. 1, p. 71-94, Jul.-Dez. 2012.
- AMORIM, Fernanda; et al. Escenarios de financiamiento para el desarrollo de infraestructura en Sudamérica. *Coalición Regional*, n. 3, fev. 2013.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith in Beijing**: lineages of the twenty-first century. Londres: Verso, 2007.
- BATISTA, J. **Competition between Brazil and other exporting countries in the U.S. import market: a new extension of constant-market-share analysis**. *Texto para Discussão*, IE-UFRJ, n. 10, 2005.
- BBC BRASIL. **Conheça os principais investimentos chineses na américa latina**. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140505_investimentos_china_venezuela_fl>. Acesso em: 11 mai. 2016.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson; OREIRO, José Luís. Doença holandesa. In: JONES, Barry. **Structuralist Development Macroeconomics**. Londres: Routledge, 2014. Cap. 5. p. 55-73.

CARCANHOLO, Marcelo. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 12 , n. 2, Rio de Janeiro, ago. 2008.

CARNEIRO, Flávio; NONNENBERG, Marcelo. Evolução das exportações brasileiras: preços e competitividade. In: IPEA. **Brasil em desenvolvimento 2015: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília : Ipea, 2015. Cap. 2.

CASTILHO Marta. R; LUPORINI, Viviane. **A elasticidade-renda do comércio regional de produtos manufaturados**. Rio de Janeiro: Anpec, 2009.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p.5-25, dez. 2003. FapUNIFESP (SciELO).Doi: dx.doi.org/10.1590/s0034-73292003000200001.

CINTRA, Maria Rita. A presença da China na América Latina no século XXI: suas estratégias e o impacto dessa relação para países e setores específicos. 2013. 119 p. Dissertação (Mestrado em Economia Política) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2013.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). Osvaldo Rosales (Org.). **La República Popular China y América Latina y el Caribe: hacia una relación estratégica**. Santiago: Naciones Unidas, 2010.

_____. **Globalización, integración y comercio inclusivo en América Latina: Textos seleccionados 2010-2014**. Santiago: Naciones Unidas, 2015.

_____. **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe**. Santiago: Naciones Unidas, 2015.

_____. **Estudio Económico de América Latina y el Caribe**. Desafíos para la sostenibilidad del crecimiento en un nuevo contexto externo. Santiago: Naciones Unidas, 2014.

_____. **Latin America and the Caribbean and China: towards a new era in economic cooperation**. Santiago: Naciones Unidas, 2015.

_____. **Panorama Económico y Social de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños**. Santiago: Naciones Unidas, 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE INDÚSTRIA (CNI). Observatório Brasil China. 3. ed. Brasília: **Informativo da Confederação Nacional da Indústria**, 2011.

_____. **Desafios para a integração logística na América do Sul /**. Brasília: Cni, 2015. Disponível em: <cni.com.br/EstudoDesafiosparaaIntegraoLogsticadaAmericadoSul.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2016.

COMTRADE. **Commodity Trade Statistics Database**. New York: United Nations, 2010.

COUTO, Leandro Freitas. Política externa brasileira para a América do Sul: As diferenças entre Cardoso e Lula. **Civitas**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p.23-44, abr. 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/6591/6794>>. Acesso em: 06 abr. 2016.

CUNHA, Andre. M; BICHARA, Julimar. S; LÉLIS, Marcos. T. C. America Latina y el ascenso de China: una perspectiva desde Brasil. **América Latina Hoy**, n. 65, p. 185-207, 2013. Doi: 10.14201/alh20136518520799999999

CUNHA, Andre. M; BICHARA, Julimar. S; MONSUETO, Sandro. E. Comercio y crecimiento económico: el efecto China en Latinoamérica. Especial referencia al caso de Brasil. **XII Reunión de Economía Mundial**, Santiago de Compostela, 26-28 mai. 2010.

DE NEGRI, F.; ALVARENGA G.V. **A primarização da pauta de exportações no Brasil: ainda um dilema**. Boletim Radar, IPEA, n. 13, p. 7-14, abril, 2011.

DEVLIN, Robert; ESTEVADEORDAL, Antoni; RODRIGUEZ-CLARE, Andrés. **El impacto de China**: oportunidades y retos para América Latina y el Caribe. [s.l]: Banco Interamericano de Desarrollo, 2007.

DUARTE, P.H e GRACIOLLI, E.J. **A Teoria da Dependência: Interpretações sobre o (Sub)Desenvolvimento na América Latina**. Artigo apresentado no V Colóquio Internacional Marx e Engels, Campinas, 2007.

ESTEVADEORDAL Antoni; MOREIRA Mauricio. M.; KAHN Theodore. **Inversiones de ALC en China**: un capítulo nuevo de las relaciones entre América Latina y el Caribe y China. [s.l]: Banco Interamericano de Desarrollo, 2014.

FARIA, Luiz Augusto Estrella. **A Chave do Tamanho**: desenvolvimento econômico e perspectivas do Mercosul. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FIORI, José Luís. **Brasil e América do Sul**: o desafio da inserção internacional soberana. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <<http://www.cepal.org/brasil>>. Acesso em: 07 mai 2016.

FRANK, Andre. G. **The development of the underdevelopment**. Londres: Monthly Review, 1969.

GALLAGHER, Kevin; PORZECANSKI, Roberto. **The Dragon in the Room**: China and the Future of Latin American Industrialization. California: Stanford University Press, 2010.

GDYNAS, Eduardo. Extracciones, extractivismos e extrahecciones: un marco conceptual sobre la apropiacion de recursos naturales. **El Observatorio del Desarrollo**, [s.l], n. 18, 1-18, fev. 2016.

_____. Estado compensador y nuevos extractivismo. Las ambivalencias del progresismo sudamericano. **Nueva sociedad: Democracia y Política en América latina**, n. 237, 2010.

_____. El buen vivir más allá del extractivismo. In: ACOSTA, Alberto. **La maldición de la Abundancia**. Quito: SwissAid e AbyaYala, 2009.

HIRATUKA, Célio; CUNHA, Samantha. Qualidade e Diferenciação das Exportações Brasileiras e Chinesas: Evolução Recente no Mercado Mundial e na ALADI. **Ipea: Texto para discussão**, Brasília, p.1-41, jun. 2011. Disponível em : <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9803>. Acesso em: 09 mai. 2016.

HIRATUKA, C.; SARTI, F. **Ameaça das exportações chinesas nos principais mercados de exportações de manufaturados do Brasil**. In Encontro Nacional de Economia Política, 14, São Paulo, 2009.

INSTITUTO DE POLÍTICA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Governança Global e Integração da América do Sul**. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12317>. Acesso em: 07 fev. 2016.

_____. **Inserção internacional brasileira : temas de economia internacional**. Brasília : Ipea, 2010.

_____. **A China na nova configuração global : impactos políticos e econômicos**. Brasília : Ipea, 2011.

INTERAMERICAN BANK OF DEVELOPMENT (IBD). **Ten years after the take-off: taking stock of China-Latin America and the Caribbean Economic relations**. China-LAC Business Summit: Chengdu, 21-22 de out. 2010.

JENKINS, Rhys. China and Brazil: Economic Impacts of a Growing Relationship. **Journal Of Current Chinese Affairs**, [s.i], v. 41, n. 1, p.21-47, 2012. Semestral.

_____. China's Global Expansion and Latin America. **Journal Of Latin American Studies**, [s.l.], v. 42, n. 04, p.809-837, nov. 2010. Cambridge University Press (CUP). Doi: dx.doi.org/10.1017/s0022216x10001379.

_____; MOREIRA, Mauricio. M; PETRES, Enrique. D. **The Impact of China on Latin America and the Caribbean**. World Development. N. 2 v. 36, p. 235–253, 2008.

_____. BARBOSA, Alexandre. F. Fear for Manufacturing? China and the future of Brasil and Latin America. **The China Quarterly**, n. 209, p. 59-81, mar 2012.

KATZ, Claudio. **Deslancens del siglo progressista**. Jan, 2012. Disponível em: <katz.lehaine.org>. Acesso em: 08 abr. 2016.

KUME Honorio; PIANI Guida; MIRANDA, Pedro. O Grau de **Sofisticação Relativa das Exportações Brasileiras: 1996-2007**. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

LALL, S.; WEISS, J. China and Latin America: trade competition 1990-2000. SANTISO, J. (ed.) **The visible hand of China in Latin America**. Paris: OECD, 2007.

LANDER, Edgardo. El Estado en los actuales procesos de cambio en América Latina: Proyectos complementarios/ divergentes en sociedades heterogéneas. In: GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO. **Más alla del desarrollo**. Cidade do México: Fundación Rosa Luxemburg/Abya Yala, 2012.

MACAMO, Elisio. **Negotiating Modernity: Africa's Ambivalent Experience**. [s.l]: Zed Books, 2006.

MACHADO, João Bosco Mesquita; FERRAZ, Galeno Tinoco. **Comércio Externo da China: Efeitos sobre as exportações brasileiras**. Brasília: Ipea, 2006.

MAIOR, Luiz A. P. Souto. O Brasil e o regionalismo continental frente a uma ordem mundial em transição. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 2, p.42-59, jul. 2006.

MALDONADO, Fernando, G. **Um pouco mais ao sur: extrativismo, neo-extrativismo e pós-extrativismo sob duas experiências sul-americanas**. [s.l]. 2014.

MARINI, Ruy. M. **Dialética de la dependencia**. Cidade do México: Era, 1991.

_____. "Dialética da dependência". In: SADER, Emir. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, Carlos. E. El pensamiento de Marini y su actualidad para las ciencias sociales. **Argumentos**, n. 72, jul/ago, 2013.

MEDEIROS, Carlos. O ciclo recente de crescimento chinês e seus desafios. **Observatório da Economia Global**. Textos Avulsos, n.3– Junho, 2010.

_____. Desenvolvimento econômico e Ascensão Nacional: Rupturas e Transições na China e na Rússia. In: _____, SERRANO, F; e FIORI, J. L. **O Mito do colapso do Poder americano**, [s.l]: Record, 2008.

_____. A China como Duplo Pólo na Economia Mundial e a Recentralização Asiática. **Revista de Economia Política**, v. 26, n.3, 2007.

MOREIRA, Sérvulo Vicente; MILHOMEM Ethianne Érica Lucena. **EVOLUÇÃO RECENTE DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO COM OS PAÍSES DO**

MERCOSUL. Rio de Janeiro: Ipea, 2010. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4769>.

Acesso em: 08 abr. 2016.

MORENO, Camila. **O Brasil made in China: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015. 116 p.

PETERS, Enrique, D. **China's Evolving Role in Latin America: Can it be a win-win?** Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 2015.

PREBISCH, Raúl. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas.** CEPAL, [s.l.; s.n].

RED MERCOSUR. **El impacto de China en América Latina: Comercio e Inversiones.** Montevideo: Red Mercosur, 2012. Disponível em:

<http://cienciassociales.edu.uy/departamentodeeconomia/wp-content/uploads/sites/2/2013/archivos/Libro_China_AL.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. **Documento sobre la política de China hacia América Latina y el Caribe.** 2008. Disponível em: <<http://www.china-files.com/pdf/LibroBlanco.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2016.

_____. **Latin America and the Caribbean and China: Towards a new era in economic cooperation.** Chile: United Nations, 2015.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G.. **A América do Sul no discurso diplomático brasileiro.** Brasília: Funag, 2014.

SANTOS, Theotonio. The Structure of Dependence. **Papers and Proceedings of the Eighty-second Annual Meeting of the American Economic Association** n.2, v. 60, mai, p. 231-236, 1970.

SERRA, Eduardo. G. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS IMPACTOS DA ENTRADA DA CHINA NA OMC. **Política Externa**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 39-48, mar./mai. 2003.

SHIXUE, jiang. The Panda hugs the Tucano: China's relations with Brazil. **China Brief**, [s.l], n 10, v. 9, mai, 2005.

_____. Una mirada china a las relaciones con América Latina. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, v. 203, , jun. 2006. Mensal. Disponível em : <<http://nuso.org/articulo/una-mirada-china-a-las-relaciones-con-america-latina/>>. Acesso em: 13 maio, 2016.

SIMÕES, Antônio José Ferreira. **Integración: sueño y realidad en Sudamerica.** Brasília: Funag, 2011.

SLIPAK, Ariel. Un analysis of Chinas's rise and its links to Latin America's following Theory of Dependency. **Realidad Economica**, n 254, [s.l], 2014.

SOARES, Eduardo Coelho Maxnuck. **Os impactos das importações chinesas na indústria brasileira**. 2013. 97 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

THE DIPLOMAT. **China, South America and regional integration**. Disponível em: <thediplomat.com>. Acesso em: 09 mai. 2016.

TREACY, Mariano. **Teoría de la dependencia**: reflexiones sobre el capitalismo periférico latinoamericano y elementos para analizar la transferencia de excedente en la Argentina en la actualidad. 2013. 109 p. Dissertação (Mestrado em Economia Política) Faculdade Argentina de Ciências Sociais, Buenos Aires, 2013.

UNITED NATIONS -UNCOMTRADE, **United Nations Commodity Trade Statistics Database**. Disponível em: <http://comtrade.un.org/>. Acesso em 30 março, 2016.

VADELL, Javier. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico. **Rev. Sociol. Política**, Curitiba, v. 19, p.57-79, nov. 2011. FapUNIFESP (SciELO). Doi: dx.doi.org/10.1590/s0104-44782011000400006

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. Mudanças da inserção brasileira na américa latina. **Lua Nova**, São Paulo, n. 78, p.38-75, 2009. FapUNIFESP (SciELO). Doi:dx.doi.org/10.1590/s0102-64452009000300006.

_____. Pensamento Brasileiro e Integração Regional. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p.437-487, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v32n2/v32n2a06.pdf>. Acesso em 08 abr. 2016.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. A NOVÍSSIMA CHINA E O SISTEMA INTERNACIONAL. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, p.131-141, nov. 2011.

WORLD BANK . **Online Databases**. Data & Statistics. Disponível em: <www.worldbank.org/data/>. Acesso em 30 março, 2016.

ZEMIN, Jiang. **Reforma e construção da China**. Rio de Janeiro: Record, 2002. Tradução de: Rádio Internacional da China.

